

**UNIVERSDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE**

DANIELLY PEREIRA DOS SANTOS

**MANUSCRITOS DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA: REFLEXÕES SOCIAIS,
POLÍTICAS E IDENTITÁRIAS SOBRE O BRASIL – EDIÇÃO CRÍTICA E
CARTILHA DE BRASILIDADES**

**CAETITÉ
2020**

DANIELLY PEREIRA DOS SANTOS

**MANUSCRITOS DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA: REFLEXÕES SOCIAIS,
POLÍTICAS E IDENTITÁRIAS SOBRE O BRASIL – EDIÇÃO CRÍTICA E
CARTILHA DE BRASILIDADES**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Pinheiro da Cruz.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Elisabete da Silva Barbosa.

**CAETITÉ
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S237m

Santos, Danielly Pereira dos

Manuscritos de Alfredo José da Silva: reflexões sociais, políticas e identitárias sobre o Brasil - edição crítica e cartilha de brasilidades / Danielly Pereira dos Santos. - Caetité, 2020.

176 fls : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Elizeu Pinheiro da Cruz.

Coorientador(a): Prof.^a Dr.^a Elisabete da Silva Barbosa.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI. 2020.

1.Silva, Alfredo José - Caetité, BA. 2.Ensino. 3.Linguagem.

CDD: 869



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86, DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

“MANUSCRITOS DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA: REFLEXÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E IDENTITÁRIAS SOBRE O BRASIL – EDIÇÃO CRÍTICA E CARTILHA DE BRASILIDADES”

DANIELLY PEREIRA DOS SANTOS

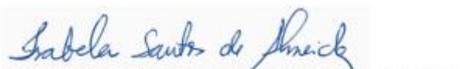
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 30 de novembro de 2020, com nota 10,00 (dez inteiros).

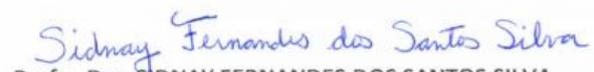

Elizeu Pinheiro da Cruz

Prof. Dr. ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia


Prof. Dra. ELISABETE DA SILVA BARBOSA
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Literatura e Cultura
Universidade Federal da Bahia


Prof. Dra. ISABELA SANTOS DE ALMEIDA
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Literatura e Cultura
Universidade Federal da Bahia


Prof. Dra. ISADORA LIMA MACHADO
Universidade Federal da Bahia
Doutorado em Linguística
Universidade Estadual de Campinas


Prof. Dra. SIDNAY FERNANDES DOS SANTOS SILVA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Doutorado em Linguística
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Sou grata por existirem clichês de agradecimentos às pessoas, às coisas, às deidades e aos animais.

É bonito e às vezes engraçado como tudo que há.

“Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização

Não se afobe, não
Que nada é pra já”

Chico Buarque

RESUMO

Alfredo José da Silva nasceu em 1887. Nesse período, eram poucas as expectativas colocadas sobre ele por ser negro e pobre. Ocupando espaços privilegiados por meio da educação, esse cidadão santoamarense fez seu nome em Caetité, pequena cidade do Semiárido baiano, e deixa dois manuscritos que, juntos, compõem um vasto ensaio de crítica literária. O presente estudo se propôs a entender temporalidades e deslocamentos por meio dos dois manuscritos, fornecendo ao segundo deles, inclusive, edição crítica. Por meio dessas materialidades discursivas, observou-se aspectos sociais, educacionais e políticos que circularam na época de escrita do material em questão, a fim de observar como colaboraram para a formação de um imaginário social que se perpetua, em muitos aspectos, até os dias de hoje. Para isso, fez-se uso de uma necessária bibliografia, que transita entre os estudos sociais, raciais, educacionais, culturais e discursivos, por meio da produção teórica de intelectuais como Sílvio Romero (1888), José Veríssimo (1916), Nina Rodrigues (2008), Eni Orlandi (2000; 2007), Antonio Candido (2000), Giralda Seyferth (2002), entre tantos outros que colaboram com a discussão científica em humanidades. Além da discussão teórica oriunda do legado imaterial de Alfredo José da Silva e do tratamento filológico do segundo volume do manuscrito intitulado *Gramática*, esta pesquisa apresenta um produto educacional: uma cartilha, a ser aplicada no ensino básico, sobre elementos nacionais que ajudam a construir uma identidade brasileira através da discussão levantada por Alfredo José da Silva nos documentos supracitados.

PALAVRAS-CHAVE: Alfredo José da Silva. Caetité. Ensino. Linguagem. Sociedade.

ABSTRACT

Alfredo José da Silva was born in 1887. At that time, there were few expectations about him because he was black and poor. This citizen of Santo Amaro makes his name in Caetité, a small town in the semiarid region of Bahia, occupying privileged spaces through education, and leaving two manuscripts that together make up a vast essay on literary criticism. The present study aimed to understand temporalities and displacements through the two manuscripts, providing to the second one as well a critical edition. Through these discursive materialities, social, educational and political aspects were observed that circulated at the time of writing the material in question, in order to observe how they collaborated in the formation of a social imaginary that is perpetuated, in many aspects, until the days of today. For this, a necessary bibliography was used, which transits between social, racial, educational, cultural and discursive studies, through the theoretical production of intellectuals such as Sílvio Romero (1888), José Veríssimo (1916), Nina Rodrigues (2008), Eni Orlandi (2000; 2007), Antonio Candido (2000), Giralda Seyferth (2002), among many others who collaborate with the scientific discussion in the humanities. In addition to the theoretical discussion arising from the immaterial legacy of Alfredo José da Silva and the philological treatment of the second volume of the manuscript entitled Gramática, this research presents an educational product: a booklet, to be applied in basic education, about national elements that help to build a Brazilian identity through the discussion raised by Alfredo José da Silva in the aforementioned documents.

KEYWORDS: Alfredo José da Silva. Caetité. Teaching. Language. Society.

SUMÁRIO

1 UMA CARTA PARA ALFREDO	11
2 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	17
3 CARTA AOS RESULTADOS DO “CALDEAMENTO ÉTNICO” BRASILEIRO	26
4 CARTA AOS DOCENTES ATENTOS AOS CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS QUE NOS ENVOLVERAM E AINDA NOS ENVOLVEM	52
5 CARTA AOS COETÂNEOS, SOFREDORES E RESISTENTES: SOBRE OS ECOS DISCURSIVOS DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA	75
6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	97
6.1 A edição corrente do segundo volume de <i>Gramática</i>	97
6.2 O material didático	98
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A – CARTILHA DE BRASILIDADES: ESTUDO E PESQUISA A PARTIR DE ALFREDO SILVA	104
APÊNDICE B – EDIÇÃO CORRENTE DO VOL. 2 DO MANUSCRITO INTITULADO GRAMÁTICA DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA	117
1 LITERATURA	117
1.1 A arte literária	123
1.2 Importância da literatura	125
1.3 Obras literárias	127
1.4 Literatura clássica	127
1.5 Escola literária	128
2 O ROMANTISMO	130
2.1 Primeira fase do Romantismo: os poetas	138
2.2 O Romantismo: a prosa	139
2.2.1 <i>O Romance</i>	142
2.2.2 <i>A Escola Nortista</i>	146
2.2.3 <i>O Teatro</i>	146
2.2.4 <i>A História</i>	149
2.2.5 <i>A Crítica</i>	151
3 INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA	151
4 NATURALISMO	155
4.1 O romance	157

5 PARNASIANISMO	164
6 MULHERES LITERATAS, BRASILEIRAS	171

1 UMA CARTA PARA ALFREDO SILVA

Caetité, 03 de fevereiro de 2020.

Prezado professor Alfredo,

Mando notícias do futuro. Você viveu por quase cem anos, talvez tenha morrido acreditando que viu de tudo, mas venho te falar que aconteceram, até mesmo antes da virada do século, eventos que te deixariam escandalizado.

Antes, porém, gostaria de dizer que você tem vivido em mim desde 2014, quando te conheci por meio de seus escritos de letra bonita. A partir daí, tenho te levado pelo Brasil à força, e cada palavrinha sua passa por minha tradução; é arriscado, eu sei, mas você vale o risco, pois te deixar engavetado, no silêncio, é quase um crime.

Grande parte do que sei sobre você foi escrito por você mesmo. Isso não é muito justo comigo, que te leio e me pego cheia de curiosidades. Outras coisas, poucas, sei pela boca de quem conviveu com você. Seu ímpeto de escrever uma autobiografia diz muito sobre a importância que você dava a si mesmo, e isso é lindo, estimar-se em um mundo tão desumano é necessário. Sua seriedade, no entanto, não me conta quase nada, além do que considera estritamente necessário, como aspectos da sua vida profissional. Eu queria saber sua altura, qual santo era o seu preferido, se você sentia necessidade de usar óculos, qual música ouvia baixinho, para quais partidos você torceu e votou, se tinha alguma cicatriz, café com ou sem açúcar?, se alguma vez já dançou e se perfumes fortes te faziam espirrar. Perguntas às quais, é claro, você torceria o nariz. Respondo todas na minha cabeça.

Desde sua morte, em 1985, muita coisa aconteceu. Já tivemos oito presidentes. Você acreditaria se eu te contasse que, desses, uma era mulher? Você acreditaria se eu te dissesse que essa única mulher sofreu *impeachment*? Penso que suas respostas para as duas perguntas seriam “não” e “sim”, respectivamente. Ver uma mulher ocupando um cargo de tão alto poder pode te parecer chocante, mas vê-la perdê-lo talvez condiga um pouco mais com suas expectativas.

Recentemente, o mundo vive uma onda conservadora nutrida, dentre outras coisas, por movimentos fascistas. Voltaram com bastante força os ideais patriotas, a ideia de única verdade, o desejo de moralizar a partir da concepção de grupos

isolados, os valores pautados em uma religião dominante, a noção de que uns valem mais do que outros e a normatização do diferente. Percebemos isso não só aqui, no Brasil, como em outros países, a exemplo da França e dos Estados Unidos. Penso que você ficaria confortável diante de tal situação por causa de algumas afinidades ideológicas. Nós não.

Somos colegas de profissão: eu também ajudo a formar pessoas e tento deixá-las apaixonadas por nossa língua e literatura. Essa tem sido a missão mais árdua da minha vida. Nosso aluno mudou; nossa escola, todavia, nem tanto.

Do lado de cá, pouco se lê aquilo que você considera como literatura, mas as pessoas leem milhares de outras coisas. Hoje, a poesia é mais acessada na maioria dos muros da cidade do que em Camões. Se você fosse prefeito, com certeza mandaria vigiar e pintar cada um deles, como fez quando era diretor e encontrava as paredes da escola pichadas. Eu, por minha vez, acho bonita a textura que essas imagens dão às cidades e às nossas cabeças depois da explosão que causam.

Tenho suado a camisa para fazer meus alunos lerem um livro, mas os vejo compartilhando haicais todos os dias nas redes sociais e, desse jeito, meu coração já se aquieta. Aliás, redes sociais são espaços possibilitados pela tecnologia para a socialização, como o Salão Nobre da Escola Normal, nome – inclusive – escolhido por você. Assim como este último, as redes sociais permitem a interação de pessoas, das ricas e bem-educadas às desprivilegiadas e à margem da concepção de cultura de muitos. Estivesse você no topo da hierarquia das redes, teria solicitado um acesso mais selecionado de pessoas, como fez quando viu o Salão Nobre frequentado, em suas palavras, por “todo tipo de gente”.

Quanto ao tratamento atual com a língua portuguesa, você ficaria horrorizado com o que os jovens têm escrito. Diria que falta conteúdo, grandeza de ideias, elegância e conhecimento gramatical. Choraria com as letras. Ninguém mais usa caderno de caligrafia, porque já quase não se escreve a punho como se esperava das habilidades de movimento das falanges dos dedos. Eu não encaro todos esses fenômenos com o que seria o seu provável pessimismo. Às vezes, lamento também, é claro, sou saudosa de um tempo que não vivi, mas compreendo que se trata de uma característica dessa geração e que cabe a mim dar uma ajudinha aqui e ali. Não é tão mal assim. Eles têm capacidades outras que você, eu e outros tantos nunca teremos.

A língua, embora não mais usada do jeito que você gostava, com todas as modalizações, requinte e respeito às normas advindas de Portugal, está mais bonita

do que nunca. Nas feiras, as pessoas falam com sotaque gostoso, omitem letras, fazem aférese, trocam L por R e todo mundo entende. Essas características que foram tão condenadas por você, meu querido, é que faz o povo brasileiro ser o povo brasileiro, um povo múltiplo que constantemente diversifica a sua língua. Você nunca parou para pensar nisso, não é?

Entendo, às vezes, seu desejo de fazer as coisas permanecerem como elas eram em seu tempo. Também acho que a zona de conforto é o espaço mais aconchegante que existe no mundo todo. Outro dia, fui apresentada à BNCC, documento que expõe as novas normas educacionais a serem seguidas a partir de 2020, e me peguei cheia de ressalvas. Acontece, percebi depois, que não é porque algo sempre funcionou de determinado modo que deve continuar do mesmo jeito. Esse é um argumento que muita gente usa ainda no século XXI, ainda que seja o mesmo utilizado para defender o racismo, o sexismo e a homofobia. Às vezes, as coisas não funcionam do jeito tradicional e a gente insiste só por conveniência e por oferecerem privilégios a alguns gatos pingados.

Temos enfrentado uma luta árdua contra o sistema de modo geral. O escancarado racismo que você sofreu por ser um homem negro ascendendo socialmente no início do século XX ainda perdura, mas agora muito mais velado. O racismo institucional continua dizendo que negros não podem assumir funções de poder e destaque. Nos planos de curso das universidades, quase não se vê intelectuais negras e negros, ainda que eles existam e resistam ao genocídio intelectual. Em sua época, você foi um dos poucos que furou esse sistema, não por sorte, é claro: lutou arduamente para conquistar sua posição, lutou muito mais do que deveria, inclusive, já que possibilidades educacionais e profissionais deveriam ser garantidas não só a você, mas também a toda população negra e pobre desde sempre.

Sabemos que o seu processo de ocupação de espaços privilegiados foi um acordo seu com os representantes do poder. Em muitos momentos, você precisou “embranquecer” e assumir posturas e identidades que não eram suas, e talvez nem tenha percebido; em outros, precisou isentar-se de discussões necessárias. Que outras concessões você teve que fazer? Não sei se era aonde queria chegar, mas chegou a algum lugar. Não a um lugar qualquer, mas a um lugar inusitado para a época, e isso – por si só – já é motivo de brinde. Você colaborou com as discussões acerca das identidades sem notar.

Grande parte da população negra, pela negligência governamental e a lenta mudança da mentalidade social, ainda não consegue ocupar cargos importantes como os ocupados por você, mas a maioria deles, corajosamente, dentro de um sistema covarde, levantam a bandeira que você nunca levantou. Eu te entendo, pois, provavelmente, seu caminho foi muitíssimo mais difícil do que o de brancos, e isentar-se de levantar tais discussões certamente tornava as coisas um pouco mais fáceis para você.

Caetité sempre viveu à sombra de uma elite que tinha coragem de “higienizar” o centro da cidade em nome de uma modernização *à la* Europa, e por isso mantinha os que viviam à margem da sociedade a distância – sabemos que cor tinham, não é segredo –, numa verdadeira Belle-Époque Sertaneja.

Outra luta que tem sido travada arduamente é a feminina. Temos honrado sua forte mãe todos os dias, mas agora o esforço é outro: enche mais os nossos olhos quando elas mesmas estudam do que quando se mobilizam para que os filhos o façam. Dona Afra, tivesse nascido hoje, teria oportunidade de crescer academicamente, não sem dificuldades – é claro –, pois a sociedade ainda não entendeu que o lugar da mulher negra é onde a mulher negra quer estar e pronto.

Temos feito muito esforço, também, para honrar dona Otília, sua esposa, que só viu gratidão e reconhecimento de sua parte quando você já estava partindo. O nosso jeito de fazer isso é só um: colaborando para que as donas Otílias do mundo não se conformem com uma subvida, mas que vivam e vivam bem.

Que você foi um grande profissional, disso todo mundo sabe. Alguns poucos sabem, também, que – como pessoa – você deixou a desejar em muitos momentos, embora algumas pesquisas a seu respeito tentem pintar, na sua cabeça, uma auréola. Penso que fazer isso seja um desfavor à sua memória. Você conhece bem sua condição de humano, e humanos cometem erros. Eu devo cometer uns quatro por dia. E tudo bem. Culpa e perdão nos sustentam um pouco diariamente.

O grande problema não é você ter agido como um homem do século XX no século XX. O problema reside na não problematização do modo como te leem hoje. Não é errado compará-lo com outras pessoas importantes da época, é? Espero que não, porque foi isso que fiz. Foi assim que descobri que você foi influenciado por vários fatores a pensar como pensava, mas – sendo o homem forte que era – poderia ter ido por caminhos diferentes, como outros antes de você fizeram. A temporalidade é

traíçoeira, e – diferente de outros intelectuais – você não foi um homem à frente do seu tempo, mas você não tinha obrigação de o ser.

Sua biblioteca zelosa foi dividida em tantas que talvez nem se lembre de um dia ter sido uma, ter sido sua. A casa em Caetité que te pertenceu, totalmente abandonada, ameaça a queda. As páginas do livro que você escreveu à mão amarelam e sentem medo do tempo. Seu patrimônio material tem se perdido; se seu legado dependesse disso, em breve você sumiria. Acontece que não depende. Você está vivo, Alfredo, talvez tão vivo como nunca esteve. É bom apresentá-lo em eventos por aí e ver a expressão de encantamento e surpresa por baixo dos óculos de renomados pesquisadores. Ninguém imaginava que, além dos grandes nomes dos estudos literários, haveria alguém no Semiárido baiano preocupando-se com a identidade do povo brasileiro.

Tenho cuidado dos seus textos desde os meus 17 anos, tarefa que tem sido desempenhada com tanto cuidado quanto o seu ao escrevê-los. Hoje, com 22, sei pouca coisa, mas – desde que te conheci – cresci *à la* Juscelino Kubitschek: cinquenta anos em cinco. Você ensina uma lição importante sobre garra, resistência e o poder de ascensão que a educação oferece. Você ensina até como não ser, e isso é mágico.

Aprendi, com seus escritos, a me importar com coisas que antes me passavam despercebidas. Muito mais do que o alimento físico, sua preocupação sempre foi com o alimento da alma. Pelo modo como você diz, faz-se entender que a literatura nos embala no colo e nina de mansinho até o coração se aquietar. Também acho que há situações em que só a poesia salva e, de cá, tento continuar seu legado promovendo essa ideia e nutrindo o espírito humano.

“Escuta, isso é sério! Andamos crescendo juntos, distraidamente. As árvores crescem conosco. Nossa pele se estende, nosso entendimento, teso, também. O século cresce conosco. O amor pelas ventas da cara do mundo, também. Quanto a um para um entre nós dois, isso logo se vê. Não sei nada sobre paixão, suspeito que você também não. Mas começo a entender que o compasso da fé está mudando a passos largos. Dois pra lá e dois pra cá”. Uso as palavras de Matilde Campilho¹, poetisa portuguesa, para despedir-me. Acredito que você não a conheça. Ei-la aí, como minha retribuição por você ter me mostrado uma infinidade de autores que me eram desconhecidos.

¹ CAMPILHO, Matilde. **Fevereiro**. Disponível em: <www.recantodasletras.com.br/poesias-de-reflexao/6551584>. Acesso em 18 fev. 2020.

O século tem passado rápido, o compasso das coisas se acelera, nosso entendimento se altera a todo segundo, mas não vou deixar você cair no esquecimento. Espero que seu desejo seja descansar aí, mas agitar as coisas aqui.

Chega de ficar na gaveta, volte para o lado de cá.

Com afetuoso aperto de mão,

Danielly.

2 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

“O sertão não chama ninguém às claras; mais, porém, se esconde e acena”, assim diz Guimarães Rosa em seu *Grande Sertão: Veredas*. De lá, saem figuras que, às vezes, têm visibilidade nacional/internacional, às vezes acenam escondido, como que para serem descobertos depois. Apesar de seus relatos apontarem para o nascimento em Santo Amaro, cidade localizada no Recôncavo da Bahia, é no Sertão² baiano que o professor Alfredo brande a mão tímida, mas impetuosamente, e é finalmente visto. No Sertão, em constante espera – como diria o feiticheiro das palavras –, mas se fazendo na continuidade prosaica das suas vidas e mortes, é onde ocorre o despertar intelectual de Alfredo José da Silva (1887-1985), que vê em Caetité, pequena cidade do Semiárido baiano, encantamento e oportunidade de vida.

Grande parte do que se sabe sobre sua vida é narrada por ele mesmo em um pequeno texto autobiográfico escrito a punho próprio³. Assim, ele se apresenta: “Eu, Alfredo José da Silva, filho natural de Maria Afra da Costa, nasci aos 20 dias do mez de abril do anno de 1887, no logar denominado Baixão, na Freguezia de Nossa Senhora d’Ajuda do Bom Jardim, no Município de Santo Amaro da Purificação, neste Estado”.

Sobre sua mãe, conhecida como dona Afra, sabe-se pouco, a exemplo dos esforços copiosos para que o último dos seus filhos pudesse estudar em um período marcado pelo racismo em todos os âmbitos, sendo este, provavelmente, o primeiro letrado da família. Além disso, vê-se na fotografia salvaguardada pelo Arquivo Público Municipal de Caetité (doravante APMC) uma mulher negra que ostenta saia, camisú, pano de cabeça, pano da costa e outros adereços relacionados à cultura afro-brasileira.

Sobre seu pai, sabe-se muito menos, exceto seu nome, Leonardo José da Silva, e o fato de ser o único branco da família, conforme se verifica na dita fotografia. No manuscrito autobiográfico do filho, a figura do pai não recebe nenhuma menção,

² Segundo Janaína Amado em *Região, Sertão e Nação* (1995), a partir do século XIX, a palavra "sertã" esvaziou-se dos significados que tivera para os portugueses (espaços desconhecidos, habitados por selvagens), tornando-se sinônimo de interior, pedaço de terra que se opõe à costa marítima.

³ A autobiografia de Alfredo Silva encontra-se sob guarda e proteção do Arquivo Público Municipal de Caetité. O prof. Ricardo Tupiniquim Ramos aplicou, sobre esse documento, três diferentes tipos de edições filológicas, democratizando seu acesso.

seu nome sequer é revelado, o que demonstra distanciamento entre as partes e aparentemente nenhuma vontade de mudar esta condição.

Ajuda-nos a elucidar parte da vida de Alfredo José da Silva (doravante AJS) o livro *Memórias de um professor*, de autoria do Waldir Silvão (2008), filho de AJS, uma narrativa memorialística sobre a própria trajetória. Consequentemente, a vida e legado do pai recebem destaque especial, já que grande foi sua influência na vida do filho, que também se torna professor. Silvão (2008) apresenta categorias não elucidadas no texto autobiográfico de AJS, como seu relacionamento com a igreja e seu comportamento romântico e galanteador, e descreve os momentos finais de sua vida, quando padece, já sem visão, audição, tampouco memória. Em síntese, a vida pessoal do pai é descrita pelo filho como um livro fechado, dado o comportamento comedido que possuía e da humildade que só deixava de se fazer presente nos momentos em que *queria* demonstrar seus domínios intelectuais, como na atuação em sala de aula.

Importa-nos, sobretudo, sua trajetória na educação, que começa pela influência de Deocleciano de Castro, seu professor, o qual vê em AJS potencialidades para os estudos que – caso não fossem impulsionadas – seriam podadas pela baixa condição financeira da família. Estudos apontam para a possibilidade de ter o professor financiado os estudos do menino em Salvador, o qual se formara na Escola Normal com distinção e agarra as possibilidades empregatícias logo em seguida (TOLEDO, 2008).

Após casar-se com Dona Otília e ter dez filhos – dos quais quatro morrem – e lecionar em diversas escolas baianas, AJS é convidado por Hermes Lima – ex-aluno seu e amigo influente do governador Góis Calmon e de Anísio Teixeira – a assumir a direção da Escola Normal recém-criada em Caetité, o que de imediato não aconteceu, assumindo ele a cadeira de lente catedrático⁴ de Língua Portuguesa oferecida por Anísio Teixeira.

Somente em 1930, assume a função de diretor, permanecendo nela por quatro anos. Nesse período, grandes foram os seus desafios, conforme verifica-se no livro de registros de correspondências do período em que administrava a escola, entre 1930 e 1934. Um deles, que merece destaque, foi o episódio relatado ao diretor de instrução da Escola Normal, em carta, acerca da reprimenda que fez a uma aluna,

⁴ Termo usual no período. Significa “professor titular” e, em si, possui um teor nobre.

após ouvi-la pronunciar, no pátio da escola, uma palavra “feia”, conforme consta. No livro, encontram-se apenas as cartas enviadas por AJS sobre esse evento, que repercutiu entre pais e outros segmentos interessados, os quais criticavam-no por excessos e humilhação e eram por ele denominado de “inimigos” ou “perseguidores”. Era comum, no período, o zelo pelo que se compreendia como bons costumes. Palavrões eram repudiados e passíveis de censuras formais, conforme se verifica em um dos livros salvaguardados pelo Instituto de Educação Anísio Texeira (IEAT).

As respostas do diretor de instrução Edgard Pintangueiras não constam no livro de registros, mas encontram-se transcritas no livro de Silvão (2008), o qual explica que tais cartas tinham caráter de sigilo, portanto foram preservadas do acesso ao público. Nelas, Pintangueiras descreve a situação de efervescência dos setores que solicitavam a exoneração de AJS do posto de diretor e demonstrava o desejo de resolver a situação, pois acreditava veementemente na conduta irretocável do professor santoamarense e da qualidade do trabalho que exercia. Em uma de suas cartas, lê-se: “Tudo eu tenho feito para que não perturbem a escola, mas esses caetiteenses são ignorantes em civismo e não querem conservar o único penhor de sua terra”⁵.

Por esse e outros episódios que dificultaram a plena execução da sua função, AJS pede exoneração do cargo de diretor. É importante salientar sua preocupação com a “postura adequada” da população, sobretudo àqueles envolvidos nas asas de sua proteção enquanto diretor. Na carta que envia a Edgard Pintangueiras sobre o episódio, ele diz não poder permitir que tal palavra seja pronunciada em ambiente respeitável, sobretudo por uma *menina*. Os valores morais da época, a exemplo do recato feminino, tão valorizado na época, eram aplicados por AJS em todos os âmbitos de sua atuação.

Sobre isso discorre Mead (2014), quando afirma que comumente a sociedade percebe e adota comportamentos comuns, que seriam voltadas pelas experiências culturais. As posturas adotadas pela sociedade para modelar o comportamento feminino, conforme aponta a autora, e aderidas pelo professor Alfredo exigem doçura, feminilidade e subserviência por parte das mulheres, processo explicado pela socióloga.

⁵ Carta de Edgard Pitangeiras a Alfredo Silva, transcrita por Waldir Silvão em seu livro *Memórias de um professor*.

Nos artigos que AJS publica no jornal *O Cinzel*, produzido na cidade de Rio de Contas (BA), verifica-se uma extrema preocupação com o desenvolvimento da educação brasileira, a qual enxerga como única forma de se alcançar poder social e dignidade da alma, sobretudo no que concerne aos novos parâmetros educacionais. No artigo “A Escola”, ele discute o papel da instituição, do professor e da família, e afirma que, para uma prática docente satisfatória, “o medo e o terror são incompatíveis” e que, na verdade, são a competência, a justiça, a bondade e a tolerância que farão a disciplina acontecer. Seu filho Waldir Silvão (2008), no entanto, afirma que, apesar de ser um excelente artigo, trata-se de pura demagogia, já que, dentro de casa, criava os filhos sob o julgo do autoritarismo, sendo a disciplina imposta pelo medo, terror e palmatória, o que possivelmente fez com que todos os seus filhos não desenvolvessem espírito de liderança e altivez.

Pela estima que gozava entre seus pares e por sua influência social, envolve-se, também, na política, tornando-se prefeito de Caetité por decreto governamental de 1945 indicado por Ovídio Antunes Teixeira. Em sua jornada política, nada que salta aos olhos foi documentado, a não ser sua atenção especial à criação de três escolas na zona rural e reformas em outras já existentes. Além disso, consta apenas que nenhuma irregularidade foi cometida e que preocupava-se com a iluminação e o calçamento das vias públicas.

Em 1955, AJS retorna à direção da Escola Normal, agora transformada em Instituto de Educação Anísio Teixeira, não por escolha sua, mas por votação, por unanimidade, exceto pelo próprio voto. Novamente, não resiste aos abusos por parte de alguns alunos pois sofre ameaças e perseguição, tendo Ovídio Teixeira, o então prefeito, que solicitar policiamento nas ruas pelas quais ele transitava. Não é possível deixar de pontuar que o comportamento hostil por parte de alguns caetiteenses para com ele foi possivelmente motivado, dentre outros motivos, pelo racismo. Por não suportar ver-se em tal situação, AJS aposenta-se e não retorna às salas de aula de tal instituição, mas não se mantém inerte: continua lecionando no Seminário Diocesano.

Dentre suas qualidades, o que mais é evidenciado é sua destreza em redação e oratória. O discurso de AJS transcrito por Waldir Silvão (2008) demonstra sua habilidade com as palavras e talento para linguagens. Nele, o professor afirma que a essência da sua obscura personalidade é o amor vivo e grande pela pátria.

Disso não há dúvidas. Em meados de 1950, redige mais de 700 páginas à mão, com distinta organização, clareza e bonita caligrafia, acerca da formação do povo brasileiro, da sua identidade e da sua arte mais importante: a literatura. A paixão pelo Brasil é bastante evidente, o que o faz ansiar pelo desenvolvimento do povo e da pátria, tendo por base, é claro, preceitos morais e civilizatórios característicos da época, conforme se verificará no primeiro capítulo deste estudo.

Estudos anteriores demonstram o vasto domínio linguístico do professor baiano que, mesmo ciente da atualização ortográfica, optou por manter o registro ortográfico anterior ao acordo (SANTOS, 2018). Sem querer tirar-lhe da categoria de homem do seu tempo, não é radical colocar sobre a mesa suas ideias e as de outros autores contemporâneos, como Manoel Bomfim (1993).

Conforme se verificará neste estudo, Alfredo Silva reproduz o discurso racista imperante no século XX, fazendo ecoar as teses que circularam também na Faculdade de Medicina da Bahia, a exemplo das defendidas por Arthur Ramos, o que preenche a lacuna deixada pelo estudo de Joseni Pereira Meira Reis (2017) ao afirmar em seu artigo “Um professor do Alto Sertão Baiano” que, apesar de serem encontrados em sua biblioteca particular livros que discutem questões concernentes à raça, AJS não deixou explícita por escrito sua posição quanto a essa questão. Ele deixa, sem maquiagem, argumentos fortes a favor das teses racistas em sua *Gramática*, assunto do qual se isentam de discussão os trabalhos produzidos sobre o professor até o momento.

A defesa de tal posicionamento que era percebido como biológico na época, mas que evidentemente é político e histórico, acontece nas proximidades de 1950, momento em que Manuel Bomfim (professor da Escola Normal, inclusive), já em 1905, discute que o problema da América Latina nunca foi a mestiçagem, mas a exclusão social e educacional a que são subjugados.

No período em que AJS escreve tais manuscritos na tentativa de compreensão do “gênio brasileiro” e de sua arte, pairava no Brasil a necessidade inadiável de se discutir tais questões envolvendo a nacionalidade, já que, no período, pairava no imaginário geral a ideia de que estas discussões eram o único caminho para o desenvolvimento e o progresso do país.

Assim, este estudo pretende investigar os aspectos sociais, históricos, políticos e literários dos escritos do professor Alfredo Silva. Busca, ainda, trazer à baila aquilo que, por muito tempo, foi invisibilizado pelas pesquisas históricas e apenas acenou:

sua produção intelectual. O agir de AJS deixou marcas: algumas, sutis, podem ser percebidas no comportamento dos mais velhos, já que muitos destes foram alunos seus e ainda guardam, mesmo que sutilmente, seus ensinamentos (TOLEDO, 2008); outras, físicas, encontram-se materializadas em textos de sua autoria. Dessas, as que tiveram mais sorte recebem salvaguarda de instituições, como o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) e o Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT).

Os volumes sob proteção de tais instituições estão disponíveis para consulta, mas, evidentemente, encontram-se sujeitos à ação impetuosa do tempo. Muitas pesquisas foram realizadas a respeito do processo de constituição de AJS como sujeito, leitor, educador e político, mas nenhuma propôs o resgate de suas ideias para além da durabilidade do papel. Por isso, propusemo-nos, também, a dar prosseguimento com a pesquisa desenvolvida no período da graduação, a qual objetivava dar tratamento filológico ao primeiro volume do manuscrito erroneamente intitulado *Gramática* pelo APMC (402 páginas). Nesse momento, a atenção encontra-se voltada para o segundo volume, este de muito menos páginas (apenas 196), mas de igual valor.

Gramática volume 1 trata da historiografia da literatura brasileira, desde o quinhentismo até o romantismo. Nela, o autor divaga sobre aspectos daquilo que – segundo ele – é um único meio de formar a identidade de um povo: a literatura. Tratando dos fatores externos, das vanguardas e dos principais representantes, AJS elabora um verdadeiro ensaio de crítica literária para enfatizar a importância de tal arte para o espírito e para uma nação.

Em 2014, ainda no primeiro semestre de graduação, demonstrei interesse em realizar pesquisa filológica. Pouco tempo depois, fui apresentada à promessa de um material descrito de forma empolgante por meu então orientador, professor Ricardo Tupiniquim Ramos, a qual logo se concretizou. Consistia em dois cadernos de capa verde, cuidadosamente organizados, contendo a escrita historiográfica brasileira da sexta arte, material de valor acadêmico inestimável, já que assuntos de tal ordem foram tratados por poucos nomes da crítica literária, a exemplo de Sílvio Romero (1988).

A descrição física do primeiro volume desses cadernos encontra-se a seguir:

“Gramática” vol. 1 é um texto constante de documento redigido a punho único a tinta preta em uma coluna e letra cursiva bastante legível. Mancha escrita do texto principal mensurável em 15,5 x 18,3 cm. Encadernado em capa

rígida de cor verde com adesivo da Casa Catugy, livraria na qual o caderno foi comprado. Folhas em papel outrora branco (16,5 x 23,5cm), hoje de aspecto amarelado pela ação do tempo, pautados em 22 linhas azuis regulares, espaço entrelinhas de 8mm. Registra-se a mudança da caneta utilizada, perceptível pela alteração da espessura do traço, mas a cor da tinta é mantida. Algumas folhas apresentam anotações a lápis na margem superior e/ou inferior, sobretudo na primeira metade do texto. Presença de anotações autorais e não autorais em folhas soltas: cartas, contracheque, poemas, recortes de jornal etc. Folhas enumerados apenas até a página 13. Texto dividido em tópicos e escrito até a última folha pautado. Apresenta poucas abreviaturas, em sua maioria, pronomes de tratamento, como “sr.”, “mme.” etc. Acentuação escassa, presente apenas em alguns hiatos. Presença de grande número de palavras grafadas com uma ortografia diferente da atual. Não há espaço significativo entre as linhas, exceto quando ocorre mudança de assunto e outro tema é inserido. Não há ornamentos. [...] Sem particularidades ou marcas especiais. Texto registrado em escrita alfabética latina, não datado, não assinado. Data estimada pelo APMC: 1939-1955 (SANTOS, 2016, p. 6).

O caderno anteriormente descrito, que nessa pesquisa será integrado ao segundo volume, constituiu objeto de cinco diferentes investigações, feitas por mim no âmbito da Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia com o apoio ora do CNPq, ora da FAPESB⁶:

1) Edição fac-similar, realizada em 2015 logo no primeiro contato com o volume um do manuscrito. Essa edição consiste na reprodução digital do texto, a exemplo do scanner. Pela então ausência de equipamentos destinados unicamente a esse fim, fiz uso de fotografias que permitiram a consulta e facilitam o processo de transcrição.

2) Edição diplomática, realizada no biênio 2015/2016. Consiste na transcrição que se pretende fidedigna ao documento. Nela, o intuito é preservar as principais características do texto, buscando uma transcrição próxima ao texto original. Ainda no mesmo período, terminada a edição, realizei um estudo sobre os registros ortográficos do autor, catalogando 18 fenômenos linguísticos (LL, CC, FF, PP, MN, MM, NN, TT, CHR, CH, PH, TH, Y, EHE, CRE, CÇ, AES) e investigando as razões de tais registros, já que muitos deles haviam sido extintos anos antes pelo mais recente acordo ortográfico.

3) Edição semidiplomática, realizada no biênio 2016/2017. Esse tratamento filológico ainda busca se manter fiel ao texto original, mas permite algumas interferências do editor, como o desdobramento de abreviaturas e a supressão de

⁶ Dessas investigações, duas receberam menção honrosa nas Jornadas de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia, ocorridas em Salvador, o que evidencia a importância da crítica textual para as letras, bem como para demais áreas do conhecimento, como a história e a sociologia. Daí a necessidade da continuidade do trabalho, já que ainda restam outros documentos de AJS sem a devida atenção.

palavras repetidas. Realizada a edição, debruçei-me sobre as concepções de AJS sobre língua e linguagem, fatores externos para a produção da literatura.

4) Edição interpretativa, realizada no biênio 2017/2018. Dedicar-se a preencher as lacunas interpretativas (caso haja) e a fazer a atualização do texto, colocando-o na norma padrão vigente. Nesse momento, investiguei as ideias do autor no que tange à literatura em si, evidenciando as estruturas organizacionais do autor para a escrita de tão complexo intento e das opiniões que emite.

5) Edição corrente, realizada em 2018. Essa, último tratamento que um texto pode receber da filologia, consiste na organização do texto – já em norma padrão – para a publicação e acesso do(a) leitor(a) não-especialista. Apesar de preparado para a leitura do público em geral, o texto ainda se encontra fora do alcance da maioria das pessoas. Daí a necessidade do presente estudo, já que este pretende tornar público não só o primeiro volume, como também o segundo.

Nesse estudo, objetiva-se preparar, também, o segundo volume, ainda sem tratamento filológico, integrando-o ao primeiro. Espera-se, portanto, que os importantes escritos do autor, por muitos anos engavetados, voltem para o local que ofereceu seus contornos: a sala de aula e cabeceiras de professores em formação contínua.

Para a constituição desta pesquisa, utilizei os seguintes documentos: *Gramática*, vol. 1 e 2, de Alfredo Silva, editados por mim; *Autobiografia de Alfredo Silva*, editada por Ricardo Tupiniquim Ramos; *Memórias de um professor*, de autoria de Waldir Silvão; e livro canhoto de correspondências da Escola Normal (1930-1934).

Para maior clareza, explicita-se a divisão das partes deste trabalho: o(a) leitor(a) encontrará, antes de mais nada, uma carta minha a Alfredo; em seguida, estas considerações iniciais. No terceiro capítulo, escrevo aos resultados do caldeamento étnico, os mestiços, acerca das concepções de AJS sobre a formação identitária brasileira e sua literatura; o quarto capítulo, destinado aos professores, propõe o debate sobre religiosidade, desenvolvimento feminino e educação no século XX a partir das materialidades discursivas do autor em questão; no quinto capítulo, destinado aos sujeitos da contemporaneidade, busco evidenciar os ecos discursivos de AJS que ainda são ouvidos nos dias atuais, estes que se materializaram na figura do presidente Jair Bolsonaro, mas que sempre circularam na sociedade brasileira. Como considerações finais, apresento os produtos que acompanham este estudo: uma cartilha para aplicação no ensino básico sobre as concepções alfredianas de

elementos formadores da identidade nacional (apêndice A).e a edição corrente do segundo volume de *Gramática* (apêndice B).

3 CARTA AOS RESULTADOS DO “CALDEAMENTO ÉTNICO” BRASILEIRO,

Caetité, 05 de fevereiro de 2020

Caro(a) brasileiro(a),

Esta é uma escrita sobre nós. Sobre como éramos representados por muitos no passado e, conseqüentemente, sobre como nos representam nos dias de hoje. O que apresento agora é a perspectiva de um homem sobre nossa formação enquanto povo, este que também era brasileiro e, assim como nós, soube a delícia e a tristeza que é ter nascido em solo nacional.

Alfredo José da Silva era um nordestino. Eu, que também sou nordestina, busco em sua produção intelectual registros que me significam. Nem sempre encontro, mas esse não era seu objetivo. E tudo bem. Ainda assim, acredito que cumpro parte do meu desejo de ressignificar minha vida por meio do engajamento. Estudar e divulgar o que um intelectual negro baiano escreveu com tanta maestria na primeira metade do século XX me parece ser um dos muitos passos que posso dar para cumprir esse intento. Por isso escrevo.

Quero que você o conheça tão profundamente quanto possível for, principalmente porque é sobre você, sobre nós, que ele escreve. Ele não te conhecia, mas teceu considerações sobre como você seria: seu cabelo, sua cor, sua personalidade, se teria coragem ou não, se seria inteligente ou não, seu modo de encarar a vida, sua capacidade de crer.

É claro que ele não cita seu nome, mas fala de você no coletivo: o mestiço brasileiro é seu grande foco de atenção. A intenção de AJS sempre foi, nos seus dois manuscritos, imaginar como seria o povo que se originaria da mistura das três raças formadoras. Ele idealizou uma pessoa esperta, até malandra, fisicamente forte e um pouco triste. Essa é uma descrição fidedigna do que você é?

Muitos aspectos foram deixados de lado. Talvez não houvesse espaço suficiente, talvez explorar detalhes minimalistas nunca tenha sido a intenção, talvez ele não tenha conseguido, embora tivesse tentado, humano que era.

A questão é, com lacunas teóricas ou não, eu quero que você conheça a teoria pela qual Alfredo te conhecia. Ela representa muito do que foi o Brasil de séculos atrás, cruel pela hegemonia branca, teimoso pelas raízes negras e indígenas.

Antes, porém, convido você a viajar comigo por meu campo de atuação. Eu sou filóloga e por muitos anos dediquei esforço intelectual a editar e estudar os manuscritos que de falei, para que agora possamos discutir o que somos e deixamos de ser a partir da ótica de um crítico literário invisibilizado do Semiárido baiano. Para que um trabalho como o meu fosse possível, houve uma longa e intensa trajetória dos estudos filológicos. Falemos sobre ela.

O termo “filologia” é definido por Rita Marquilhas (2003) no *E-dicionário de Termos Literários*, de Carlos Ceia:

Estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição. O que é essencial no texto que constitui o objecto da filologia é o seu registo em suporte material, ficando os textos orais excluídos das preocupações desta disciplina. O termo evoluiu de uma acepção muito lata, romântica sobretudo, que englobava estudos literários e linguísticos, para o conceito estrito de disciplina concentrada na recriação das coordenadas materiais e culturais que presidiram à fabricação e sobrevivência de um texto escrito. A orientação última é a de preparar a edição do texto, daí que a filologia culmine na crítica textual. Tem ainda, como disciplinas auxiliares, a codicologia, a bibliografia material, a manuscriptologia e a paleografia, segundo as quais se descreve e interpreta a dimensão material do texto: o livro, o documento e a letra que o enformam.

Segundo Castro (1984 apud Souza 2014), à tal ciência cabia o empreendimento o qual não davam conta as outras disciplinas voltadas para a palavra: possibilitar que o texto que circula socialmente esteja de acordo com o pretendido por seu autor. Diz ele:

Esta filologia estrita equipa-se com recursos técnicos muito desenvolvidos (contributo das ciências da escrita e do livro, da história e da linguística) para desempenhar a sua missão, que não é estética nem semântica, mas técnica e, de certo modo, ética: a missão de interrogar os objectos escritos sobre a sua proveniência e a sua existência, antes de os declarar aptos a serem lidos pelos outros, os literatos, os linguistas e outros que, distraídos pelas suas especialidades, tendem demasiadas vezes a confiar em que a palavra escrita é sempre a palavra do seu autor (CASTRO, 1984, s/p apud SOUZA, 2014, p. 73).

O século XX, mais conhecido como “século da crítica”, foi um marco na história da crítica literária, já que muitos estudiosos se debruçaram sobre ela com vários intentos, sobretudo o de identificar elementos formadores de uma identidade genuinamente brasileira. Atribui-se a ideia de epifenômeno social à literatura, o que se fortalece no século anterior, promovendo a perspectiva de que essa arte deve ser encarada como objeto de estudo e teorização.

É o século XX que promove a modificação radical dos estudos que se propõem literários. São colocados à prova todos os conceitos basilares e, até então, indubitáveis, a exemplo de “nação”. Portanto, a arte que foi outrora considerada como epifenômeno do ser humano passa a ser considerada como genuína para a investigação como materialidade, gerando discussões sobre as especificidades literárias e sua relação com o contexto.

Era, e continua sendo, por meio dos manuscritos, vistos como objeto de pureza, que o crítico textual buscava resgatar a memória de outrora, concedendo à edição um caráter fiel ao texto original, capaz de ser interpretada por uma gama de outros profissionais, como historiadores e linguistas. Além disso, o crítico textual objetivava remontar à origem, desfazendo a acumulação das memórias presentes na tradição textual (MARQUILHAS, 2010).

Entendendo que os manuscritos de Alfredo José da Silva apresentam uma escrita analítica e sociológica, capaz de recontar – pelo menos, em parte – a trajetória da literatura brasileira em dado momento histórico com suavidade e doses de lirismo, propus-me a fazer sua edição.

Os manuscritos de AJS, intitulados *Gramática*, tiveram data estimada de escrita pelo APMC: 1939-1955. No entanto, minhas investigações anteriores sobre o primeiro volume levantam dúvidas sobre a precisão dessas datas (SANTOS, 2018). Em primeiro lugar, observa-se o longo período entre o início da escrita e o término; em segundo lugar, a data de início parece não representar nenhum marco de importância na linha do tempo do autor. Mais tarde, as investigações conseguiram restringir o período para apenas dois anos, já que

[...] Alfredo cita três textos de Sílvio Romero, os dois primeiros, indubitavelmente, livros. O terceiro, contudo – ‘Vista sintética sobre o folclore brasileiro’ –, constitui introdução da segunda edição dos ‘Cantos populares do Brasil’, lançada em 1954. É impossível o autor ter citado, entre 1939 e 1953, um texto só publicado em 1954; logo, se correto o ano limite proposto pelo APMC, a redação do manuscrito aqui editado ocorreu entre o biênio 1954-1955 (SANTOS, 2018, p. 17).

Revisada a datação, parte-se para a busca do entendimento de questões outras, a exemplo da escolha organizacional do texto.

O autor divide seu ensaio de crítica literária em três seções: 1) Literatura; 2) Literatura brasileira – seus principais fatores; 3) Fases evolutivas da literatura brasileira. Ele enfatiza que a abordagem não é sociológica, mas que busca a

interseção entre literatura e sociologia para a discussão da formação identitária do povo brasileiro, diferente de outros autores, como Darcy Ribeiro (1996), que em *O povo brasileiro* tem semelhante objetivo, mas não perpassa pelo âmbito literário. Evidentemente, trata-se de uma abordagem sociológica, apesar da negativa.

A análise da discussão sobre tais temas promovida por AJS consistirá no comparativo com outros nomes da crítica literária citados em seus manuscritos: Sílvio Romero, em *História da literatura brasileira* (1888); José Veríssimo, em *História da literatura brasileira* (1915 [1916]); e Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira*, vol. 1 (1959 [2000]), o único que escreve em período posterior a AJS.

“No início de qualquer estudo, é comum definir o objeto de investigação”. É assim que Alfredo José da Silva inicia seu ensaio de crítica literária. Tendo por objeto a literatura em si, o autor discorre sobre as várias definições que esta recebeu ao longo dos tempos, como a de Alfredo Gomes, Settembrini e Lamartine. No entanto, ele opta por usar definições (no plural, sim) próprias, das quais destacamos quatro, retiradas do primeiro volume da sua *Gramática*. Vamos a elas.

1) É a história intelectual de cada povo e de cada época. Ela é a função do meio, momento, herança e gênio.

2) São obras que pelo seu valor intrínseco merecem destaque especial e nas quais a alma de um povo se revela em todas as suas modalidades, quer individuais, quer sociais, quer morais ou religiosas.

3) É o reflexo da sociedade a que pertence e esse reflexo só nos livros dos bons escritores se encontra.

4) É o fundo tradicional de um povo. É por ela que se chega ao conhecimento das origens, à intimidade de viver.

É perceptível, não só nos destaques anteriores quanto no excerto abaixo, a importância atribuída pelo autor à sexta arte:

A literatura de um povo é o seu fundo tradicional. É por ela que se chega ao conhecimento das origens, à intimidade do viver. Assim como nos mostra o templo com todo o ritual do culto, nos introduz no lar da família. Leva-nos às guerras, nos campos arroteados por entre as culturas; conta-nos a lenda maravilhosa das fontes e aponta-nos por entre as árvores sagradas, o abelheiro que recorre aos favos. Diz-nos como se laminava a espada, como se recobria o escudo, como se acobertava o corcel, como a matrona dobrava a lã e como a donzela recebia o esposo. Conta-nos a epopeia triunfal e o treno melancólico e, sem omitir episódios, gloriosos ou humilhantes, tristes ou jucundos, fala-nos das temerárias expedições através dos mares intratados ou de desertos áridos, expõe-nos os celeiros abundantes, desvela-

nos os primores da Arte e conduz-nos piedosamente às criptas funerárias (SILVA, 2018, p. 47-48).

Você provavelmente observou que a importância que AJS atribui à literatura não condiz com o modo como ela é percebida nos dias de hoje, em que há a disputa inevitável com outros gêneros textuais.

Observando a ênfase no aspecto ficcional, é prudente regressar alguns anos a fim de verificar de que modo a literatura era concebida por outros autores. Sívio Romero (1888), citado por AJS dezoito vezes, entende a expressão literária como os alemães: manifestação da inteligência do povo, seja na política, na arte ou na ciência. No entanto, ele condena a sinonimização da literatura com as belas-letas, distanciando-se do que é defendido por AJS: “Literatura ou Belas Letras, ou simplesmente Letras, é a ciência que abrange a gramática, a eloquência e a poesia” (SILVA, 2018, p. 51). O que é apresentado a seguir poderia ser considerado como a resposta de AJS à Romero: “As belas letras eram chamadas, pelos antigos, letras mais humanas, certamente porque tornam mais humano o próprio homem” (SILVA, 2018, p. 51).

O professor Alfredo acredita ser a literatura a mais importante das artes, devendo ser considerada “a luz da história, a claridade precursora de todo progresso, [já que] impõe-se ao espírito como complemento necessário da perfeita instrução” (SILVA, 2018, p. 49). Assim, é possível perceber que o autor considera ser possível o acesso a fatos históricos e culturais por meio da literatura, esta que, por remontar o passado, possui o poder de projetar o futuro e promover o progresso:

Sem a literatura pouco ou quase nada poderíamos hoje conhecer da moral, das ciências, das artes e das outras manifestações psíquicas de povos que, como o 50 da Grécia e o de Roma, tão proeminentes porque desempenharam na evolução mental da humanidade.

[...]

As grandes obras literárias imortalizam os fatos e as nações. A guerra de Tróia, os primitivos tempos da Grécia seriam, acaso, tão célebres, se no-los não descrevesse a “Ilíada”? Desapareceu o império romano, ruíram os seus monumentos; não se apagou, porém, a sua memória, porque a guardam as letras, escrínio das glórias pretéritas. Portugal será sempre célebre, porque o cantou Luiz de Camões.

Sem a literatura, dos próprios feitos pátrios triunfaria o tempo, que tudo consome, exceto das letras que lhes são sepulturas mais duráveis e perpétuas que as pirâmides do Egito e os mausoléus de Cária (SILVA, 2018, p. 49-50).

José Veríssimo (1916), por sua vez, delinea a literatura como a popularização da filosofia, uma vez que, por meio dela, as sociedades são perpassadas pelas diversas correntes filosóficas que colaboram com o progresso ou com modificações sociais.

Longe do caráter histórico, para Veríssimo (1915, p. 10), os autores também atribuem à literatura a função de tônico para o espírito:

é ela quem mantém nas almas, sem isso deprimidas pela necessidade de viver e afogadas nas preocupações materiais, a ânsia das altas questões que dominam a vida e lhe dão um sentido ou um alvo. Para muitos dos nossos contemporâneos sumiu-se-lhes a religião, anda longe a ciência; da literatura somente lhes advém os estímulos que os arrancam ao egoísmo estreito ou ao mister embrutecedor. Não se poderia definir com mais cabal justeza, nem com mais elegante simplicidade, a literatura e sua importância (VERÍSSIMO, 1915, p. 10).

AJS concorda e acrescenta a este pensamento a crença de ser a finalidade primordial da literatura ministrar prazer intelectual, habituar o espírito a saborear ideias e dispensar em tais ideias a alegria, o descanso e a renovação; em síntese: “o seu ofício é o instrumento de cultura interior” (SILVA, 2018, p. 50), afirmando que – junto com outras artes – a literatura fornece o desenvolvimento de sentidos estéticos, auxilia no progresso intelectual e moral de uma nação, além disso apura o gosto, dirigindo-se para o que é belo, verdadeiro e bondoso. A leitura aprofundada e a análise relacional e comportamental do autor indicam que o conceito de *beleza, verdade e bondade* encontram-se intrinsecamente relacionados a noções europeizadas, conforme discutiremos adiante.

Como você, brasileiro(a) da primeira metade do século XIX, encara a literatura? Que deslocamentos ela provoca? É para o confronto direto com nossas mazelas ou é para a emoção? Para AJS, a história da literatura tem valor semelhante ao da arte em si. Para o autor, ela começa com a língua e termina quando a nação desaparece. O recorte inimaginável de tempo suscita o quão inerente ao humano ela é, desde as cantigas repassadas de boca em boca longe da cultura escrita até as grandes narrativas heroicas de um povo.

Sívio Romero (1888, p. 2) afirma que

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho

de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

Para AJS, afirmações como essas só podem ser feitas porque, em algum momento, alguns homens escreveram a respeito de fatos históricos, tornando possível a compreensão e a interpretação de eventos anos depois, já que traduz o gênio, os costumes, o espírito, o caráter e as tendências de uma nação, podendo-se vislumbrar a noção de presente/passado e passado/futuro.

O professor baiano afirma, ainda, que os primeiros registros literários foram “ao lado das crônicas, os hinos, os cânticos, os autores, fé com que os primeiros missionários, querendo ganhar para Deus os seus catecúmenos, iam entretendo alegremente a alma do selvagem trazido dos matos aos brancos das escolas e das igrejinhas da missão” (SILVA, 2018, p. 48). O fato de que trata AJS é interpretado por sociólogos e historiadores da contemporaneidade como prática de desrespeito aos direitos individuais e coletivos dos indígenas (eugenia, intolerância religiosa, violência, genocídio etc.) e não como entretenimento. Para o autor, tal atitude caracteriza os primeiros passos rumo à “civilização”.

A questão levantada pela discussão anterior, das raças fundantes do povo brasileiro, não é deixada de lado por AJS, como te convido a ver em outro momento. Por hora, basta-nos a reflexão acerca do que se chamou de literatura brasileira. O professor baiano é veemente quando afirma que, para que haja o surgimento das primeiras obras literárias de uma nação, é necessário que esta tenha alcançado determinado grau de cultura (noção de evolucionismo como progresso), possua uma língua escrita e, principalmente, tenha construído o sentimento de nacionalidade. Por isso, chega à conclusão de que os indígenas, nativos dos solos brasileiros, “não tem literatura a menos que se considere como tal as suas lendas obscuras e não raro constituídas por ficção nos centros civilizados” (SILVA, 2018, p. 49).

Sobre a produção da literatura nacional, Antonio Candido (2000, p. 10) afirma

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. Se não lermos as obras que a compõem, ninguém as tomará do esquecimento, escasso ou incompreensão. Ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas muitas vezes débeis, outras vezes fortes, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculta, em meio a uma aclimação penosa da cultura europeia, procurava estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam, - dos quais se formaram os nossos.

Referindo-se ao período de 1750-1880, Candido (2000) explica, ainda, que no Brasil havia apenas *manifestações literárias* e não literatura propriamente dita, já que – dada a imaturidade do meio – grupos não eram formados, tampouco tinham linguagem específica e interesse por tais obras. Essa imaturidade seria decorrente do processo de colonização, que misturou três povos muito distintos. Para Candido (2000), a literatura brasileira, não mais as manifestações literárias, surge apenas com os árcades mineiros, que se preocupavam com assuntos tocantes à identidade do país.

Ainda nos dias de hoje, não só a literatura brasileira, mas a arte feita no Brasil, enfrenta o descrédito da própria população. O cinema, por exemplo, é uma das expressões artísticas mais acessíveis à maioria das pessoas; no entanto, filmes brasileiros recebem pouco espaço, enquanto produções estrangeiras ocupam quase todas as sessões, quase todos os horários.

Em 2020, Jair Bolsonaro atualizou o decreto que prevê uma cota mínima de exibição de longa-metragens brasileiras. Segundo o jornal *Correio do Povo*⁷, em cinemas de uma tela só, é obrigatória a exibição de filmes nacionais durante 27 dias do ano, com, no mínimo, três filmes diferentes. Não é estranho que o público brasileiro seja induzido a “optar” pela arte produzida em outros países em vez daquelas criadas em solo brasileiro? Essa pequena discussão sobre cinema nacional foi levantada para promover o entendimento de valorização da arte de outros povos, como é verificável no fragmento anterior de Candido (2000). Voltemos à literatura, especificamente.

Para Alfredo Silva, é por meio da literatura local, pouco valorizada por nós, que seria possível a busca pela identidade; a literatura nasceria pela ação do que chama de *fatores formadores*: “Na primeira parte estudam-se as condições literárias: 1º estáticas, imutáveis, o meio físico; 2º dinâmicas de evolução lenta: raças; 3º dinâmicas de evolução rápida: ambiente social” (SILVA, 2018, p. 54). Assim, transitaremos por essas três condições em nossa análise, estas que inevitavelmente remetem à ideia de “a terra, o homem e a luta” presente em *Os Sertões* (2003 [1902])⁸. Inclusive, você já leu?

⁷ ⁷ Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/artegenda/governo-estabelece-cotas-m%C3%ADnimas-para-filmes-nacionais-nos-cinemas-1.389406>>. Acesso em 25 out. 2020.

⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

Partamos para o meio físico. Quando começa a tratar desse fator formador, condição estática, é possível perceber que, para escrever sobre tal assunto, AJS utilizou-se da leitura de *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero (1888). Na descrição do Brasil, ele utiliza os seguintes apostos explicativos: “O Brasil, imensa pera sul-americana, enorme presunto da América do Sul, possante triângulo, é terra muito antiga, das que primeiro se formaram em nosso globo, constituído por dois altos maciços independentes e, de permeio, o vale do Amazonas” (SILVA, 2018, p. 55, grifos nossos). Na obra de Romero (1888), é possível ler:

a) “Na imensa pêra sul-americana, como dizem uns, no enorme presunto d’América do Sul, como se poderia chamar, o Brasil, ocupando talvez mais do terço, constitui uma região especial que se distingue por mais de uma singularidade” (ROMERO, 1888, p. 99, grifos nossos).

b) “O Brasil é um possante triângulo” (ROMERO, 1888, p. 100, grifo nosso).

Podemos ver a relação intertextual que o texto de AJS tece com o de Romero. A utilização das mesmas metáforas abstratas traz a ideia de aderência das ideias e concordância com o pensamento do autor, inclusive, usando o recurso de repetição de significantes. As semelhanças são presentes, também, como já mencionamos, no modo de organização do texto; não se encontra, por exemplo, na obra de José Veríssimo, seções específicas para tratar dos elementos formadores.

As semelhanças continuam. Ambos os autores discutem como o meio físico influi na formação do povo, tanto física, quanto mentalmente. AJS diz:

Não é somente sobre o aperfeiçoamento físico do homem que as condições mesológicas podem influir. O clima, o aspecto geográfico e outras particularidades do seu habitat determinam, também, modificações no aperfeiçoamento intelectual e até no moral e social. Essa questão tem sido estudada através de todas as escolas filosóficas, desde a mais remota antiguidade, e servido de base aos etnógrafos, em geral, aos fisiologistas e aos sociólogos (SILVA, 2018, p. 55).

Em seguida, o autor faz a defesa da escola do fator formador:

Por mais vago ou impreciso que seja o determinismo geográfico em face do estado de civilização de um povo, não é lícito revelar a ignorância de sua ação, principalmente quando se ponderam as mais categóricas opiniões, externadas por autores de incontestável valia (SILVA, 2018, p. 55).

Tal excerto denota a posição defensiva, antes mesmo de iniciar a discussão, como se tal debate fosse descredibilizado na época em favor da discussão sobre raça, que fervilhava nos âmbitos acadêmicos.

Sílvio Romero (1888) afirma que o meio físico opera como agente diferenciador da vida nacional de um povo, daí sua defesa acerca do distanciamento entre a literatura portuguesa e a brasileira, já que ambas estão sujeitas a diferentes fatores de produção. O sociólogo discorre, ainda, como tais fatores influenciam não só a identidade nacional e, conseqüentemente, a sua literatura, como a acordos e costumes internos, pois – para ele – o tipo de legislação vigente em um país e os aspectos comunicacionais dependem do meio, assim como o processo escravagista o qual se deu no território brasileiro e gera, ainda hoje, resultados sociais nefastos.

Foi ainda ele que determinou o fato da escravidão, criando o sistema de resgate dos índios e das bandeiras para os cativar, ao mesmo tempo que levava o colono reinol a ajudar-se do braço africano para desbravar este país tropical. E é preciso, por fim, afirmar que o meio tem sido e continua a ser poderoso agente jurídico, influido nos costumes, os hábitos, o trabalho, a economia e tantos outros elementos determinadores de nossa especial fisiologia e psicologia nacional, que todos criam relações jurídicas e provocam quase sempre a ação da lei (ROMERO, 1888, p. 101).

A partir desse momento, ambos os autores, Romero e Silva, contextualizam o território nacional diferenciando-o de outros países: versam sobre o solo propício ao desenvolvimento econômico, as riquezas minerais, a água abundante, a multiplicidade de climas, da fauna e da flora, as ricas florestas e, sobretudo, aos benefícios dos quais não gozam muitos outros países, como a ausência de terremotos e outros desastres naturais, vulcões e bichos perigosos.

Deixada em evidência a diversidade que cobre o país, os autores concordam que a diferença geográfica presente em cada região influi no temperamento do brasileiro, pois – aos seus olhos – é inegável a diferença comportamental entre habitantes do sul e do norte, por exemplo. As semelhanças nos discursos, no entanto, param por aí.

Para AJS, “O mar desempenha a função de tônico do organismo em geral e, principalmente, do espírito, emprestando-lhe vivacidade e alegria, sociabilidade e caráter expansivo” (SILVA, 2018, p. 58). Percebe-se, aqui, a romantização do mar, característica marcante da literatura portuguesa que, após o processo de independência das colônias, vive uma crise identitária que se apegava ao amor ao mar,

este que tantas glórias trouxe para o povo português em outros momentos. Analise, por um instante, o excerto anterior. Reserve-o para ser possível a comparação com um outro pensamento presente nos parágrafos seguintes.

Romero (1888, p. 106), por outro lado, descreve o temperamento dos litorâneos de outra forma: “Os moradores das terras baixas e quentes das praias e das matas são, em regra geral, anêmicos, apáticos, achacados em qualquer grau de desarranjos hepáticos”. Ele explica que tais arranjos comportamentais são consequência da alta fertilidade do solo, que produz com pouco trabalho, e pela facilidade de viver, a qual promove a acomodação - inimiga do progresso, em sua opinião –, já que avançar exige esforço e iniciativa.

Quando se trata do sertão, AJS afirma:

[...] o sertão, entre as selvas e as serras, à margem dos rios caudalosos ou nos pampas de fraca ondulação, acarreta um conjunto de qualidades que definem o egoísmo, concentração de caráter, intrepidez na defesa dos interesses próprios, taciturnidade de espírito, incomunicabilidade de ideias e pensamentos, pendor pela vida solitária, cenho de má catadura (SILVA, 2018, p. 58).

Agora, tendo em mãos as ideias de AJS sobre as localidades litorâneas e sobre o sertão, pergunto: como se sente a respeito? Você concorda? Morando no litoral, a sua existência é sempre vivaz? Residindo no sertão, vive sempre melancólico? A condição geográfica de um lugar pode influenciar de forma tão incisiva a vida das pessoas?

Esse discurso de AJS se aproxima do de Romero (1888), que diz que a condição do sertanejo é consequência da pobreza do solo e imprecisão do clima, o que forma um povo *sui-generis*:

Fracos de aparência e de aspecto, são pertinazes, enérgicos, resistentes em grau notável. São um tanto tristes, mas confiantes, resignados, afeitos ao trabalho aprendido diretamente da áspera luta com a natureza. Não são dissimulados nem fingidos; têm a rude sinceridade do sol de seus sertões, duro e severo como eles (ROMERO, 1888, p. 107).

O sociólogo considera apenas as regiões “de serra acima”, como Rio Grande e Rio de Janeiro, propícias para gestar pessoas de boa saúde física e mental.

Assim, nota-se as aproximações e distanciamentos entre o pensamento dos dois críticos literários quanto ao meio como fator formador. Em ambas as perspectivas, as de Alfredo e Romero, devemos considerar a diversidade do meio e suas

consequências a fim de se analisar não só a produção de cada local, como a economia, os hábitos, as crenças, o modo como se dá a comunicação etc. Desse modo, ver-se-á um Brasil multifacetado.

Na opinião de AJS, existem outros muitos fatores modificadores do temperamento do brasileiro, como a família, as relações econômicas, a história, o governo e a religião, mas, sobretudo, a raça. A partir disso, o autor pincela a discussão sobre raça, classificada como outro fator formador. Discutirei com você adiante.

De início, é necessário evidenciar o conceito de “raça” exposto por AJS: “Raça é o conjunto de indivíduos que apresentam, mais ou menos, caracteres comuns, transmitidos pela hereditariedade” (SILVA, 2018, p. 59). Para ele, a diferenciação étnica se dá pela distinção da maior ou menor capacidade de ação, pela energia e pelos hábitos próprios.

A questão da raça, apontada pelo autor como um problema, teve seu auge no século XIX com o Determinismo Biológico e perdurou por décadas. AJS não se isenta de discutir tal assunto, por considerá-lo de extrema importância para a compreensão dos rumos da literatura brasileira e da formação de seu povo. Para ele, o Brasil constitui-se como um gigante laboratório étnico, no qual é possível observar a operância de um processo que, sabemos, gerou você e eu.

Devido à constante migração, os habitantes do território nacional não representariam, segundo o professor, um tipo étnico específico e que o adjetivo pátrio “brasileiro” costuma ser dado à multidão heterogênea que povoa o país, que se mistura, resultando em mestiços, estes nascidos de três troncos fundamentais: o português, o índio e o negro, descritos pelo autor detalhadamente, conforme você pode verificar a seguir:

a) O negro:

Ao serem introduzidos no Brasil, os negros (o Homo afer) entravam numa evolução social mais adiantada que a dos índios: tinham governo, alguma disciplina, hábitos sedentários, como agricultores e criadores; eram dóceis, esforçados, laboriosos, bem que medo dos castigos corporais, que os senhores não poupavam.

[...]

De par com a afetividade, dorme muitas vezes o instinto de maldade feroz e treloucada, no preto. O preto é valentíssimo. Raramente se encontra a pusilanimidade nessa gente (SILVA, 2018, p. 60-61).

b) O índio:

Pequena mentalidade, sem progresso: La Condamine escreveu que eles envelhecem, sem deixar de ser meninos. Sem religião, nem governo, apenas terror a certas forças da natureza, como o trovão (Tupã), conduzidas à guerra pelo mais forte, o que matara mais inimigos (cacique). Supersticiosos, desconfiados, cruéis, alguns antropófagos.

Eram dados aos prazeres, danças, bebidas fermentadas, orgias; indolentes, incapazes de trabalho regular, desconfiados, traiçoeiros, rebeldes, preferiam a morte ao cativo. [...] Dos índios originaram-se os mestiços – mamelucos (½ branco, ½ índio) (SILVA, 2018, p. 60).

c) O português:

Eram uma mistura de povos indígenas da península Ibérica, com os seus sucessivos invasores, isto é, os arianos, semitas, árabes. De estatura mediana, corpo cheio, pele branca ou morena, cabelos negros, lisos e finos, bastante barba, cabeça alongada, fronte reta, olhos aproximados, nariz afilado, maçãs do rosto próximas e sem saliência. Inteligentes, astuciosos, aventureiros, cobiçosos de lucro, pesados aos inferiores, sensuais, vaidosos, tristes: são qualidades dominantes do caráter deles, que explicam a razão de ser de muitos do caráter do povo brasileiro (SILVA, 2018, p. 61).

AJS explica que, das três raças, resultam os mestiços, o povo genuinamente brasileiro:

Serão os brasileiros inteligentes e ávidos, ásperos no ganho e desperdiçados na economia, aventureiros e idealistas, como os brancos, serão sentimentais e servis, licenciosos e indisciplinados, e capazes, entretanto, das provocações mais penosas, como os pretos; serão altivos e indolentes, sem saber reagir às condições demoradas de pressão, mas insubmissos às coações afrontosas, como os brasileiros primitivos, qualidades muitas vezes antagônicas, que existem em dois indivíduos, próximos, no mesmo indivíduo alternativamente, ainda não depuradas e reunidas num resumo perfeito dos componentes (SILVA, 2018, p. 64).

Essa seria a opinião do autor sobre quem você é. Evidencia-se, no discurso do baiano, a associação de características tidas como positivas ao europeu (inteligentes, aventureiros, idealistas) e negativas para os nativos da terra (insubmissos, indolentes, pouco adaptativos) e para os negros escravizados (servis, licenciosos, indisciplinados, sofredores).

Em pensamento similar, Nina Rodrigues (2008 [1899]) discute questões relativas à mestiçagem em seu artigo *Mestiçagem, degenerescência e crime*. Para ele, o cruzamento de raças antropológicamente diferentes resultou em um desequilibrado e frágil produto, de pouca resistência moral e física, que não se adapta a nenhuma das condições climáticas e sociais das raças que denomina “superiores”.

A ideia de degeneração foi comum dos anos 1850 a 1950. Esse intervalo secular foi marcado pela teoria darwinista, que versava sobre evolução e seleção, tendo sido apropriada por neodarwinistas. Para Seyferth (2002, p. 32-33),

A crença nas virtudes civilizatórias da imigração europeia foi reforçada, na década de 1850, pela publicação da tese determinista racial do conde de Gobineau, diplomata com passagem pelo Rio de Janeiro, o qual manteve boas relações com o Imperador Pedro 11. À parte esse detalhe, sua suposição de que o destino de uma civilização depende do grau de miscigenação racial do povo (quanto mais “diluído” o sangue branco/ariano maior a decadência!), teve alguma notoriedade no Brasil, especialmente com a reapropriação da tese por Houston Steward Chamberlain e outros arautos do arianismo no final do século XIX. De fato, a noção de decadência estava associada à idéia de degeneração racial das classes trabalhadoras - algo que ia muito além da distinção entre brancos, pretos e amarelos. Mas o desiderato do branqueamento seletivo encontrou algum respaldo no gobinismo ressuscitado pelos darwinistas sociais, que inventaram a “raça histórica” - um conceito que, no caso brasileiro, traduzia-se como a possibilidade de clarear o povo por intermédio da seleção social, baseada na diluição dos sangue negros e indígenas e no aumento da imigração europeia.

Como visto, muitos teóricos, sobretudo os progressistas, acreditavam que a humanidade se degeneraria, dando espaço para uma espécie mais fraca e propensa a abusos, como perversão sexual e uso de drogas ilícitas. Nina Rodrigues (2008) acredita em tal teoria, daí a maioria dos seus textos denominarem os mestiços de degenerados.

A mestiçagem, considerada por Alfredo Silva característica dos brasileiros, é vista por Nina Rodrigues como antagonista. Diferente de AJS, que considera possuir o mestiço qualidades positivas (herdadas dos brancos) e também negativas (herdadas dos negros e indígenas), Nina Rodrigues (2008) discorre sobre o mau caráter e ausência de qualidades. Contudo, AJS, assim como Rodrigues, percebe que os aspectos negativos presentes nessa mistura étnica são decorrentes, dentre outras coisas, do clima, da má educação e da indisciplina social.

A essa mistura chamada por AJS de mestiçagem e por Nina Rodrigues de degeneração, Sílvio Romero (1888) denomina como raça histórica, já que não é constituída por uma única raça, mas pela união das três fundadoras. Para ele, elementos da “bela e valorosa” raça ariana foram unidos a outros elementos menos contemplativos. Dos três autores em análise, podemos dizer, então, que até este ponto Alfredo Silva é o mais ameno em suas colocações sobre o mestiço.

Romero (1888) diz, ainda, que a colonização portuguesa, diferente do que conta os românticos, tem vasto legado, ao qual o brasileiro deve muito do que é, como

a religião, a arte e a literatura. No entanto, essas contribuições teriam escasseado e se modificado pelo contato com índios e africanos, que, em sua percepção, produz mestiços e cria grande parte do povo brasileiro. Sobre como se deu a mistura, escreve:

Os três fatores étnicos não se acham aqui, como, com flagrante erro, se tem dito recentemente, apenas superpostos. Abstração feita dalguns milhares de portugueses da atual colônia existente entre nós, dalguns milhares de índios sem mescla esparsos no alto Norte, no longínquo Oeste, ou noutros recessos do país, e de cerca de dois milhões de negros puros espalhados por toda a parte, a restante população nacional tem amalgamado os elementos que a formaram e tende a fundi-los cada vez mais intensamente. Com a extinção do tráfico d'africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada d'Europeus, **poderá vir a predominar de futuro, ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável** (ROMERO, 1888, p. 108, grifos nossos).

Alfredo Silva parece concordar com o excerto acima, quando afirma ser comprovado por estatísticas e observação que desaparecem elementos característicos dos povos negros e indígenas quando o povo branco começa ser envolvido no processo de reprodução. Sendo AJS leitor de Sívio Romero, nota-se de quais fontes bebe o professor baiano para discutir raça como elemento formador.

Tratando-se das mulheres indígenas e negras, principais envolvidas no processo de mestiçagem, sobretudo por meio de relações sexuais forçadas, Alfredo Silva (2018) afirma:

a) Mulheres negras:

Amiga do branco, submissa, resignada, a mãe preta criou e alimentou gerações seguidas de brasileiros, *infiltrando-lhes, no sangue e no caráter, as virtudes e os vícios que trazia de sua raça*, de sua religião e de seus costumes. A ternura das mães ou das mucamas toca ao requinte do afeto quando o pequeno ser das carícias domésticas precise conciliar o sono (SILVA, 2018, p. 61, grifos meus).

As negras empregadas na pequena indústria e no serviço doméstico, foram mucamas, criadas de servir, amas de leite e concorreram com a sua sensibilidade de afetuosa e humilde, além de penas e trabalhos sem conta para criar os futuros brasileiros (SILVA, 2018, p. 62).

b) Mulheres indígenas: “As índias adaptavam-se mais facilmente à civilização, pois se consideravam elevadas pela união com os brancos, que não as desdenhavam” (SILVA, 2018, p. 60).

Observa-se a pouca atenção dedicada às mulheres indígenas, ao passo que as mulheres negras recebem maior destaque na produção intelectual de AJS, que

chega a escrever as letras das canções que as mães pretas mais cantavam para os filhos seus e filhos do branco. O pensamento de que a união com brancos fosse desejosa por parte de indígenas e negras perdurou por muito tempo, como pode ser observado no fragmento acerca da mulher indígena, esta considerada “mais adepta à civilização”.

Além disso, é válido ressaltar que os padrões de “civilização” dos quais tanto trata AJS são hegemônicos e europeizados, por isso podemos encontrar em seus escritos a noção de raças puras e superiores, conforme se vê quando o autor trata do *instinto de melhorar a espécie* comum a todos os pretos, estes que seriam atraídos pelo cruzamento com brancos.

Os mestiços resultantes do cruzamento negro/branco iriam, conforme se discutia no século XIX e foi reproduzido por AJS, depurar a raça inferior de origem, também pela ânsia do aperfeiçoamento. Grande estigma sofreram e ainda sofrem os negros em território brasileiro, já que o ideal preponderante da população ainda se volta para dentro da casa grande. Sílvio Romero (1888) diz que a ausência de estudos acerca do negro africano é uma das maiores provas de ingratidão cometidas em toda a história. Tal preconceito, que começa muito antes com a cultura escravagista comum nos países colonizadores, é reforçada em 1888, quando da abolição escravatura, mas se perpetua até os dias de hoje, como o(a) leitor(a) deve saber.

A partir disso, o negro passa a ser considerado um problema nacional. Desse modo, a sociedade reformula padrões comportamentais para o excluir – este que, livre, não poderia usufruir da dignidade humana, pela falta de condições básicas, como trabalho, moradia e alimentação. Assim, os presídios da época passaram a receber um público negro cada vez maior, pois a criminalidade era uma estratégia de sobrevivência. Desse modo, o período pós-abolição passa a ser o contexto em que a corrente teórica denominada “determinismo”, a qual subjugou a população negra a “cidadãos de segunda categoria”, perigosos e nocivos ao bom desenvolvimento social (FREITAS, 2009).

Essa discussão teórica, que é histórica e social, ainda é apagada nos dias de hoje. Ainda enquanto candidato, Bolsonaro exibia discursos de “piedade zero” com a população encarcerada, ignorando completamente os contextos sociais que levam o Brasil a ser um dos países com mais presídios, estes superlotados – em sua maioria

– por pessoas pretas, dadas as condições históricas. Ao *Correio Braziliense*⁹, ele disse: "Eu acho que a chance de alguém que pratica um furto ficar detido é zero junto com a audiência de custódia. Tem de acabar com isso. E não vem com essa historinha 'ah, os presídios são cheios e não recuperam ninguém'. É problema de quem cometeu o crime". Ele disse, ainda, que a questão da segurança pública é de responsabilidade dos policiais militares e que não deve ser pauta da discussão de filósofos e antropólogos. Se o(a) leitor(a) acompanha os pronunciamentos e posicionamentos do atual presidente, sabe que ele sempre procura colocar em vigência "soluções" imediatistas, além de desvalorizar uma discussão político-social.

De volta à discussão sobre mestiçagem, no capítulo "Opiniões sobre gente de cor", do livro *As elites de cor* (1955 [1952]), publicado em um período próximo ao de escrita de *AJS*, Thales de Azevedo apresenta cenários advindos tanto de jornais, livros, folhetins etc. quanto do imaginário popular, acerca dos negros, como a "inferioridade psíquica" dos pretos e dos mestiços, que – mesmo tendo "purificado" parte do DNA, não poderiam abandonar seus costumes bárbaros. Mário de Campos, citado por Azevedo, afirma, em seu artigo *Imigração escola*¹⁰, que negros são ignorantes a beirar a animalidade, portadores e transmissores de enfermidades endêmicas e praticantes de baixo fetichismo.

Por enxergar o negro e o indígena a partir perspectiva de progresso que os excluiria por meio da seleção natural, já que não cabiam nos padrões esperados pelo branco, é que Alfredo Silva considera a hegemonia da "raça superior" (branca) nas artes literárias, relegando ao índio e ao negro os créditos por alguns escassos vocábulos e pelo folclore, e somente aos afrodescendentes o papel de "inspiração" de poemas, dramas e romances escritos pelo branco.

AJS encerra sua discussão sobre etnia diferenciando o papel de cada uma das raças fundadoras na gestão do mestiço brasileiro:

O índio brasileiro era apático sem horizontes da imaginação. O português enquanto expansivo, alegre, irrequieto e fantasioso, como todo peninsular, tem uma certa delicadeza de emotividade especial e diferente. Aquele desalinho febril de concepção, que nos oferece o mestiço, é do sangue africano, é nosso devido ao cruzamento das três raças, definindo o nosso tipo em formação (SILVA, 2018, p. 65).

⁹ Disponível em: <noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/06/06/presidio-cheio-e-problema-de-quem-cometeu-o-crime-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em 19 out. 2020.

¹⁰A Tarde, Bahia 10, XI, 51.

Diferentemente do que apontei em outro momento desta escrita, Sívio Romero (1888) é mais ameno nas discussões sobre a mestiçagem ao discutir os efeitos nocivos da mistura com pretos e indígenas, sim, mas abraça a identidade mestiça como a do brasileiro e defende que os supostos defeitos apontados – tanto por ele, quanto por AJS – não são males irremediáveis, mas que poderiam ser resolvidos com uma educação de qualidade.

Sob outro viés, Manoel Bomfim (1905 [1993]), que escreve em período anterior ao de AJS, traz à baila a ideia de que o mestiço não apresenta problemas biológicos, como apontam outros autores, mas sociais e políticos, já que acabam sendo excluídos do meio social dado ao seu histórico de constituição e ao histórico escravocrata do país.

Passemos, portanto, ao terceiro fator de produção: o meio social. Para este fator, Alfredo Silva não dedica uma seção específica, como dedicou à raça e ao meio físico, por ser este um fator que transita por todos os outros e está presente em todas as relações estabelecidas entre seres vivos e não vivos. Assim, observamos a ação do meio social e sua influência na produção literária e identitária em outros tópicos e os exploraremos a partir da divisão dos séculos e movimentos literários propostos pelo autor: século XVI (Escola Pernambucana), século XVII (ação jesuítica, Escola Baiana e o Cultismo), século XVIII (as bandeiras, as academias, o Nativismo, a Escola Mineira e o Arcadismo) e, por fim, o século XIX (o Romantismo).

Sobre o meio social influem fatores outros, como a tradição, o folclore, as relações interpessoais e políticas etc. Alfredo Silva define a tradição como

a transmissão de fatos, lendas, sistemas etc, de idade em idade, sem prova escrita. Ela persiste resistindo a todos os embates, é a própria alma das raças, a sua semente espiritual que se multiplica em lendas, em poesia perpetuando os primeiros sonhos. Os povos trazem-na dos dias mais obscuros e transmitem-na como um espólio sagrado (SILVA, 2018, p. 65).

Assim, pode inferir que toda a produção de um povo, inclusive as literárias, as peças de teatro, os festejos etc. são resquícios de suas tradições ainda impregnadas nos costumes e passadas de geração em geração, diretamente da memória dos velhos para mentes infantis. De quais costumes você se lembra quando se fala em tradição?

Para AJS, a tradição brasileira é bastante complexa, uma vez que não se restringe aos costumes do colonizador, mas envolve os dois povos colonizados.

Segundo ele, o povo africano em nada contribuiu para as tradições pátrias e sua participação na formação deste país se deu de forma indireta, por meio de descendentes. No entanto, seus costumes ainda teriam ficado impregnados nas populações mais “baixas” (SILVA, 2018), já que – tão ignorantes quanto os que vieram diretamente da África – deixaram-se levar pelas “crendices”, feitiços, adivinhações etc. O indígena, por sua vez, apresentaria uma contribuição relativa para a literatura, mesmo sem possuir uma literatura própria, pois na perspectiva de AJS isso só se dá com povos de cultura elevada. Possuíam, no entanto, danças e cantos, as quais foram consideradas pelo autor como manifestação literária, embora para ele pareçam rudimentares e grosseiras. O parâmetro de avaliação continua sendo o europeu.

Já o mestiço teria sido o elemento transformador sobre a intuição nacional, como se observa, em suas próprias palavras:

O mestiço modificou, de conta própria, o que as outras raças forneceram à sua mentalidade; ou ainda perfilhou as modificações que umas infligiram às outras com as quais foram postas em contato. Se não é o mestiço o fator histórico da tradição nacional de maior importância, é sem dúvida, seu elemento transformador mais valioso (SILVA, 2018, p. 67).

Outro fator social essencial para a fundação de uma literatura nacional é o folclore, este que, para AJS, oferece-nos fontes para a análise da criação popular. Delas, é possível encontrar – tanto em prosa quanto em verso – obras populares de qualidade, além de promover a possibilidade de se estudar a língua em sua extensão genuína e os anseios/receios de grupos.

Os intelectuais do século XX viam o folclore brasileiro como uma possibilidade de entender as tradições e crenças locais, mas não davam a ele o caráter artístico-literário devido. Nos dias de hoje, nosso folclore ainda encontra resistência, já que é pouco difundido, inclusive no contexto escolar que, em sua maioria, no dia 22 de agosto, se mobilizam para celebrar a data comemorativa com a abordagem do assunto por meio das histórias mais populares. Você já deve ter percebido que o halloween, uma celebração do folclore norte-americano, encontra muito mais adeptos no Brasil do que o próprio folclore brasileiro.

Sigamos falando de um outro fator bastante discutido por AJS: a língua. O caldeamento linguístico resultante da mistura étnica promoveu um “português com açúcar”, diz o autor ao recitar Eça de Queiroz, já que à língua foi incrementada a docilidade das narrativas negreiras, que teriam temperado as lendas selvagens e

ingênuas. Observa-se, assim, na língua, a influência do meio social, já que por muito tempo os grupos letrados do país defenderam a preservação e conservação da língua portuguesa no Brasil tal qual foi recebida de Portugal.

Por isso, o século XV começa com intenso rigor gramatical em Portugal. No século XVI, a língua portuguesa tem ascensão com a literatura produzida por grandes escritores, como Camões. AJS reflete que acontece a independência do Brasil como nação, mas que esta não se materializa com a língua. O autor defende que a língua portuguesa falada no Brasil continua a ser a mesma falada em Portugal, já que as diferenças seriam insignificantes e dadas somente no âmbito oral, influência do povo indígena e negro. Quantas vezes você já ouviu opiniões semelhantes serem expressas?

Embora defenda, em muitos momentos, a nocividade da influência das duas raças fundadoras sobre o português, AJS compreende – conforme se lê a seguir – os benefícios da universalização, o que se distancia do seu perfil conservador e dos anseios dos anos 1950.

A universalização de tudo, dia a dia, dá um passo à frente. São formas políticas, usos sociais, legislação, etc., que se propagam de país a país. As línguas começam a interpenetração. O inglês avassala o cinema, o esportes, muitos termos comerciais, industriais e náuticos são adotadas já universalmente. Por conseguinte, o movimento geral é de aproximação e não de instauramento e diferenciação (SILVA, 2018, p. 72).

Para ele, as mudanças acontecidas na língua, no decorrer dos séculos por influências do meio social são: a) século XVII: há a influência nefasta do gongorismo (linguagem afetada, abuso do uso de figuras de linguagem), mas mantém-se a rigorosidade vernácula; b) século XVIII: há o avultamento do vocabulário português e latino; c) século XIX: há a valorização da língua.

No Brasil, no entanto, as fases “evolutivas” da língua, como chama, não são bem aceitas por ele. Pela influência indígena e negra, a língua recebe modificações fonéticas, mas não sintáticas, já que a cultura escrita do povo letrado “atrasa” essas modificações. A universalização defendida só valeria, portanto, quando não envolve a língua falada por etnias consideradas pelo autor como “inferiores”.

As influências recíprocas entre o meio e seus habitantes, no entanto, teriam produzido um português com mais colorido e brilho apenas até certo ponto. Na contramão dos benefícios, AJS afirma que

Ao lado de muitos brasileirismos agradáveis, o povo introduziu na língua **vícios** de linguagem **censuráveis**, solecismos e **defeituosas** abreviações de pronúncia. Solidônio Leite (1922) atribui esses erros de prolação ao comércio da escravatura e sua influência na penetração, entre nós, dos dialetos indo-portugueses. Aos dialetos indo-portugueses atribui ele os casos de simplificação de *ei* em *ê*, de *ou* em *ô*, a apócope do *r* no infinito dos verbos, a redução dos **esdrúxulos**, os **abomináveis** exemplos de aféreses: Bastião, ocê, marrá, cabá, panhá, por Sebastião, você, amarrar, acabar, apanhar, etc. Verificam-se, porém, essas **imperfeições** somente no baixo povo e entre os caipiras ou sertanejos (SILVA, 2018, p. 74, grifos meus).

Os adjetivos e substantivos destacados são autoexplicativos, perceba. Todos negativos, opõem-se aos usados para descrever a língua utilizada pelos letrados, estes que se esforçavam para se manterem ilesos às influências e “desleixos” promovidos pelo caldeamento interracial.

Enquanto alguns escritores mantinham-se firmes na decisão de preservar a língua, outros incluíam em seus escritos o linguajar popular, já que este é o único modo de representar o povo em sua forma genuína, ao que AJS chama de “descaso pela correção gramatical”.

No tempo da escrita do manuscrito, por volta dos anos 1950, AJS atribuía a influência “deletéria” das novas ocorrências linguística aos regionalistas, a quem condena, já que – em sua opinião – a literatura deve representar a identidade do povo como um todo e não partes dele, conforme se verifica a seguir:

O Brasil não está adstrito ao tipo sertanejo, como não se acha identificado com os selvagens que ainda permanecem nas florestas de alguns estados, nem com a população rústica das cidades.

Combatemos o bairrismo, o regionalismo e o nativismo, para conseguir o nacionalismo, a psicologia de um brasileiro característico, uno e indivisível, como são o inglês, o alemão, o francês e o japonês (SILVA, 2018, p. 76).

Nota-se que o nascimento de um sentimento regional, consequência da influência do meio físico, mas – sobretudo – do meio social, produz asco a alguns, como a AJS, os quais veem a representatividade uma como único caminho para se alcançar a identidade nacional; infere-se, assim, que a literatura ideal para ele não seria aquela que inclui o “baixo povo”, como chama, mas uma elite letrada com moral e costumes europeus. Consigo, e espero que você também, ver muito disso nos dias de hoje, uma vez que se costuma considerar como de má qualidade aquilo que o povo acessa e aprecia, a exemplo do funk.

As influências do meio social na literatura que se escreveu em território brasileiro começam no século XVI com a Escola Pernambucana, estado em que se constitui “o primitivo foco da civilização brasileira”. Até então, o que temos é a literatura de informação, a qual era produzida por otimistas e nacionalistas. AJS explica que, embora fossem escritas tentativas de literatura, não era possível considerá-las como brasileiras, pois a terra recém-descoberta ainda não gozava de uma identidade própria.

O meio social era ainda constituído de gente de “baixa estirpe”, como prostitutas, ladrões e desertores. Somente em 1549, chega às terras brasileiras pessoas que, para AJS, poderiam regenerar a colônia e, assim, iniciar a verdadeira formação da sociedade brasileira. A literatura é evocada a partir daí. Convido o(a) leitor(a) a uma pequena linha cronológica de acontecimentos literários:

No século XVII, a ação dos jesuítas ganha espaço, pois eram vistos como aqueles que tinham um papel fundamental na construção da nação. Para AJS, muitos foram os talentos literários esculpidos pelas mãos dos padres, a exemplo de Antônio Vieira. Assim, o autor considera que foram esses homens os grandes pioneiros da civilização brasileira, sendo impossível, hoje, negar sua influência no meio social – no trabalho evangelizador ou educativo – para a literatura que se fez no período.

Com a Escola Baiana, surgem os primeiros alvares de nacionalidade com a defesa do território nacional das invasões estrangeiras, que impulsionou o espírito nativista, apesar dos prejuízos causados à colônia. Cresce a economia, intensifica-se a religiosidade e aumenta-se a quantidade dos mestiços, fator fundamental para a constituição da literatura que mais tarde seria denominada brasileira.

Tempos depois, verificam-se traços de cultismo na literatura produzida no Brasil, o que é recriminado veementemente por AJS. Para ele, para um texto ser agradável e inteligente, não precisa ser obscuro, confuso e inacessível à compreensão, conforme exemplifica com figuras de linguagem: “Não se diziam as coisas simplesmente, mas rebuscadamente: as lágrimas eram ‘pérolas de Iris’; as faces eram ‘tronos do pudor’; um copo d’água era “um banho interior”; uma vela era ‘um suplemento do sol’... e assim por diante” (SILVA, 2018, p. 94).

AJS conta que, no século XVIII, o Brasil se viu envolvido em revoluções de âmbito social e sofreu um lapso com a expectativa de exploração do minério, sobretudo em Minas Gerais. Com o fator social da imigração, presencia-se as narrativas fantásticas comuns a outras regiões influenciando na literatura do país.

Ainda nesse século, floresceram as academias literárias, especificamente nos reinados de Dom João V e Dom José I. O rápido movimento social da colônia se deu graças à riqueza gerada pela intensa exploração do solo e pelas medidas de Marquês de Pombal, designadas por AJS como sábias. A partir disso, a literatura assume um caráter um pouco mais naturalista e mostra alguns traços do desejo de independência.

Quando surge o movimento nativista, o povo já sentia algum orgulho em anunciar uma literatura que refletia a realidade brasileira. Descobriu-se minas de ouro, as quais proporcionaram mais tarde conflitos e guerras, o que foi considerado por AJS como propulsor para a vida nacional.

Na segunda metade do século XVIII, o que já mandava sinais por meio do nativismo é intensificado na Escola Mineira. Das riquezas oferecidas pelo estado de Minas Gerais, a que AJS destaca como digna de gratidão é a preocupação de impulsionar a literatura brasileira. As produções tentam representar as riquezas do país e tecem-se longas descrições do Brasil Colônia, tudo voltado para a cultura clássica.

Quando do Arcadismo, a literatura tenta se desvencilhar das influências estrangeiras que sempre a assombraram, sobretudo o gongorismo, altamente criticado pelo autor. Ele conta que a Escola Arcádica, fundada inicialmente na França, expurgou da língua estrangeirismos, valorizando a “fonte pura” da linguagem do século XVI:

Em primeiro lugar atuava o nativismo que se convertera em patriotismo, imprimindo-lhe feição nacional. Avultavam outras causas determinantes de diferenciação: o meio físico e o tipo étnico. Vigoravam de um lado a beleza do deslumbrante cenário da natureza e os efeitos do clima estimulante; de outro, os efeitos do cruzamento na formação de um novo tipo social. **E para aperfeiçoar a divergência intervinham o meio econômico, resultante da indústria de mineração, e novas condições da vida do povo** (SILVA, 2018, p. 137, grifo nosso).

Observa-se, no excerto anterior, a afirmativa de AJS quanto a tríade formadora dos movimentos literários e buscas identitárias: o meio físico, o tipo étnico e o meio social, que – neste caso – deu-se pelas modificações econômicas e novas formas de vida.

Nos três séculos discutidos (XVI, XVII, XVIII), nota-se a tentativa de cópia da literatura europeia, sobretudo a portuguesa. O que muda tal cenário é um fator social:

a independência da América e a revolução europeia. Tais acontecimentos sacodem os rumos literários.

No Brasil, conta AJS, a sexta arte também foi sacudida pela influência do meio social, a saber: o Brasil foi elevado a Reino, a corte portuguesa mudou-se para o Rio de Janeiro, houve abertura dos portos ao comércio universal e a proclamação da Independência, tudo isso colaborou para que se firmasse o caráter da nova raça, ainda instável, e para que fosse formado o espírito nacional.

Por isso, Alfredo Silva acredita que, somente no século XIX, é que o Brasil gozou de uma literatura verdadeiramente nacional por meio da revolução literária:

As fórmulas clássicas haviam encerrado a cultura humana num círculo de ferro. Era o preciso reagir. Um surto de vida nova, de entusiasmo, fez surgir, num segundo renascimento, tradições esquecidas, consubstanciando toda a arte no maravilhoso e no fantástico, nas lembranças da idade média, e até do Oriente, bem como nas tradições populares (SILVA, 2018, p. 152).

Trata-se do Romantismo, movimento que fez renovar o pensamento reflexivo e filosófico, a harmonia e a suavidade dos escritos, dando ritmo novo e cantando o amor e a alma garrida da juventude, além de propiciar a experiência de possuir uma identidade brasileira, a começar pela linguagem, conforme discute Veríssimo (1916, p. 87):

Ao contrário do que até então se passava, a educação literária da maioria dos escritores dessa geração se fizera aqui mesmo. Por desgosto da metrópole, entraram a abandonar-lhe a escola, até aí assídua e submissamente freqüentada. Falavam, pois, a língua que aqui se falava, e naturalmente a escreviam como a falavam, sem mais arremedo do casticismo reinol. A que escreveram, e não é por ventura este um dos seus somenos méritos do ponto de vista da nossa evolução geral, mérito que avultará quando de todo nos emanciparmos literariamente de Portugal, não é mais a que aqui antes deles se escrevia.

O parto com Portugal começa com o Nativismo e se dá, definitivamente, no Romantismo. Sílvio Romero (1888) trata das fases evolutivas sem aprofundá-las ou organizar o texto de forma mais clara. José Veríssimo (1916) dá atenção às correntes literárias com mais detalhes, como o faz Alfredo Silva, detalhando algumas modificações ocorridas por influência do meio, conforme resumido neste estudo.

Evidenciado o terceiro fator de produção, o meio social, AJS fecha suas reflexões, no primeiro volume da sua *Gramática*, acerca da literatura brasileira e da

busca pela identidade nacional. Vê-se que tal processo demora séculos para acontecer.

O autor não deixa claro o motivo de ser o romantismo o último movimento literário que analisa. De início, especulei três possibilidades: 1) as folhas do primeiro caderno acabaram, simplesmente; 2) ele considera que os movimentos que surgem depois são extensões do romantismo; 3) ele já cumpriu o objetivo a que se propôs: discutir a formação da literatura na perspectiva de encontro da identidade do povo brasileiro.

Após ter realizado a edição do volume dois, pude constatar que, apesar de fazer uma breve recapitulação do volume um por meio de paráfrase ou reprodução integral de períodos, o autor continua a historicizar as correntes literárias de onde ele havia parado, chegando até o parnasianismo, onde finalmente encerra. Ele não discorre como categoria sobre o modernismo, provavelmente por ter vivido o período de ascensão do movimento e discordar dos ideais, o que evidencia o seu caráter conservador.

Ao colocar a produção intelectual de AJS ao lado de outras produções de semelhante temática reconhecidas nacionalmente, esta escrita tenta divulgar e atribuir a devida importância a documentos de inimaginável valor cultural outrora guardados e esquecidos e confere a Alfredo José da Silva o título de **crítico literário**, termo que – talvez – ele nunca tenha pensado para si mesmo.

Espero ter levado a constatação de que o ensaio de crítica literária escrito por Alfredo Silva não deixa a desejar quando comparada a outras produções da época, como as aqui analisadas; na verdade, possibilita a visualização de um intelectual de busca autônoma: em sua biblioteca particular constava mais de três mil títulos, variando entre as mais diversas áreas, como economia, microfísica e artes.

Caetité, pelo menos nas primeiras décadas do século XXI, não gozava de livrarias. Alguns exemplares do jornal *A Penna*, de circulação popular entre os séculos XIX e XX, apresentam anúncios de livrarias instaladas na cidade, mas, analisando a estrutura do município e a quantidade de munícipes no período, acredito serem de tamanhos reduzidos, sendo a principal a de João Gumes, proprietário do jornal. Assim, esse panorama faz-me crer nos esforços pessoais do professor Alfredo Silva na busca por livros, comprados, talvez, em suas raras viagens à capital.

A seriedade do seu ser, como descrito pelo diretor Pintangueiras em correspondências e por Waldir Silvão (2008) em livro, fazia com que Alfredo José da

Silva vivesse para o trabalho muito mais do que para a família. O desejo pelo conhecimento em multiáreas, não só na que atuava, transformou-o em um dos eruditos mais influentes de Caetité, rendendo, ainda hoje, estudos sobre sua vida, seu legado imaterial e, sobretudo, sua obra, como nesta carta que para você envio.

As experiências de vida, segundo Merleau-Ponty (1974), mobilizam a produção do autor. As de Alfredo José da Silva formam o sertanejo forte de quem fala Guimarães Rosa. O homem de personalidade difícil, de vida dura e caminho árduo reorganiza suas vivências no mundo imaginário e corpo da linguagem; discute os pequenos prazeres da vida, quando ele mesmo aparenta gozar de poucos; discute a modernização do fazer escolar enquanto, de si para si, viveu a educação escolar e familiar com punhos de ferro. É a ilustração metafórica da pintura com fundo na linguagem e da linguagem com fundo na pintura discutida por Merleau-Ponty (1974).

Alfredo Silva é, evidentemente, um homem do seu tempo apegado a valores morais e a costumes europeizados. Dessa forma, ele estabelece diálogo com as formas de viver e pensar que circulavam em seu entorno no século XX, com doses consideráveis de conservadorismo, o que promove – inclusive – represália por parte de alguns caetiteenses. Sua paixão pela literatura e pela pátria movimenta-o, o que o faz produzir um dos mais notórios cabedais intelectuais do seu período.

4 CARTA AOS DOCENTES ATENTOS AOS CONTEXTOS SOCIOCULTURAIS QUE NOS ENVOLVERAM E AINDA NOS ENVOLVEM

Caetité, 15 de maio de 2020.

Caros(as) professores(as),

Sentir saudade é uma das grandes características humanas. Caetano Veloso canta em “Saudosismos” a dor e o prazer de lembrar o passado com desejo: “Eu, você, João / Girando na vitrola sem parar / E eu fico comovido de lembrar / O tempo e o som / Ah! Como era bom / Mas chega de saudade / A realidade é que / Aprendemos com João / Pra sempre / A ser desafinados”. A letra é sobre a bossa-nova de João Gilberto que foi e não volta nunca, mas deixa rastros expressos por um único verbo: aprender.

Alfredo Silva, como muitos dos(as) leitores(as), era um saudosista. Encarava a literatura do passado como a de mais qualidade, a língua do passado como a de maior requinte e o povo do passado – em sua opinião, quase sem misturas étnicas – como o mais legítimo. O que o professor baiano não quis ou não conseguiu perceber foi o presente como algo histórico, que alcança páginas como estas décadas mais tarde.

A memória pinta de cores mais vibrantes acontecimentos que no momento do hoje parecem meio sépia para todos. Ao voltar os olhos de agora para o passado da educação, por exemplo, detectamos uma espécie de saudosismo que ninguém assume, mas se lê nas entrelinhas: “A escola não tem mais jeito”, “A educação está quebrada”, “O currículo falhou”, como se em algum momento a escola, a educação e o currículo tivessem acertado. Já ouviu semelhantes assertivas?

A criação da Escola Normal, por exemplo, é um marco na história da educação do país. Caetité, que abrigou a instituição até que ela viesse a se tornar Instituto de Educação, carrega sempre com orgulho essa lembrança sem mácula. Um olhar um pouco mais profundo, no entanto, revela marcas que a memória saudosa insiste em ignorar.

É sobre essas marcas que escrevo. Quero te levar a compreender as colaborações e participações de Alfredo Silva nesse passado que é tão rememorado no que tange à história da educação, com ênfase na Escola Normal, instituição da qual foi professor e, posteriormente, diretor. Para isso, utilizo o livro canhoto de cartas

enviadas e recebidas¹¹ a partir de 1926 por ele, enquanto diretor da Escola Normal, bem como os relatos do seu filho Waldir Silvão (2008), além do segundo volume do seu manuscrito intitulado *Gramática (2020)*.

Como todo acontecimento histórico visto com a perspectiva contemporânea, a análise da história da Escola Normal em Caetité mostra as conquistas quanto aos primeiros raios de formação de professores e investimento em educação no sertão baiano, mas apresenta, também, o reforço de costumes e ideais morais, tais como a religiosidade, o que colaborou com a manutenção do *status quo* na região.

A Escola Normal (doravante EN) surgiu na França em 1795. Ela propôs a descentralização do poder da igreja e a ascensão do Estado sobre a educação de crianças. Sua atuação foi ensinada lições importantes, como a necessidade de um ensino científico, percepção influenciada por cientistas como Laplace e Lagrange.

Apesar da proposta de renovação do projeto político, econômico e cultural, a classe docente enfrentava problemas, como ainda nos dias de hoje, a exemplo da má remuneração e baixa qualificação. Além disso, a proposta de laicidade e gratuidade não se cumpriram, uma vez que a igreja continuava exercendo poder e o público majoritário vinha das elites.

Estas discussões são intensificadas mais tarde, quando o industrialismo altera o cenário urbano. Agora, o homem – submetido à dinâmica das produções em massa nas fábricas – carecia da compreensão da dinâmica de grupo e do trabalho em equipe. Acreditava-se que tais noções deveriam ser ofertadas pela escola, que até então enfrentava os problemas da desqualificação. Além disso, o projeto de formação dos Estados Nacionais exigia o controle da disseminação de informações para que se pudesse criar um sentimento de nacionalidade que até então era compreendido como uma possibilidade para o progresso. Por estes motivos, a educação começou a receber atenção, já que era vista como solução para os problemas acarretados pelo capitalismo, e difundiu-se na América e na Europa as Escolas Normais.

No Brasil, a EN foi difundida a partir da terceira metade do século XIX por causa da crise política ocasionada pela abdicação de Dom Pedro I. O país se encontrava independente, mas não gozava de soberania nacional; a identidade que se observava ainda era genuinamente portuguesa, conforme Alfredo Silva explica no segundo

¹¹ Fonte histórica salvaguardada pelo Instituto de Educação Anísio Teixeira.

volume da *Gramática*. Para melhor ser compreendida, peço algo que pedirei ao longo de toda esta carta: que adentre comigo numa pequena retomada histórica.

Disputam a arena política, três grupos: conservadores, liberais exaltados e liberais moderados, dentre os quais prevalece o último, com seus ideais de liberalismo na consolidação de uma nação que gozasse de equilíbrio. Para isso, precisou-se pensar meios de creditar ao povo, a maioria considerada cidadãos inativos, informação e instrução, e assim formar um exército qualitativo e não quantitativo de pessoas (MARTINS, 2009).

Cada província ficou responsável por disponibilizar um ensino básico capaz de atender aos objetivos dos liberais moderados, o que só se efetiva nas províncias de maior recurso financeiro. A Bahia é o segundo estado a implantar a EN, em 1836. Em Caetité, sua implantação acontece em 1896, mas é fechada pouco tempo depois por razões políticas, já que o governo municipal da época se opusera ao governo do estado. A alegação, no entanto, era que a escola dispunha de poucos candidatos às vagas.

Anísio Teixeira, um dos idealizadores da EN no Brasil e cidadão caetiteense, buscou, junto ao poder estadual, a reimplantação da instituição na cidade. No *A Penna*, jornal local, foi publicado um artigo sobre a reabertura, nele é possível ler que o educador rebate, logo no primeiro parágrafo, a alegação de Severino Vieira, responsável pelo decreto de fechamento. Nele, lê-se:

Se é certo que era pequeno o número de candidatas à nobre profissão de ensinar, como chegamos a conceber, uma justa razão existia para que assim sucedesse. É que, logo após a inauguração da antiga Escola, começou o zumzum dos pessimistas e dos malfazejos, que pouco se importam [que] haja progresso intelectual nesta região malsinada, a propagar a ideia de que o nosso instituto não perduraria, que de um dia para o outro seria fechado; que dele não resultaria as vantagens esperadas; que o professorado era incompetente e quejandas falsas apreciações desses que esperam [que] desponte o fruto antes da flor, o gérmen antes da fecundação.¹²

Sobre o fechamento da EN, o autor – provavelmente João Gumes, proprietário e redator do jornal - é taxativo:

[...] não só deixamos de progredir intelectualmente, mas chegamos a retrogradar, porque nos tempos de antanho não era assim; não havia movimento de descrédito que depois se levantou contra nós e o

12 A PENNA. Eschola Normal de Caetité: sua solene inauguração. A Penna. Caetité, 29 abr. 1926 (transcrição livre – linguagem atualizada pela autora).

analfabetismo era combatido insistentemente; havia escolas por toda a parte.¹³

O posicionamento de Gumes sobre o retrocesso provocado pelo fechamento da primeira versão da EN no município dá-se por seu engajamento na luta antianalfabetismo. Inúmeras instituições responsáveis pela instrução da população caetiteense foram fechadas pela falta de profissionais, uma vez que – como o autor afirma em outro momento do texto – os professores dos grandes centros urbanos não ousavam migrar para o interior.

Gumes segue rebatendo que, se há dois colégios particulares na cidade com demanda, como não haveria em um colégio público? Ele explica o número reduzido de matrículas é uma bola de neve:

Se no primeiro ano o número de matriculados é pequeno, a razão justíssima é não termos tido escolas primárias e fundamentais que habilitassem a nossa mocidade a requerer a sua admissão; que sabemos de grande número de candidatos à matrícula que, desejando-a, não a conseguiram por impossibilitados. Daí concluírem que, no futuro, a matrícula de normalistas será aumentada de modo que compensará o sacrifício pecuniário do governo estadual.¹⁴

Após reforçar, neste e em outros parágrafos, a importância de haver no Sertão um centro formador de professores, o autor detalha os acontecimentos da sessão de reinauguração da EN, que se dá em 1926. Integrando o corpo docente, encontra-se Alfredo José da Silva.

“A escola normal vae ser o centro irradiador de novos professores e de uma nova mentalidade pedagogica”, afirma Anísio Teixeira em seu discurso de abertura, transcrito na matéria supracitada do jornal *A Penna*. O longo discurso do educador brasileiro promove a esperança de uma educação revolucionária:

Se quisermos, aqui, fazer o processo da nossa escola primária, não encontramos, igualmente, talvez, acentuadas, as faltas geris de que a acusam?

Não é ela, tanta vez, o pesadelo de nossas crianças, a sua grande aflição, nessa época, em que o desejo de atividade e de liberdade que as domina se opõe com a violência aos processos convencionais, à rotina, à sedentariedade, a tudo o que nega a plena expansão da rotina?

¹³ A PENNA. Eschola Normal de Caetité: sua solene inauguração. *A Penna*. Caetité, 29 abr. 1926 (transcrição livre – linguagem atualizada pela autora).

¹⁴ A PENNA. Eschola Normal de Caetité: sua solene inauguração. *A Penna*. Caetité, 29 abr. 1926 (transcrição livre – linguagem atualizada pela autora).

O formalismo, os processos mecânicos do ensino, a radical incompreensão da alma infantil não florescem, infelizmente, em nossas escolas, mais comumente do que desejaríamos?

E alguns de nós pode negar que a nossa escola, quase sempre se põe à margem da vida e que esse período escolar, raramente risonho, por que todos passamos, corresponde muitas vezes a uma segregação em um meio factício, de atividade puramente formal em que aprendemos mil e uma coisas, mas não aprendemos a viver?¹⁵

A prática, no entanto, não contemplava as palavras de Anísio Teixeira como um todo: o que se verificava era uma escola com a rigidez e muitos métodos antigos de ensino, sendo Alfredo José da Silva um dos defensores da bandeira conservadora que na época predominava.

Na Bahia, o público alvo era formado por alunos do sexo masculino, acima dos 16 anos de idade, que deveriam ter sido aprovados em alguma aula de instrução primária e dar provas de bom comportamento. A ênfase à boa conduta justifica-se pela preocupação da época em formar apenas professores de excelente reputação; como se vê no próprio currículo, a ênfase não era dada à formação intelectual desse professor, já que o objeto maior era produzir profissionais que colaborassem com a organização social, a ordem e a “civildade” (VILELA, 1992).

Alfredo Silva era um professor modelo da sua época. Silvão afirma em suas memórias que o pai era um homem de muita modéstia e de muito zelo pelo próprio conhecimento, sério e dedicado ao seu fazer docente. Correspondia às exigências quanto ao perfil de professor que deveria formar outros professores com semelhante postura. No artigo intitulado “A Escola” que AJS escreveu para o jornal riocontense *O Cinzel* em 1913, lê-se: “A escola é lugar destinado a preparar na criança imperfeita e inconsciente o cidadão perfeito e dotado de uma consciência refletida, cultivando-lhe os grandes sentimentos tornando-a capaz de fazer o engrandecimento da pátria”. Trata-se de um artigo de 1913, quase uma década antes de seu ingresso como professor na EN, no entanto seus posicionamentos são mantidos em sua prática docente, o que é perceptível tanto no discurso dos manuscritos quanto das cartas do livro canhoto.

O(a) leitor(a) deve estar nesse momento analisando o discurso do fragmento do artigo anteriormente transcrito e comparando-o com as teorias contemporâneas de educação inspiradas em Jean Piaget no que tange à compreensão do que é esse ser

¹⁵ A PENNA. Eschola Normal de Caetité: sua solene inauguração. A Penna. Caetité, 29 abr. 1926 (transcrição livre – linguagem atualizada pela autora)

estudante, não mais concebido como tábula rasa. Deve, também, estar fazendo um trabalho de rememoração das teorias filosóficas de Santo Agostinho, talvez indiretamente, ao se questionar o que é ser perfeito e, é claro, imperfeito.

AJS parece querer desenhar um ideário de perfeição em um cidadão modelo universal que deveria ser moldado pela escola, que, por sua lógica, funcionaria como “fábrica de perfeição”, aquela que não erra, o que diz muito sobre as concepções do professor sobre o espaço acadêmico e o que poderia, inclusive, começar a justificar o sentimento de saudade que se sente (sentimos?) ao pensar no passado. A verdade é, você provavelmente concordará, que sujeitos perfeitos inexistem. Professores são imperfeitos, alunos são imperfeitos. Além dessa semelhança, outra que chama a atenção é o desejo pela busca de melhorias. Essa, sim, deveria ser função da escola.

Ficou a cargo da EN, no período, a noção de redenção social por meio do ensino, do professor como herói de tempos de mudanças e de uma educação romantizada. Discurso semelhante ao de AJS é o de Anísio Teixeira na reinauguração da EN em Caetité. Ele diz:

E a velha verdade, é que a educação deve modelar de dentro para fora, fazendo vibrar e trabalhar os próprios recursos infantis, desenvolvendo-lhe pelo exercício de suas atividades espontâneas as virtualidades extraordinárias que se escondem no seu organismo. Toda educação que não visar este alto fim, que não tiver em conta que a criança se desenvolve como uma pequena planta, segundo as leis que lhe são próprias; que ela não possui verdadeiramente senão o que assimilou por um trabalho pessoal de digestão, faz obra má.

Em outro momento, Anísio Teixeira demonstra extrema preocupação com a identidade sertaneja que se espera formar:

[...] Aliemos a tudo isto a constante preocupação regional e saibamos sempre que formamos sertanejos, isto é, homens que irão lutar com uma natureza áspera e irregular e cujos meios de vitória ainda são primitivos.

Demos-lhes a consciência de duas responsabilidades perante a terra a que vão servir e que, só eles, poderão um dia erguer ás elevações civilizadas dos países esclarecidos e fortes. Para essa escola, vedes bem que não é tão difícil obter o mestre, mas é necessário formá-lo.

Formar uma identidade sertaneja aparentemente nunca foi o objetivo de AJS. Nos dois volumes da sua *Gramática*, o que se percebe é um desejo de formar no povo

um sentimento genuinamente brasileiro, já que as regionalizações são – para ele – especificidades de que não deveriam tratar, por exemplo, a literatura e a educação:

No momento atual, a influência deletéria se manifesta por parte dos regionalistas. Catulo Cearense, assimilando o modo de falar dos sertanejos do Norte, escreveu alguns livros. Os novos escritores do Rio Grande do Sul procuram instituir um dialeto gaúcho. Monteiro Lobato, seguido por imitadores, transfere para os livros as expressões dos matutos ou jecas, como ele os chama.

O mesmo fenômeno de regionalismo se encontra espalhado em vários pontos do país, principalmente na Amazônia e no Rio Grande do Sul. A linguagem adaptada pelos regionalistas é repelida por todos, por que não traduz absolutamente, o modo de falar e de escrever do povo brasileiro.

O Brasil não está adstrito ao tipo sertanejo, como não se acha identificado com os selvagens que ainda permanecem nas florestas de alguns estados, nem com a população rústica das cidades.

Combatemos o bairrismo, o regionalismo e o nativismo, para conseguir o nacionalismo, a psicologia de um brasileiro característico, uno e indivisível, como são o inglês, o alemão, o francês e o japonês (AJS, 2018, p. 76).

O desejo de uma identidade nacional caminhava junto com os objetivos de controle social, já que pouco tempo antes o Brasil vivenciou inúmeras revoltas, como a Balaiada e a Sabinada. No artigo “Escola”, AJS se posiciona:

A escola é o principal fator do progresso e da civilização de um povo.

Só um povo rude e grosseiro desconhecerá esta asserção. Preconceitos toda ela ou contra os professores primários só podem se animar em espírito carcomido pelo nefando gérmen da ignorância.

O mestre não é um simples empregado público, ainda é mais três vezes segundo a etimologia da palavra.

O mestre é o futuro de um povo.

Do civismo daquele que se enobrece com este nome depende o engrandecimento da Pátria.

O Brasil volta a viver no final da década de 2010 e início de 2020, o(a) leitor(a) bem sabe, o desejo de construção do amor à pátria. Em 2018, Jair Messias Bolsonaro assume, como candidato à presidência da República, as cores da bandeira do Brasil e faz dela um símbolo representativo do governo iniciado no dia 01 de janeiro de 2019. A camisa da Seleção Brasileira, geralmente utilizada só em períodos de Copa do Mundo, passa a ser vista com frequência nas ruas por eleitores e defensores do seu governo que enfrenta, desde o início, inúmeras crises de legitimidade.

Em 03 de janeiro de 2020, o presidente Bolsonaro, em um dos raros momentos a que se propõe tratar de educação, além de afirmar que “livros didáticos têm muita

coisa escrita”, expõe o desejo de que estes passem a exhibir, na capa, a bandeira do Brasil e o hino nacional¹⁶.

O que se percebe, tanto no período de implantação da Escola Normal, de Ditadura Militar e de vigência de um governo conservador em crise, é a tentativa de controle social por meio do ufanismo. O amor à pátria, o(a) leitor(a) deve concordar, aparentemente tem o poder de acalmar os ânimos revolucionários, uma vez que prega a ideia de que o que está sendo feito em cenário político é a melhor decisão para todos, pois parte de um governo preocupado com o bem-estar da nação.

Em entrevista concedida a CNN Brasil em maio de 2020, a então secretária de cultura Regina Duarte – posto que assumiu por rápidos três meses – canta, com largo sorriso, a canção “Pra frente, Brasil”, associada à tentativa forçada de implantação do nacionalismo durante um dos maiores cenários de crise já vivenciados pelo Brasil, a ditadura militar de 64. Ao ser interrompida por Daniel Adjuto, o entrevistador, ela pergunta: “Não era gostoso cantar isso?”; o repórter responde: “Foi um período muito difícil, tem muita história... Muita gente morreu na ditadura”¹⁷. Aos berros, Regina Duarte abandonou a entrevista, afirmando se recusar a carregar nas costas “um cemitério”, como se todo um passado pudesse ser esquecido ou apagado em prol de um futuro que, como vem sendo conduzido o presente, assusta tanto quanto os tempos de antanho.

Como dito, o contexto de tentativas de ânimo por meio do amor à pátria pode ser visto em todo o período de vigência do governo Bolsonaro iniciado em 2019, na administração militar pós-golpe de 1964 e também no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), como é possível verificar no discurso ufanista de AJS materializado nos artigos publicados no jornal *O Cinzel*. Este último período foi marcado, desde o começo, pela crise do café com leite, pela Revolta da Chibata e pela Guerra do Contestado; a escola adotou, portanto, um discurso apassivador de ordem e progresso.

Quando trata no artigo “A escola” das diferenças entre a prática pedagógica pautada no medo (antiga) e a pautada na disciplina e respeito (que ele acredita ter adotado para si), AJS reforça quão perto está de alcançar o progresso social por meio dos ideais patrióticos:

¹⁶ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita/>>. Acesso em 26 jun. 2020.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2kKIZqIOr18/>>. Acesso em 26 jun. 2020.

Sem a disciplina do terror e do vexame, anulando a liberdade de ação da criança, sem coação, a violência e o meio imposto pelos castigos corporais e pelo casebre lúgubre, com a disciplina da afeição, do estímulo e da benevolência, todo um ambiente de muito ar e muita luz, onde desdobrando o sagrado Pavilhão da Pátria, os corações infantis, entoando festivos cânticos, pulsar pelo progresso e engrandecimento nacional, eis este santuário da Escola Moderna.

Essas novas práticas pedagógicas também recebem destaque no discurso de abertura da EN de Anísio Teixeira:

E o que desejam os inovadores? O mesmo, por que lutavam há velhos anos os velhos educadores de todos os tempos, os Pestalozzi, os Rousseau, os Froebel. Uma escola que seja, antes de tudo, de preparação real para a vida, de concordância com o espírito infantil, alegre e viçosa como são viçosos e alegres os pequeninos que ela agasalha e educa.

O educador afirma que a escola nova que se pretende impulsionar com a implantação da EN no Sertão deve basear-se nas mais recentes considerações sobre psicologia infantil e no desenvolvimento da criança. Note que se trata de um intelectual conservador com profundo apreço pelo conhecimento. Anísio Teixeira, no entanto, é bastante ponderado sobre a adoção desses métodos recém-inventados e apresenta como exemplo a França, que até então esperava a confirmação científica da eficácia dos métodos já em uso por países vizinhos.

Enquanto AJS tece elogios em seu artigo “A Escola” para os avanços da Suíça por meio da educação, Anísio Teixeira limita-se a dizer apenas que o movimento pedagógico iniciado na Suíça é generoso e simpático. Assim, ele arremata o pensamento afirmando que se encontra longe de aconselhar a adoção das pedagogias inovadoras surgidas muito recentemente na Europa, pois a escola brasileira não suportaria tais modificações. Sua proposta é, em síntese, a criação de uma escola baiana e uma escola sertaneja, que fosse funcional para pessoas como eu (e talvez você), baiana e sertaneja, e colaborasse para formação pessoal e profissional dos viventes em tais localidades.

Alfredo Silva, por outro lado, mostra-se, em “A Escola”, um entusiasta das inovações:

‘Instruir divertindo’ é o lema da escola moderna. Pecam aqueles que querem-na ainda vazada nos moldes rotineiros de outrora, como um lugar destinado a vingar as faltas cometidas pelas crianças no convívio do lar, inculcando-lhe

não o ideal do belo e do útil e sim, o desamor e o desânimo, pela inspiração do medo e do terror.

O medo e o terror não incompatíveis com a moderna pedagogia. Não são eles predicados que farão o educador manter a disciplina na escola, alcançar o respeito de seus discípulos exercer a sua autoridade. Para isto, basta aliar-se à sua competência, à justiça, à bondade e à tolerância.

Ele finaliza o artigo afirmando que o medo e o terror não combinam com essa moderna pedagogia e que não são eles que colaboram com o respeito que se deve ter pelo educador. Para AJS, a competência, a justiça, a bondade e a tolerância são características capazes de promover uma relação saudável entre mestre e aluno e formar este último com base na ética e na moral a fim que os cidadãos do futuro possam ser “úteis” à pátria. Essa concepção de utilidade inevitável volta anos depois, veja bem, com o governo Bolsonaro e a reforma do ensino médio.

No artigo “Religião e escola”, também publicado pelo jornal rio-contense *O Cinzel*, Alfredo Silva reforça os ideais ufanos e acrescenta a religião como segundo elemento do conjunto dúbio de formação do estudante: “Fundar uma escola é construir o futuro. Só um edifício pode avultar ao lado dela, o templo: assim ficarão contíguas duas eternidades: Deus e alma”. Para ele, a educação religiosa e a educação propriamente dita são complementares, já que estabelecem uma relação intimista.

Antes, no entanto, devo ao(à) leitor(a) uma breve contextualização do ensino religioso no Brasil para o bem-compreender das próximas reflexões. Início-a agora:

A polêmica em torno do ensino religioso em escolas é fruto de uma discussão contemporânea iniciada na Constituição de 1988. Antes, no entanto, igreja e religião funcionavam juntas, como peças de um mesmo mecanismo responsável pela formação do ser social.

A Igreja Católica, desde a colonização brasileira, tomou para si as responsabilidades quanto ao cenário educacional dos brasileiros, desde os índios aos mestiços. Ela preocupava-se com a formação cristã e com a perpetuação de sua visão de mundo. Assim, pela sua atuação na base da formação social, a igreja ditava os moldes da sociedade de modo geral, como o comportamento e o trabalho. Posteriormente, com a implementação da Carta Magna brasileira, visualiza-se a ruptura entre as duas instituições, mas o ensino continua sofrendo a influência da igreja, dado o grande poder do qual usufruía, e regulando a sociedade como se verifica ainda no início do século XXI.

Antes da promulgação da Constituição de 1981, o catolicismo era a religião oficial do Brasil, o que muda pela influência da Independência Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789). Assim, estabelece-se que: 1) O país não possuía mais uma religião oficial e 2) Igreja e Estado eram instituições independentes, sendo a educação responsabilidade do último. Valente (2018) explica que, por motivos autoexplicativos, essa decisão federal não agrada a igreja pela evidente perda de um poder que outrora esteve centrado em um só lugar.

A escola passa, então, a adotar princípios republicanos: ensino público, laico e universal, porém não de uma maneira inteiramente eficaz, já que os contextos sociais brasileiros se diferenciam muito dos de outros países, a exemplo da França. Para Gautherin (2014), a referência mundial acerca da laicidade do Estado é o modelo francês, que propõe três espaços em uma sociedade: o privado, o público ligado a questões políticas e o público civil ou comunitário. Por causa desse intrincado sistema em que os três espaços às vezes parecem indissociáveis, o autor utiliza o termo “catolaicidade” para se referir ao Estado francês, já que o governo muitas vezes colabora com a igreja e vice-versa quando é conveniente para ambos.

Valente (2018) afirma que, apesar de no Brasil acontecer situações semelhantes, a laicidade da França acontece de forma mais eficaz que no Brasil, já que lá há o respeito pela República como órgão central regulador das normas e leis, por isso o Estado assume a função de provedor da formação moral e ética dos cidadãos. O Brasil, por outro lado, adotou a religião como um elemento cultural, daí a flexibilização do princípio de laicidade. Ainda se acredita que o indivíduo só pode ser formado moralmente se educado sob os dogmas da igreja, como discute AJS em seus artigos.

As diferenças culturais entre Brasil e França, os dois países analisados por Valente (2018), justificam as diferenças de entendimento e aplicação do conceito de laicidade. Por ser um país extremamente religioso, o Brasil mantém uma laicidade moderada, uma vez que a religião continua regulando comportamentos e organizações sociais.

Para a compreensão desse modelo comportamental religioso a que é submetido o brasileiro desde o nascimento, faz-se necessária a elucidação do conceito de “regulação do religioso”, cunhado por Giumbelli (2014). Nele, compreende-se que a religião é vista como uma esfera que constitui o social e é por ele constituída. Na prática, verifica-se o tabu da prostituição e das drogas como uma

constante na realidade brasileira. Além disso, o aborto continua sendo ilegal no território brasileiro por ferir “o direito à vida”, preceito cristão, embora a República não tenha uma religião oficial.

Villela (1990) defende a ideia de que a EN tinha, no século XIX, a função de formar o “sacerdote laico”, aquele que “dissemina luz” e que incute ideias moralizantes no imaginário popular.

Sabe-se que o conceito de moral não é tão palpável quanto se imagina e faz parecer os decretos governamentais, por exemplo. As noções de moralidade se modificam conforme o avançar dos anos. Assim, é nítido que, quando se fala de valores morais no século XIX e início do século XX, estamos tratando de preceitos advindos da igreja.

Literariamente, AJS escreve, no artigo “Religião e escola”:

A escola é o soberbo cenário da epopéia dos destinos de um povo; a igreja é o sublime relicário das crianças deste povo; a escola é o santuário da pátria. A igreja é o santuário; é o sacrário da religião; a escola forma cidadão; a religião acrisola-lhe a alma; a escola enflora o caminho da vida; a religião doira o caminho do céu; a escola ensina a amar a pátria; a religião, a Deus.

Pelo registro escrito, é nítido que Alfredo Silva era adepto, ao menos em 1913, da ideologia de que a união entre escola e igreja seria capaz de formar um ser pleno, dotado de todas as capacidades estimadas na época como necessárias para um cidadão de bem. Ele ainda diz, no mesmo artigo, que “A educação religiosa influi poderosamente na direção de uma escola, como verdadeira base do aperfeiçoamento moral”.

Assim, é verificável que a noção de moral difundida por AJS no artigo tem base na Teoria do Comando Divino, derrubada por Kohlberg (1984) mais tarde. Essa teoria consiste na crença de que moralidade é um produto ditado por uma autoridade, ou seja, Deus. O autor explica o princípio:

A forma particular da falácia envolvida na teoria do comando divino é a falácia que “X deve ser feito” ou “X é justo” pode ser derivado da afirmação “X é um mandamento de Deus”, “X está na Bíblia”, “X é um dos Dez Mandamentos”, “X será recompensado por Deus” e assim por diante (KOHLBERG, 1984, p. 315)

No entanto, apesar de se demonstrar adepto da formação moral por meio dos desejos de Deus, Alfredo Silva mostra-se ciente do princípio de laicidade:

Apesar das estritas relações da religião com a escola, não é a esta que se incumbe da difusão dos ensinamentos daquelas, visto a inteira liberdade de culto concedida pela constituição de 24 de fevereiro, com a separação da Igreja, do Estado. Esta separação não quer dizer que a escola ou os homens que constituem o Estado estejam relegados de Deus, de quem deve ter uma idéia consciente, esclarecida e perfeita da sua existência, eternidade, poder, sabedoria e bondade.

A partir desse ponto, o professor coloca na família a responsabilidade da educação religiosa dos filhos, única garantia – em suas palavras – da paz e da felicidade do lar e da sociedade:

A criança que, no lar doméstico, recebe de seus pais os salutares princípios da religião de Cristo, jamais incorrerá em grandes faltas morais no mesmo lar, no convívio escolar ou no meio social; raramente faltará com o devido respeito aos seus pais, mestres, superiores, iguais ou inferiores; as reincidências serão poucas ou nenhuma, habituando-se facilmente à prática do bem e do útil.

Percebe-se, no final do excerto, a ideia de utilidade. Para AJS, seres humanos devem ser úteis à sociedade, infere-se, portanto, que essa utilidade deveria ser originada nos princípios bíblicos, como a abnegação e renúncia do comportamento hostil.

Após marcar que é no seio familiar que deve nascer as noções de respeito à Deus, o autor começa a elencar os problemas que ameaçam o bom funcionamento da sociedade por estar nas mãos da família tão grande responsabilidade:

1) Pais desleixados:

[...] o relaxamento de muitos pais é manifesto para tudo quanto diz respeito ao bem moral, físico e mesmo intelectual de seus filhos. Por um culpável desleixo originado no cúmulo da ignorância mãe da superstição e do fanatismo que lhe anuvia as faculdades da inteligência, ou por trazerem ainda no sangue a tara psíquica mórbida e rotineira dos seus avós; deixam seus filhos medrarem a braços com o ócio e o vício, tendo por escola a taberna e o lupanar; sua religião é o punhal, a faca; seu livro é o barulho, por ciência e por arte a vermelhinha, a astúcia e a capoeira.

2) Pais permissivos:

Outros ainda, pelas mesmas teorias, são verdadeiros corretores dos bons sentimentos de seus filhos, ora fazendo-lhes adquirir artificialmente, hábitos e maneiras inconciliáveis com a sua idade, ora alimentando-lhes a afeição, a vaidade e o egoísmo, formando assim, caricatamente, cidadãos de falso caráter, inúteis ao progresso, verdadeiros homens-animais.

Uma análise superficial dos dois excertos anteriores revela a revolta do autor frente à possibilidade de não ser uma criança educada sob preceitos cristãos. No primeiro fragmento, uma grande quantidade de adjetivos depreciativos é utilizada para descrever características dos pais e até dos avós da criança cuja moral foi “comprometida” pela imprudência destes. AJS afirma que a estas crianças restam apenas o bar, o prostíbulo, a faca, a algazarra, os jogos de azar, a malandragem e a capoeira. Observe o(a) leitor(a) que o vocábulo “capoeira” é colocado após uma sucessão de substantivos de baixo prestígio, materializando o estigma que carrega os elementos da cultura herdada de África.

O segundo fragmento possui o mesmo valor negativo. Nele, verifica-se a crença de que, sem Deus, zeram as possibilidades de uma criança crescer com valores. A teoria da lei natural da moralidade e religião, de Kohlberg (1984), afirma que a moral não é fruto de uma internalização arbitrária de leis e comandos recebidos culturalmente, mas da própria natureza humana. No final do excerto, verifica-se, também, a reincidência da afirmativa de utilidade, levantando a questão do útil/inútil proposta por Nuccio Ordine (2016) em “A utilidade do inútil”.

Pelo fato de serem duas e não mais as categorias elencadas pelo autor como motivos que impedem a existência da educação religiosa na vida de certas crianças, percebe-se que em nenhum momento AJS considera que essa abstenção poderia ter sido uma escolha de pais conscientes das leis que lhe assistem.

Outro aspecto importante a ser mencionado é o fato de haver problematizações tão enfáticas por parte do autor logo após sua afirmativa de que, por lei, não mais é dever da escola a instrução religiosa. Nas entrelinhas, pode-se ler a conjunção opositiva “mas” e, depois, a conclusiva “por isso”, como em “é dever da família, *mas* a família não faz direito, *por isso* deveria ser dever da escola”.

Alfredo Silva finaliza seu artigo afirmando:

A religião do Divino Mestre é o sustentáculo da família; o lema da virtude. A falta de educação religiosa é a falta de educação doméstica; e a falta de educação doméstica é o estímulo da corrupção, o preparo da devassidão, o desarranjo doméstico traz, inevitavelmente, o desarranjo da sociedade, a ruína da civilização e a derrota do progresso.

Aqui, novamente, as noções de progresso aparecem interligadas às noções de religiosidade.

O(a) leitor(a), como docente que é, deve recordar-se que Ensino Religioso perdurou até recentemente como uma opção possível ou dispensável, ficando a cargo do aluno o seu curso ou não. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que entrou em vigor no ano de 2020, obriga a oferta de Ensino Religioso no Ensino Fundamental. A proposta é oferecer um amplo repertório sobre as diferentes religiões do mundo, a fim de estimular no estudante a diminuição do estranhamento e, conseqüentemente, do preconceito com religiões até então ignoradas por ele. Esse novo componente curricular obrigatório, porém, não exige um professor habilitado na área de atuação, abrindo espaço para que professores de outras áreas e sem formação específica atuem, o que por si só abre espaço para o ideário de que todas as pessoas, mesmo sem qualificação, estejam aptas para trabalhar com o ensino. Sendo Brasil um país de maioria cristã, essa múltipla possibilidade de atuantes no componente curricular em questão pode significar não um avanço, mas o retorno ao ensino tradicionalista do cristianismo.

Ainda é grande a luta por melhorias em vários segmentos sociais, o da liberdade de crença é um deles. Outro que merece destaque e que não recebe uma atenção especial nos escritos de Alfredo Silva é o feminino. As mulheres não são tratadas dentro das produções de AJS a que se tem acesso como um assunto relevante, mesmo tendo sido escritos num período de ascensão desse segmento social.

Nos poucos artigos jornalísticos do pai reproduzidos por Silvão (2008) em seu livro, o tema não é mencionado. No primeiro volume da *Gramática*, quando citadas, o que acontece muito raramente, as mulheres são descritas como “a esposa de alguém”, apenas para compor a biografia de um homem. No segundo volume, existe uma seção denominada “Mulheres literatas, brasileiras”, com 15 laudas.

Antes, no entanto, de explorar as opiniões de Alfredo Silva sobre o feminino, o(a) leitor(a) deve conhecer a efervescência social em torno desse grupo que, apesar de enorme, é considerado minoritário dada a falta de privilégios e direitos.

Como se sabe, mulheres foram excluídas dos processos e meios educacionais durante muito tempo. É somente no século XIX que surgem os primeiros raios de oportunidades fora do âmbito doméstico. Nesse momento, as mulheres de classes abastadas tiveram acesso a um ensino superficial, já que enfocava no ensino

de línguas, religião e artes em detrimento, por exemplo, de história e geografia; é inegável, porém, que, mesmo com as inúmeras limitações, ocupar esse espaço de formação esse foi um importante passo para o gênero, que finalmente pôde vislumbrar oportunidades para além do casamento.

Esse acesso, mesmo que limitado, foi o primeiro degrau da conquista da emancipação feminina, embora o discurso circundante da época fosse o de que a educação para mulheres aprimoraria nelas atributos "naturais", como a docilidade, generosidade e cuidado, propiciando, assim, uma esposa/mãe mais capacitada para os deveres do lar e preparada para a oferta de uma educação um pouco mais erudita para os filhos.

Assim, a mulher passou a ser vista como uma peça importante para a instrução moral e seu papel como esposa e mãe foi cada vez mais valorizado. Para Greissy Lemos (2011), foi esse discurso que minimizou os impactos da instrução educacional na vida das mulheres, já que a valorização feminina restringia-se ao nível doméstico, fazendo, portanto, que a ideia de casamento e construção familiar segundo os moldes da época fossem o principal objeto de aspiração feminina.

Para ser cidadã, explica Maria Angélica Alves (2002), os padrões de conduta vigentes na época pregavam a necessidade da maternidade e, para ser uma boa mãe, era necessária alguma instrução e uma educação moral sólida:

Exercer integralmente seu papel na sociedade, nos últimos anos do século XIX e início do XX, ou seja, exercer, com perfeição, o seu papel de "mãe de família", significava, em suma, que a mulher deveria habilitar-se para a vida, praticando, com sabedoria e intuição, desde as mais simples às mais complexas ações [...] (ALVES, 2002, p. 04).

O artigo de Jane Soares de Almeida (2009) traz exemplos de como esse ideal patriarcal se materializa na vivência de mulheres de Escolas Normais de São Paulo durante o regime republicano em São Paulo (1890-1930). A autora transcreve um modelo de contrato de trabalho de 1923 que era assinado pelas professoras na sua nomeação na cidade de San Salvador, América Central, e ressalta que essa atitude possuía paralelos em outros países, o que reitera a universalidade da subjugação feminina também no magistério:

Exemplo de modelo de contrato de trabalho de professoras no ano de 1923.

A professora, senhorita....., por meio deste contrato de trabalho fica obrigada a:

1. Ministras aulas na Escola.....durante o tempo de vigência do contrato de trabalho.
2. Comportar-se com decoro e vestir-se com modéstia e asseio.
3. Não sair de casa no período entre 18 horas da tarde e 6 horas da manhã.
4. Não passear em sorveterias do centro da cidade.
5. Não sair de carro ou automóvel em companhia de homens, a não ser seus pais e irmãos.
6. Não usar saias e vestidos a menos de um palmo do tornozelo.
7. Não fumar, não beber uísque, vinho e cerveja.
8. Não usar maquiagem e tingir o cabelo.
9. Não usar palavras impróprias que ofendam sua pessoa e sua profissão.
10. Limpar a sala de aula antes dos alunos chegarem.
11. Cuidar da limpeza, da higiene e da moralidade da sua sala de aula.

O não cumprimento das obrigações acima implicará na sua demissão imediata e justa¹⁸.

O contrato circulou pelas redes sociais após a publicação do artigo de Jane de Almeida em 2009 e chocou muitos usuários, como deve ter, agora, chocado os(as) leitores(as) que o desconheciam por ser impensável, no início do século XXI, as restrições quanto a vestimentas e orientações quanto ao comportamento fora do turno de trabalho.

Greissy Lemos (2011) discute ainda que o discurso feminista adotou as referências patriarcais e exigências como essas a fim de que mulheres pudessem ingressar em escolas e reforçaram esse ideal masculino. Observa-se, no entanto, que para o rompimento do discurso de superioridade masculina era necessário apenas a iniciativa. Com as portas das escolas abertas para as mulheres brancas, o feminismo dá mais um passo em busca da emancipação.

Agora, de posse de um reduzido espaço escolar, as mulheres podiam gozar de alguma autonomia, apesar dos baixos salários e de uma liberdade fiscalizada. Encontrava-se, no entanto, ainda de pé uma gigantesca barreira: a das universidades. Justamente por causa do discurso de melhoramento doméstico, os espaços que poderiam possibilitar a ascensão da intelectualidade feminina encontravam-se ainda fechados para esse público. Exemplifica bem isso a pouca notoriedade que AJS dá a elas no seu texto, ao passo que dedica muitas laudas para tratar do homem no fazer literário.

Olympio Galvão (1898, p. 180) defende essa perspectiva: “Sou dos que pensam que a mulher não deve tão somente limitar-se a aprender a arte de ser boa

¹⁸ DOCUMENTO. Contrato de trabalho para professoras. San Salvador, 1923 (mimeo).

mãe de família, não querendo dizer comtudo, que se entregue a estudos profundíssimos, assáz penosos para tão gentis e frágeis organismos”. Aos “gentis e frágeis organismos” foi vetada qualquer possibilidade de discussão de relevância social, como política e filosofia. Alfredo Silva reforça tal conduta, ao afirmar que mulheres são emotivas e, portanto, discutem apenas assuntos triviais; o autor chega, inclusive, a demonstrar surpresa quando se vê falando sobre uma mulher que discursava sobre temas sociais melhor do que homens. Evidentemente, tal estratégia é ainda hoje usada por políticos brasileiros: manter a classe oprimida cega aos direitos que lhe assistem ou que deveriam lhe assistir permite a manutenção de *status quo* que privilegia homens brancos e ricos.

Mesmo com a ideologia patriarcal circundando a docência feminina, essa era uma das raras oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Com o advento da Escola Novista, começa a difusão do pensamento de redenção social por meio da educação e da necessidade de qualificação dos professores. Com essa exigência e valorização da educação, as portas ficam abertas para o ingresso de mulheres que, até então, não haviam sido consideradas para o cargo. Na Escola Normal, apontam Cruz, Santos e Nogueira (2018), no artigo “Apagamento da mulher em experiências de fundação do magistério na Bahia”, as mulheres lecionavam apenas as disciplinas de prendas domésticas e artes.

Outro aspecto que levou a abertura gradual das escolas para mulheres foi a não mais sustentável cultura não empregatícia de mulheres. Com os novos empregos masculinos possibilitados pelo século XX, muitos homens migram para outros tipos de empregos, deixando vazias muitas cadeiras do magistério. Para Júlia Lopes de Almeida (1998, p. 23),

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vetados (sic). O fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolados pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram que a profissão rapidamente se feminizasse.

Essa rápida feminilização da profissão docente levantou hipóteses múltiplas: por muito tempo acreditou-se que, justamente pelo fato de não ser a mulher representante de grande prestígio social, a profissão de professor perde prestígio

quando é ocupada majoritariamente por mulheres, ideia refutada por Lemos (2011), que afirma que o prestígio da profissão docente decai justamente pelo enfoque da época: as profissões voltadas ao social perdem valor, enquanto profissões voltadas para as tecnologias e ciências recebem maior prestígio. Apesar de pequena, AJS dá, já ao término do segundo volume da *Gramática*, essa ênfase à mulher como indivíduo destaque dentro do magistério.

É inegável, todavia, o que esse ingresso representa para a história das mulheres. Mais tarde, a luta feminista (que volta a ser problematizada fortemente no Brasil com a onda conservadora representativa do Governo Bolsonaro) conquista direitos outros, como o acesso a universidades. Matérias do site UOL.com (“Mulheres são a maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego”)¹⁹ e oglobo.com (“Mulheres são maioria nas universidades, mas não coordenam estudos científicos”)²⁰ mostram esse progresso, mas ainda evidenciam barreiras invisíveis sentidas por mulheres que, finalmente, começam a sair da invisibilidade.

Essa invisibilidade a que as mulheres tentam se desvencilhar a todo instante é muito perceptível nos escritos de Alfredo José da Silva. Sendo professor e posteriormente diretor de uma das poucas Escolas Normais da Bahia, ele lida diretamente com a participação feminina na sociedade, uma vez que foi a EN a instituição que permitiu a abertura da escola e, posteriormente, do trabalho remunerado para mulheres brancas no Brasil. É válido ressaltar que quando se fala de “abertura” para as movimentações econômicas femininas, estamos falando de um público genuinamente branco, já que mulheres negras sempre foram responsáveis pelo sustento do lar por meio de atividades domésticas rejeitadas por mulheres brancas, como afirma Jessé Souza (2017) em *A elite do atraso*.

Como dito, em seus escritos, Alfredo Silva faz poucas referências a mulheres: no volume 1 da *Gramática*, apenas indiretamente e em segundo plano (a esposa de/a mãe de); no volume 2, existe uma seção dedicada às mulheres escritoras.

Antes de mais nada, é justo lembrar ao(à) leitor(a) as dimensões físicas dos dois livros, *Gramática 1* e *2*. No primeiro, encontram-se 402 laudas. No segundo, 164.

¹⁹ Matéria disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/bbc/2019/09/10/mulheres-sao-maioria-nas-universidades-brasileiras-mas-tem-mais-dificuldades-em-achar-emprego.htm>>. Acesso em 20 jun. 2020.

²⁰ Matéria disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-sao-maioria-nas-universidades-mas-nao-coordenam-estudos-cientificos-23440708>>. Acesso em 20 jun. 2020.

No primeiro não há referências a mulheres enquanto escritoras ou cidadãs ativas da sociedade, elas quase nunca são mencionadas; são, portanto, 402 páginas sobre escritores brasileiros homens. No segundo, as mulheres são trazidas à baila somente na última seção, composta por 12 laudas. Nessas 12 laudas, 38 mulheres são mencionadas. A maioria ganha apenas um parágrafo que tenta resumir todo o brilho e maestria da sua obra enquanto literatas.

A seção “Mulheres literatas, brasileiras” se inicia do seguinte modo: “A mulher contemporânea brasileira tem aflorado à tona do nosso progresso [...], quer na literatura, ciência, nas artes, como música, pintura, escultura, etc., **e sobretudo no magistério, em que se notam verdadeiras reverberações pedagógicas**” (AJS, 2020, p. 37, grifo meu). Nota-se, aqui, a ênfase dada às colaborações femininas quanto ao magistério acima de qualquer outro fazer intelectual ou artístico.

O que segue é uma sucessão de elogios gerais. Atente-se, leitor(a), a um deles:

A inteligência da mulher brasileira, quando sai da linha comum, como em todos os povos, apresenta caracteres especiais. Predominam em geral as qualidades do brilho e da arte. Há particular tendência ao estilo epistolar, que em certas damas e moçoilas costuma ser impecável e elegante. Muitas, porém, exageram as metáforas e floreios nas cartas, dando-lhes prolixidade, certo grau de ênfase ou romantismo. Algumas feitas sem propósito, são admiráveis de correção e elegância (SILVA, 2020, p. 170).

O que se observa tanto no excerto anterior quanto em outros momentos do texto é uma tentativa, talvez forçosa, de tecer elogios; no entanto, o tom negativista e depreciativo sempre aparece como uma conjunção adversativa. Todas as críticas tecidas pelo autor voltam-se justamente para a defesa do ideal patriarcal: mulheres são frágeis, românticas e sentimentais em excesso, daí os floreios e o tom afetado dos seus escritos.

Momentos depois, o autor tece comentários aparentemente despretensiosos e trata como regra o que é encarado na contemporaneidade como opinião:

Há, na mulher brasileira, o jeito apurado para a boa prosa, singela, corrente, amável e vivaz. As mulheres, é sabido, falam mais do que os homens. Entre nós, operou-se a mesma coisa que na França: os dramas exprimem-se com mais facilidade e clareza que os senhores; tem mais aptidão para o aprendizado dos idiomas que os homens (SILVA, 2020, p. 170).

O que te parece a escolha dos adjetivos *singela/corrente/amável/vivaz*? A mim, repete a pontos de vista que ainda se perpetua sobre a fragilidade e sentimentalismo

feminino. Além disso, o fragmento releva a máxima defendida pelo autor de que mulheres falam mais que homens, pensamento que ainda hoje é reproduzido, principalmente ligado à ideia de fofoca e falatório “sem proveito”, o que pode ser verificado no excerto a seguir:

Os assuntos das conversas femininas são naturalmente mais triviais, porém sempre mais encantadores. O juízo ponderado e filosófico acerca dos problemas sociais, políticos, religiosos locais ou universais tem carência de justiça e imparcialidade. Julgam mais com simpatia, quer dizer, com o coração. O afeto é a nobreza da alma feminina brasileira (SILVA, 2020, p. 170).

Por ser o ideário da época, Alfredo Silva não maquia o que pensa sobre a participação feminina em discussões e debates. Trata o juízo filosófico e político como algo da natureza de todo o ser humano e caracteriza o tipo de abordagem filosófica e política das mulheres, como se essas não tivessem sido privadas de tais discussões não só nos vários anos que antecedem seu ingresso no âmbito escolar, como também dentro da própria escola. O fragmento é finalizado com um pseudoelogio sobre ser o afeto a nobreza da alma das mulheres. Nos dias de hoje, traços desses pensamentos podem ser observados em assertivas como “toda mulher possui instinto materno”, “a vontade de ser mãe virá de forma inevitável depois dos trinta anos” ou “mulheres são mais delicadas que homens”, as quais o movimento feminista busca, diariamente, derrubar.

O autor escreve em 12 páginas sobre 38 mulheres, sendo 16 delas mencionadas em parágrafos separados e com os detalhes que o curto espaço permite e 23 mencionadas em um único parágrafo, sem qualquer comentário adicional. Com isso, é possível perceber que todas as outras 554 páginas são dedicadas única e exclusivamente para falar de homens, a maioria com grandes elogios quanto ao conteúdo, estilo, inovação e genialidade, enquanto às mulheres restam elogios sobre a benevolência, dotes físicos e simpatia, como você verá nos excertos a seguir:

1) Todos os seus livros são feitos com grande carinho e com excepcionais qualidades de observação (sobre Júlia Lopes de Almeida).

2) Poetizava e conquistava a admiração no meio culto da “cidade fluviana”. Era improvisadora, muito inteligente, de apreciáveis dotes físicos, mesmo bela, de aprimorada educação moral e religiosa (sobre Ângela de Amaral Rangel).

3) Tudo em seus versos é sensação e sentimento, tudo é alma e arte, tudo é amor e poesia (sobre Gilka Machado).

Observe que, quando trata de Bertha Lutz, o autor reconhece o feminismo como um movimento vivo e encabeçado pela autora em seu tempo.

Outro ponto de relevância para esta discussão é que a maioria dos adjetivos direcionados às autoras não as colocam no mesmo “nível” que escritores homens; elas são sempre aclamadas pelo autor dentro do conjunto “escritoras femininas”, como nos exemplos a seguir, retirados do próprio texto:

1) Maria Eugênia Celso aparece entre os nomes mais prestigiosos que cultivam as letras em seu sexo.

2) Edwiges Sá Pereira [...] é um nome que envaidece sobremodo o seu sexo.

3) Cecília Meireles é outra das nossas maiores poetisas.

É notável o distanciamento dado pelo autor quanto à literatura feminina que fica em uma categoria isolada da dos homens, principalmente no fragmento a seguir:

Francisca Júlia da Silva. Nasceu em Xiririca a 31 de agosto de 1920. Era irmã de Júlio Cesar da Silva, poeta de renome em nossas letras. Esta poetisa foi um dos milagres das nossas letras: **conseguiu, sendo mulher, fazer poesias iguais ou superiores às de seus colegas de inspiração** (SILVA, 2020, p. 172, grifo meu).

Percebe-se que, para o autor, uma mulher pode escrever bem, mas jamais alcançará a qualidade literária de um escritor do sexo masculino, considerando um “milagre” a realização deste “feito”.

Mesmo com tão pouco espaço, como já discutido, as 38 mulheres ainda dividem os holofotes dos escritos de AJS com homens que lhe servem de referência, como pais e maridos:

1) Bertha Lutz é filha de um sábio patrício, Doutor. Adolfo Lutz, pode ser considerada a “leader” do feminismo em nosso país.

2) Amélia de Freitas Bevilaqua. Esposa do notável juriconsulto Dr. Clovis Bevilaqua, é uma das nossas mais brilhantes escritoras.

Além do pouco que revela a seção “Mulheres literatas, brasileiras” (e esse pouco revela muito), não se tem grandes registros, ao menos encontrados, sobre o pensamento do Alfredo Silva quanto às mulheres. Apesar de serem poucas as

referências sobre as escritoras brasileiras, por exemplo, o autor encontra-se a frente de outros críticos literários que nem sequer chegam a mencioná-las.

No livro canhoto de cartas, nada mais aparece além da advertência que ele dá a aluna Rachel por não ter se comportado com bons modos e ter falado um palavrão em voz alta. Ele também demonstra cuidado com a moral e os bons costumes quando há pichações indecentes nos muros da escola e, ao enviar uma carta do diretor geral da instituição (residente em Salvador), ele afirma que por ali passaram crianças e senhorinhas.

Caso esteja curioso(a), a vida pessoal dele também revela minúcias. Silvão, seu filho, revela no seu livro de memórias que o relacionamento de Alfredo com sua esposa enfrentava problemas, já que esta nunca teve o reconhecimento devido por parte do marido. Silvão (2008) afirma que apenas no momento de sua morte, AJS compreende a importância da esposa, que ficou ao seu lado durante todo o tempo, como uma “cuidadora”.

O(a) leitor(a), de posse de três facetas da abordagem educacional de Alfredo Silva – nacionalismo, religiosidade e atuação feminina – pode agora compreender não só um pouco mais dessa ímpar figura do Semiárido baiano, como também do próprio processo de democratização do ensino no país a partir de 1920.

Como visto, Alfredo José da Silva é a caricatura do que era difundido no seu tempo de vivência e colabora em muitos momentos com a manutenção do ideário e dos costumes do período. Entender sua obra é entender a História.

5 CARTA AOS COETÂNEOS, SOFREDORES E RESISTENTES: SOBRE OS ECOS DISCURSIVOS DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA

Guanambi, 30 de julho.

Queridx coetânex,

Estamos em 2020. Tudo bem se você ler essas palavras anos depois, ainda fará sentido, ainda explicará muita coisa. Aqui, no agora, o sentimento é de incerteza. Fomos surpreendidos por uma pandemia. No Brasil, lideramos o ranking de morte por Covid-19. Viramos o epicentro da contaminação e o que mais assusta é que esse não é nosso maior problema. Estamos duplamente preocupados, duplamente expostos, duplamente vulneráveis. Você está com medo?

Estamos suscetíveis às ações do governo de Jair Messias Bolsonaro. Não preciso dizer muito, você sabe quem é. Eleito em 2018, um homem sem notoriedade política vence, de primeira, as eleições presidenciais do Brasil. Vence na maioria dos estados. Não é estranho?

Assusta-me muito ter sido o discurso de ódio a arma utilizada por ele para vencer as eleições. É claro que sei do poder que o discurso tem, mas é que este foi um caso peculiar. Bolsonaro não debateu. Não deu entrevistas formais aos principais meios de comunicação. Esquivou-se de perguntas direcionadas. Escondeu-se. Muitos de nós acreditamos em alguém que passou a campanha escondido.

A estratégia do então candidato foi ir pela tangente, você se lembra? Ele plantava uma sementinha aqui, outra ali, e cativou o brasileiro - às vezes inocente, às vezes maldoso - por meio do poder da palavra. Cansados do espetáculo midiático sobre a suposta necessidade de combate à corrupção e, com os sentimentos de revolta intensificados pela sensação de terem sido passados para trás, um pouco ingratos (por que não?), os brasileiros depositaram a crença de melhorias nos principais setores sociais - como saúde, educação, economia e segurança - em alguém que sobre saúde, educação, economia e segurança quase não falou nada.

Sabemos o que houve: não foram as promessas de avanço social e econômico que motivaram os votos em Bolsonaro nos dias 07 e 28 de outubro, foram os pequenos vídeos - típicos de redes sociais como Facebook, Whatsapp e Instagram -

sobre os posicionamentos do candidato acerca de temas polêmicos. Isso, é claro, revela muita coisa do que somos enquanto nação.

Quando Bolsonaro falou que a ditadura matou pouco, a sua claque aplaudiu. Quando disse que o povo preto nem para a reprodução servia, a sua claque riu. Quando afirmou que o nascimento da sua única filha do sexo feminino foi uma fraquejada, a sua claque não questionou. Quando discursava sobre defender a família, seus apoiadores concordaram que é a homossexualidade que a coloca em risco, como se só um modelo de família fosse possível. O que há com nossa memória? Talvez seja demais cobrar de todos conhecimento histórico, mas é justo perguntar sem ressalvas: o que houve com nossa empatia?

Acontece que Bolsonaro foi um projeto. Pensado e arquitetado minimamente, ele é um produto de uma elite que conhece as fraquezas do nosso sistema de ensino, daí a vulnerabilidade do povo. Não surge do nada. Não surgiu em 2018. É materializado no presente, mas o fantasma do conservadorismo sempre esteve aí lutando contra inimigos imaginários: o comunismo e a ameaça aos “bons costumes”.

O que enfrentamos no presente é uma manifestação localizada de um fenômeno global: sempre que estamos inseridos em governo (que se quer) populista, recuamos e desejamos a volta do poder que sempre foi hegemônico. Verificamos isso com a eleição de Donald Trump, racista, logo após um governo que tinha como figura maior Barack Obama, um homem negro dito progressista.

Em quem você votou em 2018? Que discurso elegeu? Que ideologia encheu seu peito de esperança? Anulou como muitos desesperançados? Posicionou-se como tantos apaixonados? Segurou bandeira? Colocou adesivo no carro? Que carro? De que classe você é? Por que classe você fala? Qual classe seu voto defende? Que mudança você promoveu com sua necessária unidade? Você não precisa responder. Essa carta, no entanto, é um convite à reflexão sobre temporalidades.

Escrevo, porque percebi que nada é em vão e, apesar de essa ser uma constatação nada original, talvez você não tenha pensado pelo ângulo que agora apresento. Aposto que, com a vida corrida, os problemas do dia a dia e as distrações da pós-modernidade, você não parou para pensar em como o passado interfere diretamente na contemporaneidade.

Alfredo José da Silva nasce em 1887 e deixa de se fazer presente em matéria em 1995. Jair Messias Bolsonaro nasce em 1955, permanece vivo e atuante até o momento em que essas palavras são escritas. Possivelmente, eles não se

conheceram nem nunca se viram. Nunca ouviram falar um do outro. No entanto, existe um fio que liga as duas personalidades: discurso. Convido o(a) leitor(a), portanto, a refletir sobre linguagem, temporalidades e poder, colocando lado a lado os discursos de Alfredo Silva e Jair Bolsonaro, a fim de se compreender parte da formação discursiva do povo brasileiro e entender um pouco mais o contexto político no qual nos inserimos.

“Escrevo. E pronto. / Escrevo porque preciso / preciso porque estou tonto. / Ninguém tem nada com isso. / Escrevo porque amanhece / E as estrelas lá no céu / Lembram letras no papel, / Quando o poema me anoitece, / A aranha tece teias. / O peixe beija e morde o que vê. / Eu escrevo apenas. / Tem que ter por quê?”. Assim escreve Paulo Leminski (2013), este que, claro, possui licença poética para tratar de um assunto sério: a linguagem.

Linguagem. Língua. Palavra. Sentido. Sentido expresso por letras genéricas aprendidas em cadernos de caligrafia. Esta que descrevo é mediana, inclinada para a direita e tem traço fino. O autor não coloca força na mão. Parece escrever rápido, às vezes de forma descuidada, mas ainda constante. Quase não erra. Tem certeza daquilo que vai para o papel. Até os borrões me interessam.

Quando Alfredo José da Silva se propôs a escrever, na década de 1950, sobre a literatura brasileira, trouxe à tona uma preocupação iminente com a compreensão de linguagem para o fazer literário e, indiretamente, responde à Leminski que sim, tem que ter porquê. Com isso concorda Orlandi (2000), para quem as palavras não têm sentido nelas mesmas, mas em sua relação com outras e com o real, mas não começamos daí; começamos bem antes.

Um discurso popularmente difundido pelo Budismo, talvez você conheça, é o de que o tempo é uma certeza. Não há certeza de vida e morte, mas há sempre a certeza de que o tempo existe, de que o ontem existiu, de que o amanhã existirá, independentemente de presenças ou ausências. Essa única certeza produz marcas, temporalidades, e vem sempre acompanhada de contextos. Esses contextos podem ser talhados? Podem ser entendidos para além da temporalidade? A temporalidade é determinante? O que é produzido em uma temporalidade reflete em outra?

Para responder essas questões, é necessário, antes, ter em mente que as fronteiras do saber são imaginárias e, ainda assim, produzem sentido. AJS discute a literatura e seus fatores de produção, reflete metalinguisticamente a linguagem e a língua e, sem perceber, faz a mesma coisa ao trabalhar conceitos outros. Sobre isso,

reflete Auroux (1992, p. 11): “Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”. A discussão que sucede este pensamento reforça minha lógica acerca da necessidade de uma abertura decolonial para se entender passado/presente pela ótica de Alfredo Silva:

Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 11).

Auroux (1992) discute, ainda, a relação entre a ciência da linguagem e sua relação com a escrita. Para ele, os textos foram causa suficiente para o aparecimento desse saber. Daí meu intento em inserir AJS na ciência da linguagem por meio de uma materialidade discursiva escrita, desconhecida e inédita, mas rica e necessária para a compreensão de contextos de múltiplas temporalidades, para compará-la, posteriormente, com os discursos do então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Em uma de suas composições, Belchior²¹ insistia em dizer que o passado é uma roupa que não cabe mais. Talvez você goste de Belchior e tenha uma opinião sobre, mas me isento de discutir se cabe ou não. No entanto, é inegável – afirmam inúmeros teóricos como Foucault (2006) e Pêcheux (1997), com os quais concordo – que o passado deixa marcas significativas em toda a temporalidade subsequente, daí a necessidade de revisitá-lo com o fito de compreender as ideologias dominantes na sociedade do agora e do depois. A roupa do presente que vestimos carrega sempre um passado em sua costura. Auroux (2007) discute a necessidade de não se encarar a ciência como um discurso despido da história e de romper com a atemporalidade nos estudos da linguagem.

Pensar Alfredo Silva e Jair Bolsonaro como engrenagens de mecanismos discursivos que convergem me move de muitas formas. Pessoalmente, levo em consideração meu desejo de tornar útil a minha existência. Como pesquisadora não

²¹ Canção “Velha roupa colorida” do álbum *Alucinação* (1976) de Belchior.

só nordestina como sertaneja de um país cujo governo não apoia, como deveria, o desenvolvimento científico e é, por vezes, xenófobo, ao colaborar com a ascensão intelectual de um conterrâneo, sobretudo por sua trajetória de vida, e com o entendimento de sentidos que direta ou indiretamente perpassam o meu tempo, sinto que cumpro parte desse intento de engajamento e propósito.

Socialmente, o estudo propõe a exploração da materialidade discursiva de Alfredo Silva, que por muitos anos não recebeu visibilidade, com o objetivo de possibilitar a existência de reflexões epistemológicas dentro da ciência da linguagem ao revisitar discursos antigos, formados e formadores por/de ideologias circundantes em meados do século XX, bem como os conhecimentos produzidos e elaborados por eles, como os que formam os discursos do atual presidente. Assim, posso entender e fazer ser entendido por outras pessoas que contexto político é esse que vivemos no início do século XXI.

Buscando entender os modos como os sentidos se constituem por meio da linguagem, Eduardo Guimarães (2005b) discute semântica do acontecimento trazendo a ideia de enunciação como um ato político. Assim, uma nova perspectiva é ofertada à relação entre o plano material (mundo) e o simbólico (linguagem) e, para isso, o teórico discute a designação e os sentidos que ela instaura.

A ideia de designação provoca a distinção de elementos aparentemente semelhantes, a exemplo da denotação e da referência. O conceito ainda traria a ideia de significação e um nome, comum em uma relação linguística atravessada pela memória e pelo real. A enunciação de que fala o autor, quando acontece, é afetada pelo simbólico, daí não pressupor um sujeito categorizado nem uma temporalidade cronológica.

A partir disso, começou-se a pensar a enunciação do acontecimento, esta que recorta um passado de forma memorável ao passo que instala a latência de futuro. Dê, o(a) leitor(a), uma ênfase a isso. Esse acontecimento é encarado, como dito, como político, de modo que fundamenta as relações sociais e determina a materialidade das divisões presentes na linguagem, espaço de contradição do dizer que é materializado pela designação.

Guimarães (1996) adota a formulação benvenistiana sobre a enunciação colocar a língua em funcionamento e acrescenta o fator da exterioridade como colaborador desse funcionamento. Alfredo Silva, enquanto sujeito, autor e enunciador, produz um texto escrito afetado, evidentemente, por fatores externos, como jogos políticos e

discursos hegemônicos, o que exemplifica bem o pensamento de Guimarães (1996) acerca da alteridade constitutiva do sentido e ilustra o conceito de interdiscursividade, do qual tratarei adiante.

Para a produção de um texto, AJS contou com as condições de produção, estas que, para Orlandi (2000), funcionam de acordo com alguns fatores:

Um deles é o que chamamos relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os discursos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, nesse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2000, p. 39).

Os mecanismos de funcionamento do discurso dos quais fala Orlandi (2000) repousam, para a autora, em formações imaginárias, de modo que o que funciona como discurso seriam as projeções ao invés dos sujeitos físicos e dos lugares empíricos. As formações imaginárias seriam, portanto, a ponte entre as situações empíricas e as posições do sujeito do discurso.

A autora discorre, ainda, sobre como, em toda língua, há regras de projeção que permitem o atravessamento dessa ponte entre situação (empíria) e posição (discurso), exatamente porque são as posições que significam no discurso e estabelecem a relação com o contexto sócio-histórico e à memória (saber discursivo).

Tudo isso contribui, na formulação de Orlandi (2000), para a constituição das condições de produção e significação do discurso, já que os discursos nascem das relações sociais e de sua inscrição na história, bem como de relações de poder. Daí, com a necessidade da análise, pode-se atravessar o imaginário condicionante de sujeitos em suas discursividades e compreender o que está sendo dito por meio da explicitação do modo como os sentidos são produzidos (ORLANDI, 2000).

Imagine o(a) leitor(a) que, na Caetité do século XX, destacavam-se Alfredo Silva e João Gumes, dois profissionais das letras que influenciavam pessoas por meio das palavras. Ambos eram conservadores e atuam em períodos não muito distantes um do outro (SANTOS; PINTO, 2019). João Gumes escreveu, em 1926, o romance *Vida Campestre*, que narra – entre outras coisas – a labuta do sertanejo. Mais tarde, em meados de 1955, Alfredo Silva escreveu o seu ensaio de crítica literária denominado *Gramática*.

De ambas as materialidades discursivas (obras de Gumes e Silva), recortei fragmentos que nos auxiliarão nesse entendimento de relações sociais e contextuais como agentes da produção do discurso. Em *Vida Campestre*, João Gumes (1926, p. 15) escreve sobre o mestiço brasileiro:

No capitão Timóteo acentuavam-se os traços característicos da inteligente e altiva raça que se vem esboçando entre nós através dos séculos e da qual depende o progresso e grandeza futura do Brasil. Será ela a raça brasileira definitiva que, no futuro, ligada entre si, nos variados grupos que, obedecendo às diferenças de climas e condições locais, levemente destoarão do feral conjunto, – conservará, entretanto, a harmonia geral, será homoétnica nos seus traços gerais. Não devemos esperar que alguns dos elementos étnicos que concorreram para a nossa colonização, que o aborígene, o preto e o branco, venha a predominar nos séculos vindouros; mas o contingente que cada uma dessas raças trouxe para a fusão permanecerá mista.

No volume 1 da *Gramática*, Alfredo Silva (1955-1956, p. 66) assevera:

O índio brasileiro era apático sem horizontes da imaginação. O português enquanto expansivo, alegre, irrequeto e fantasioso, como todo peninsular, tem uma certa delicadeza de emotividade especial e diferente. Aquele desalinho febril de concepção, que nos oferece o mestiço, é do sangue africano, é nosso devido ao cruzamento das três raças, definindo o nosso tipo em formação.

Assim, o mestiço brasileiro de Alfredo Silva é descrito de uma maneira semelhante à apresentação de João Gumes, que diz ainda sobre

a) brancos e indígenas: “A raça branca, incapaz de resistir o ardor do clima, recebeu o sangue cálido, e afeito aos ardores tropicais, do nosso autóctone, a quem por sua vez emprestou os seus traços característicos mais delicados e formosos” (GUMES, 1926, p. 15).

b) negros:

(...) teve suavizados os terríveis ardores dos vastos desertos africanos, afez-se melhor que a raça nobre ao nosso clima suavizado pela imensas florestas e frescura das suas inúmeras caudais e, mesmo antes de fundir-se com outras raças, proliferou espécimens de traços mais corretos. A civilização, os hábitos unitários e tantas outras causas eficientes com que concorreu o branco para o nosso progresso moral e intelectual tiveram uma grande influência na formação da nossa raça, mesmo na sua aparência física (SILVA, 1955-1956, p. 66).

A obra de João Gumes é melhor discutida no trabalho de Diego Raian Aguiar Pinto (2020), intitulado “A educação, o povo e as práticas culturais sertanejas nos

escritos de João Gumes. Alto Sertão da Bahia (1880-1930)”. Trago apenas alguns excertos para que o(a) leitor(a) perceba como um discurso está intrinsecamente relacionado e ligado ao outro, demonstrando qual era a formação discursiva da época, ou seja, o que era legítimo de ser dito ou o que poderia ser dito naquele contexto.

Como visto em um fragmento anterior, João Gumes chega à conclusão do que é o mestiço, ou seja, o brasileiro. A semelhante conclusão chega Alfredo Silva, que afirma

Serão os brasileiros inteligentes e ávidos, áspers no ganho e desperdiçados na economia, aventureiros e idealistas, como os brancos, serão sentimentais e servis, licenciosos e indisciplinados, e capazes, entretanto, das provocações mais penosas, como os pretos; serão altivos e indolentes, sem saber reagir às condições demoradas de pressão, mas insubmissos às coações afrontosas, como os brasileiros primitivos, qualidades muitas vezes antagônicas, que existem em dois indivíduos, próximos, no mesmo indivíduo alternativamente, ainda não depuradas e reunidas num resumo perfeito dos componentes (SILVA, 2018, p. 65).

Os índios são rechaçados para a região ínvia do planalto central e os pretos são absorvidos pela atração do cruzamento, levados pelo instinto de melhorar a espécie, aumentando o número de mestiços que vão, por seu turno, depurar a raça inferior de origem, na ânsia de aperfeiçoamento (SILVA, 2018, p. 65).

Chamo sua atenção para um verbo presente tanto na fala de Silva quanto na fala de Gumes: depurar.

Segundo o Minidicionário de Língua Portuguesa de Sérgio Ximenes (2000, p. 291), “depurar” significa: “Tornar-se puro ou mais puro; purificar”. A definição é simples e nos elucida parte do aspecto ideológico do vocábulo. “Tornar puro”, tratando do caldeamento étnico, refere-se a tornar branco, já que as concepções advinham da Europa, ideia fortemente apregoada pelo racismo científico do século XIX e início do segundo XX, conforme explica Seyferth (2002). Alfredo José da Silva (2018, p. 61) compactuava com mais concepções:

De acordo com as regras da evolução e com os fatos que se vão evidenciando, é claro o prognóstico de que a futura raça brasileira será branca, pela desassimilação, pela depuração, que se vai lentamente operando, isto é, com a eliminação dos caracteres recebidos das raças negra e selvícola.

No excerto acima, observa-se o fenômeno da nominalização deverbal, em que o verbo “depurar” se transforma no substantivo “depuração”.

Por muito tempo, pensadores e cientistas, a exemplo de Gobineau, adotavam os determinismos raciais, concebendo a divisão da humanidade em tipos superiores e inferiores e condenando a mistura, conforme explica Giralda Seyferth (2002). Em AJS, vê-se a adoção dessa divisão – em que os grupos superiores são representados pelos brancos europeus e os inferiores, pelos negros e indígenas –, apesar de ser mais compassivo quando a percepção de miscigenação.

O século XIX foi marcado pela discussão sobre raça e identidade. Para Diego Pinto (2020, p. 50),

O discurso racista foi consumido fortemente por pensadores brasileiros, com destaque para o advogado e jornalista Silvio Romero (1851-1914), os médicos João Baptista Lacerda (1846-1915), Roquette Pinto (1884-1954) e Nina Rodrigues (1862-1906), o escritor e jornalista Euclides da Cunha (1866 – 1909), e o sociólogo Gilberto Freyre (1900 – 1987). Os discursos raciais dos estudiosos citados apresentavam várias dissemelhanças, cada um mantinha as análises de mundo feitas por seus autores a partir de suas respectivas áreas, porém cabe destaque a uma simetria entre essas teorias: todos os autores desenvolveram estudos que estereotipavam as diferentes etnias existentes no mundo [...].

Sendo produto desse período e sujeito não passivo dele, mas passível de modificar as próprias escolhas discursivas, Alfredo Silva reproduz esses estereótipos, algo que já discuti em outros momentos.

Para Seyferth (2002, p. 24),

[...] o conceito de raça foi desenvolvido na Europa para interpretar novas relações sociais no interior do Estado-nação e, usado pelos nacionalismos, ajudou a demarcar pertencimentos nacionais e excluir minorias incômodas (Arendt, 1976). As inúmeras teorias, doutrinárias ou não, que surgiram ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX não são, portanto, produto do capitalismo ou do colonialismo, mas foram úteis aos seus ideólogos para impor a dominação política e econômica aos povos colonizados.

Apesar de ser uma recorrência do século XIX-XX, tais discursos ainda aparecem no período hodierno com bastante força em diversos âmbitos. Destaco três:

a) No humor: o stand-up é um espetáculo de humor apresentado por um único sujeito, em pé, sem caracterização. Nele, o comediante baseia-se em acontecimentos da vida real, geralmente da sua própria experiência, para montar as piadas; com isso, ele consegue produzir humor pela identificação do público com o que é contado.

Whindersson Nunes é um comediante de stand-up. Ele, piauiense, casou-se com Luisa Sonza, gaúcha. No show “Adulto”, disponível na Netflix, o comediante

conta, entre outras coisas, a história do seu casamento. Sobre a chegada dos convidados ao local da festa, ele diz (transcrição livre):

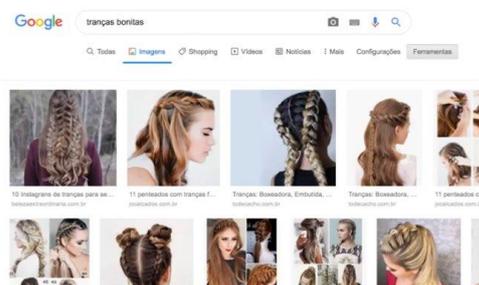
Agora, a família, meu jovem... nunca tinha vindo no Nordeste. Nunca tinham vindo. Primeira vez. Pegaram um avião do Rio Grande do Sul [som de avião] a Maceió. Meu amigo do Piauí tudo de ônibus [som de veículo velho]. Quando chegaram as duas famílias, uma do lado da outra, meu irmão... O contraste é muito forte, cara. Tu é... Desciam os parente da minha mulher do carro... botava o pé... Parecia o Thor. Fazia [onomatopeia de trovão] pra cima. Incrível! Desciam os meu... [riso] Só um pouquinho [pedindo uma pausa], que eu fico enjoado quando lembro da cena, o pessoal... [som de ânsia de vômito] Ô, povo feio, minha gente! Puta que pariu! Tudo fora de esquadro assim. Não tinha um ombro da mesma altura do outro! Nada! E as amiga da minha mulher queriam achar um marido no meu casamento!²²

Considerado um dos maiores comediantes do Brasil, Whindersson reforça a linha ideológica que divide o país em dois: a população que representa a pureza, a beleza e o modelo de comportamento reside no Sul, e a população que representa o oposto disso reside no Norte do país. O(a) leitor(a) sabe que a maioria da população negra e indígena encontra-se no lado Norte, daí a constatação, não só de Whindersson, mas de um ideário tido como irrefutável, da soberania dos sulistas, tanto nos aspectos físicos quanto morais e comportamentais, justamente por ser no Norte e Nordeste onde se encontram os indivíduos resultantes da mistura étnica. Whindersson, com sua jocosidade maldosa, apaga as diferenças de classes inscritas nos corpos dos convidados da festa e assume o nordestino como pobre, como se não existissem pessoas com corporeidades típicas das elites no Nordeste. O apagamento de Whindersson aponta a cruzeza da ideologia que a cada dia se fortalece no Brasil, de que nordestinos enraizaram a pobreza, opondo-se aos sulistas, que buscam avanços sociais a cada dia. Daí terem surgido com bastante força os movimentos separatistas no Brasil.

b) Na ideologia popular: no ano de 2020, um experimento virtual circulou nas redes sociais para demonstrar que os algoritmos, planejados por seres humanos dotados de uma carga ideológica, tendiam a apresentar resultados questionáveis, se os olharmos pela ótica da contemporaneidade, para pesquisas com as palavras-chave “tranças bonitas” e “tranças feias”. Abaixo, apresento um *print* para cada resultado do site de busca google.com na seção de imagens (captura de tela feita em julho de 2019):

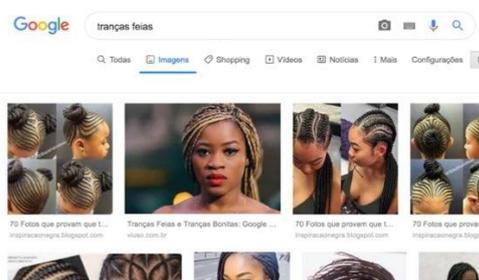
²² Adulto, peça de stand-up disponibilizada pela Netflix (2018)

Figura 1: Resultado da pesquisa “tranças bonitas” no Google.



Fonte: print do Google Imagens (2019).

Figura 2: Resultado da pesquisa “tranças feias” no Google.



Fonte: print do Google Imagens (2019).

As imagens são autoexplicativas. Novamente, encontramos indícios de que a noção de belo está associada ao fenótipo branco, enquanto aquilo que é originário do povo preto é encarado como feio.

c) No discurso do representante máximo do poder executivo da nação brasileira: em 2017, o então candidato a presidente afirma que negros quilombolas são inúteis, não servindo nem para procriadores, e refere-se a eles com as mesmas expressões usadas no período da escravidão para pesar escravizados e animais: “o afrodescendente mais leve lá [no quilombo que ele visitou] pesava sete arrobas”²³. Ele diz ainda:

Se eu chegar lá [na Presidência], não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no

²³ Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em 05 set. 2020.

que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.²⁴

Com esse e outros discursos, o candidato venceu as eleições e, agora, tem palco para outras declarações, a exemplo da conversa com Onyx Lorenzoni em café da manhã com jornalistas: “Daqueles governadores de paraíba o pior é o do Maranhão [Flávio Dino, do PCdoB]. Tem que ter nada com esse cara”. A generalização “de paraíba” para todos os governadores do Nordeste demonstra o desprezo e a indiferença com a população nordestina, composta, em maioria, por povos não brancos e pelas classes deprivilegiadas. Em outro momento, refere-se a seu assessor, em tom de brincadeira, como “pau de arara”, expressão que traz como sentido os transportes de péssima qualidade, a maioria picapes adaptadas para o transporte de pessoas de baixa renda, que migravam do interior para as grandes capitais, como São Paulo, em busca de melhores condições de sobrevivência.

Ao ser questionado sobre seus posicionamentos racistas, o presidente afirmou em entrevista à RedeTV: “Essa coisa do racismo, no Brasil, é coisa rara. O tempo todo jogar negro contra branco, homo contra hétero, desculpa a linguagem, mas já encheu o saco esse assunto”. O(a) leitor(a), brasileiro(a) que é, pode refletir, com base em suas vivências e nas vivências de pessoas próximas ou não, a veracidade dessa informação.

Após a discussão de três cenários reais do Brasil, é perceptível que os discursos do comediante Whindersson Nunes, os que alimentam os algoritmos na internet e os do presidente Bolsonaro tem raízes históricas profundas. Estas foram fortalecidas pelas discussões racialistas no século XIX, com Nina Rodrigues, por exemplo, e reforçadas por outros intelectuais conservadores, como Alfredo José da Silva e João Gumes. Para essa compreensão de discursos que se (re)fazem a partir de outros, convido o(a) leitor(a) a pensar comigo a noção de interdiscurso.

Antes de partirmos para isso, no entanto, é necessário esclarecer outros dois conceitos: formação discursiva e formação ideológica. A formação discursiva é, para Orlandi (2000), aquilo que, numa formação ideológica dada, determina o que pode ou não ser dito. As fronteiras, no entanto, das formações discursivas não são necessariamente determinadas, mas encontram-se em constante mudança, dado o

²⁴ Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em 05 set. 2020.

caráter dinâmico da língua e da sociedade. Assim, o interdiscurso seria, para Pêcheux (1995), recortado e atravessado por diferentes formações discursivas e, para Orlandi (2000), seria “[...] todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, ou seja, fala uma voz sem nome, diz ela ao citar Courtine (1999).

Na enunciação de Alfredo Silva, são perceptíveis os ecos de um discurso eurocêntrico que circulou fortemente no Brasil e que, mesmo um pouco mais discreto, ainda transita pela sociedade brasileira. Analisando dentro de uma temporalidade, nota-se que a enunciação de AJS se constrói como uma teia discursiva: alguns pedaços vêm das teorias de Arthur Ramos, outros de Sílvio Romero, outros de Nina Rodrigues, outros de Gobineau, tidos como produtores de discursos fundadores; outros vêm de discursos de origens impossíveis de serem detectadas, num intrincado nó de discursividade.

Importante não só compreender o já-dito dos escritos do professor baiano, mas também os seus silêncios. Ao isentar-se das discussões sobre desigualdade social, por exemplo, para tratar de temas sociais, em um momento em que as discussões sobre as condições econômicas dos mestiços brasileiros fervilhavam, como em Manoel Bonfim (1905) e em Thales de Azevedo (1955), Alfredo Silva diz muito sobre a política do silêncio (ORLANDI, 2000), daí a necessidade de partir do dizer para delinear as margens do não-dito.

A noção de acontecimento colabora com a discussão que quero provocar a este respeito. A enunciação, com seus ditos e não-ditos, passa a ser considerada um acontecimento de linguagem por Eduardo Guimarães (1995), pelo fato de representar uma diferença na sua própria ordem. Isso me permitiu refletir sobre a enunciação de AJS, enquanto acontecimento, pois ela instaura sua própria temporalidade por meio de uma intrincada teia discursiva.

Ao tratar de *nacionalidade*, por exemplo, o autor define o vocábulo de vários modos diferentes em parágrafos subsequentes, como nos fragmentos abaixo. Aqui, as relações entre as palavras são escritas nos Domínios Semânticos de Determinação por meio dos sinais especificados por Guimarães (2007): “┌ ou └ ou ⊥ ou ⊥”, estes que significam “determina” e marca uma relação de sinonímia.

Nacionalidade † é o sentimento de que se possui um povo cujos elementos comungam o mesmo credo político, tendo, por moldes de seu pensamento, o mesmo idioma, por pátria a mesma região, por tradição os mesmos mitos e por incentivos os incitamentos da mesma raça (SILVA, 2018, p. 77).

Fragmento 2

Nacionalidade † é a síntese emotiva da pátria (SILVA, 2018, p. 77).

Fragmento 3

Nacionalidade † é, pelo concurso instrutivo de ideias e interesses, pela solidariedade como meio de aliança e defesa recíproca, que um povo se condensa filiando-se aos mesmos princípios, guiando-se pela mesma norma, regendo-se pela mesma lei, reunindo em torno do mesmo altar (SILVA, 2018, p. 77).

Fragmento 4

Nacionalidade † caracteriza o gênio nacional, o sentimento que se evola pelas criações emotivas do povo, tendo por base, a tradição, e, por diretriz, a orientação impressa por seus escritores, nas manifestações da atividade intelectual, no domínio das produções literárias (SILVA, 2018, p. 78).

Observa-se que, por meio da reescrituração, os sentidos atribuídos a uma mesma palavra são modificados. No fragmento 1, por exemplo, a descrição versa sobre o compartilhamento de uma mesma prática cultural por um grupo de pessoas; no fragmento 2, há a romantização do vocábulo que é descrito como síntese emotiva; no terceiro fragmento, nota-se o compartilhamento dos mesmos princípios morais (não mais de práticas culturais, como no fragmento 1); o quarto fragmento define o vocábulo por meio das afinidades artísticas que um povo pode ter em comum.

Para Guimarães (1995, p. 70), o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação, além disso

são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.

Isso se mostra relevante, principalmente, quando se compreende passado/presente/futuro como elementos de um mesmo jogo. A observação da ascensão do conservadorismo brasileiro na contemporaneidade, por exemplo, evidencia os resquícios discursivos de outrora. Foucault (2006) afirma que é “importante que a história não considere um acontecimento sem definir a série de que ele faz parte” ao discutir as condições de aparecimento do discurso.

Ao analisar o contexto sociopolítico do Brasil atual, Jessé de Souza (2017, p. 16) afirma que “O presente não se explica sem o passado, e apenas a explicação que reconstrói a gênese efetiva da realidade vivida pode, de fato, ter poder de convencimento. Essa é, inclusive, a razão de força de convencimento do culturalismo conservador entre nós”. Assim, é nítido que as duas áreas concordam com a necessidade de se voltar ao passado – no nosso caso, por meio de uma materialidade discursiva – para se entender o presente.

Assim, convido o(a) leitor(a) a pensar o conceito de nacionalidade (de Alfredo Silva) e o de patriotismo (tão usado por Jair Bolsonaro), haja vista que os dois vocábulos trazem sentidos próximos. No quarto capítulo desta produção, analisei a noção de nacionalidade que Alfredo Silva traz por meio de um artigo seu publicado no jornal *O Cinzel*. Agora, parto dos excertos que destaquei anteriormente, retirados do seu manuscrito, acerca da definição do vocábulo em sua concepção.

Antes, porém, julgo necessário, você talvez concorde, de partir das definições consagradas. No Minidicionário de Língua Portuguesa de Sérgio Ximenes (2000), os verbetes (e outros relacionados) aparecem assim:

- a) Nacionalidade: “*sf.* 1. Qualidade de nacional. 2. País de nascimento. 3. Condição jurídica que une um cidadão a um país, por nascimento ou naturalização” (XIMENES, 2000, p. 650).
- b) Nacionalismo: “*sm.* 1. Preferência pelo que é próprio da nação à qual se pertence. 2. Doutrina que prega a autodeterminação política e uma política de desenvolvimento baseada nos interesses nacionais” (XIMENES, 2000, p. 650).
- c) Patriotismo: “*sm.* 1. Qualidade de patriota. 2. Amor à pátria” (XIMENES, 2000, p. 706).
- d) Patriota: “*s2g.* Quem ama a pátria, manifestando esse amor por meio de serviços” (XIMENES, 2000, p. 706).

O(a) leitor(a) pode observar que a noção de “nacionalidade” do dicionário é bem restrita quanto à demarcação do local de nascimento. Além disso, perceba que patriotismo e nacionalismo, diferente do que se consagrou no imaginário popular, não são sinônimos. Os conceitos desenvolvidos por Alfredo para “nacionalidade” encaixariam melhor, portanto, no vocábulo “nacionalismo”.

Centremo-nos, por esse motivo, nas ideias de nacionalismo e patriotismo. O estudo de Leite *et. al* (2018) apresenta os seguintes conceitos:

a) Nacionalismo:

funcionaria como a base ideológica na formação da identidade nacional (Tinsley, 2014; Tse, 2014). Sua principal função seria assegurar que os habitantes de uma nação se percebam como um povo especial (Hastings, 1999). O nacionalismo é uma ideologia da modernidade (Anderson, 1991; Billig, 1995; Gellner, 1996; Hobsbawm, 2011; Shulman, 2014; Smith, 2009) de difícil definição (Kunhavalik, 2009). Não obstante, para além de um movimento social, o nacionalismo pode ser considerado como um movimento ideológico que visa a autonomia, a unidade e a identidade de uma população, considerada como uma nação real ou potencial (Smith, 1991) (LEITE, et al, 2018, s/p).

b) Patriotismo:

refere-se a um sentimento de lealdade ligado à nação (Sewpaul, 2009), sendo muitas vezes considerado sinônimo de nacionalismo (Billig, 1995; Sewpaul, 2009). No entanto, o patriotismo consiste no desenvolvimento de um sentimento de autopreservação, em uma moral do dever, podendo envolver inclusive o auto-sacrifício (Acton, 1985). O patriotismo está ligado ao amor à nação, porém não é sinônimo de nacionalismo. Enquanto este último faz referência à crença em uma unidade cultural e/ou étnica, o patriotismo está ligado ao amor, à forma de vida que garante a liberdade e o bem comum da nação (Viroli, 1997) (LEITE, et al, 2018, s/p).

Assim, ficam explícitas as diferenças de sentido entre as duas palavras. No entanto, uma observação atenta nos leva a perceber que Alfredo não enfatiza, em nenhum dos fragmentos destacados, uma unidade étnica, mas explora o conceito a partir dos interesses e costumes comuns, fazendo a definição se aproximar da noção de patriotismo.

A defesa e elevação do patriotismo sempre estiveram muito presentes na política de Jair Bolsonaro. Desde a escolha das cores da campanha (verde e amarelo), o candidato discursa sobre defender o Brasil da ameaça invisível do comunismo, esta que transformaria o país em Venezuela, que na sua opinião tem pouco valor político. A adoção do verde e amarelo ressignificou a bandeira nacional. Um adesivo ou a

exposição da bandeira em si não faz lembrar o amor e o respeito à pátria, mas a devoção cega ao presidente, apesar de todos os escândalos de corrupção. O que você pensa quando vê nossos símbolos nacionais resumidos a isso?

Assim como discuti em outro momento (SANTOS, 2020), Alfredo Silva sempre considerou o nacionalismo (na verdade, o patriotismo) como um fator necessário para a sustentação de uma nação, daí ter escrito mais de quinhentas páginas buscando traçar uma identidade nacional.

Bolsonaro entende da mesma forma. Você deve se lembrar de todas tentativas desesperadas do presidente de criar para o seu próprio governo uma identidade que sustentasse a falta de propostas que se opusesse fortemente à cor vermelha, representativa do PT e também do comunismo, o inimigo de sempre: “Semana do Brasil”, “Vamos valorizar o que é nosso”, “Pátria Amada Brasil”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente Brasil” e, o mais citado, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. Grande parte das expressões aspidas se fizeram presentes nas campanhas midiáticas comuns nos anos 70, em meio à ditadura militar. Lançar ladainhas de amor à pátria foi uma alternativa encontrada pelos militares para sufocar os gritos de socorro vindos dos porões do AI-5, responsável pela tortura e morte dos opositores do Regime Militar (1964-1985).

Em setembro de 2020, o presidente pede aos supermercados para manterem os valores originais dos produtos e ignorar a inflação em nome do “patriotismo” em momento de verdadeira desvalorização do real: a nota de R\$200,00 lançada no mesmo mês comprova isso. Sobre isso, ele disse

Só para vocês saberem, já conversei com intermediários, vou conversar logo mais com a associação de supermercados para ver se a gente... Não é no grito, ninguém vai dar canetada em lugar nenhum. Estou conversando para ver se os produtos da cesta básica aí... **Estou pedindo um sacrifício**, patriotismo para os grandes donos de supermercados para manter na menor margem de lucro.²⁵

Esse discurso do presidente se encaixa exatamente na definição de patriotismo apresentada por Leite *et. Al* (2018), principalmente quanto ao uso do vocábulo “sacrifício”; também se aproxima do terceiro fragmento de Alfredo, quando ele diz que

²⁵ Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/09/05/para-analista-pedido-de-bolsonaro-por-patriotismo-de-supermercados-e-muito-difícil>. Acesso em 07 set. 2020. Grifo meu.

a nacionalidade seria manifestada pelo uso da solidariedade como meio de aliança e defesa recíproca.

O patriotismo de Bolsonaro, no entanto, é bem controverso. Ele sempre coloca o Brasil acima de todos os outros países, desde que não se trate dos Estados Unidos, a quem o ex-capitão bate até continência. Recentemente, os Estados Unidos destituíram o Brasil do posto de emergente, que garantia privilégios comerciais. Mesmo assim, Bolsonaro manteve-se firme na defesa. Em outro momento, relata o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, o presidente do Brasil teria dito “i love you” (eu te amo) a Donald Trump, que devolveu dizendo um sonoro “que bom te ver de novo”.

O que vemos em Bolsonaro é sintoma de complexo de vira-lata disfarçado de decoro patriótico. Complexo de vira-lata é uma expressão cunhada por Nelson Rodrigues, escritor brasileiro do Modernismo, para explicar o trauma da perda no futebol em 1950 e as consequências dele para a autoestima do povo. O conceito foi ampliado e adequado para os estudos sociológicos. Esse mesmo complexo é verificado em Alfredo Silva em muitos momentos, mesmo que todo o seu texto verse justamente para edificação de uma identidade nacional.

Alfredo Silva se opõe firmemente à literatura regional e às variantes linguísticas espalhadas pelo Brasil. Ao ignorar as características intrínsecas que fazem o Brasil ser o Brasil, ele diz:

O Brasil não está adstrito ao tipo sertanejo, como não se acha identificado com os selvagens que ainda permanecem nas florestas de alguns estados, nem com a população rústica das cidades. Combatemos o bairrismo, o regionalismo e o nativismo, para conseguir o nacionalismo, a psicologia de um brasileiro característico, uno e indivisível, **como são o inglês, o alemão, o francês e o japonês** (SILVA, 2018, p. 77, grifo meu).

Conforme o fragmento em destaque, o(a) leitor(a) pode verificar a aura de pureza e unidade que Alfredo acredita que povos de outro países têm e que o Brasil deveria imitar. Desse modo, o autor cai em contradição, uma vez que escreve justamente na tentativa de criar para o brasileiro uma identidade própria, tentando distingui-la da identidade do português e evidenciando suas características próprias. No entanto, ele acaba ignorando grande e rica parte dessas características em busca de um modelo que julga existir em países que considera superiores. Note que, com exceção do Japão, todos os outros países citados são predominantemente brancos.

Ainda sobre língua e variação, AJS diz

Ao lado de muitos brasileirismos agradáveis, o povo introduziu na língua vícios de linguagem censuráveis, solecismos e defeituosas abreviações de pronúncia. Solidônio Leite (1922) atribui esses erros de prolação ao comércio da escravatura e sua influência na penetração, entre nós, dos dialetos indo-portugueses. Aos dialetos indo-portugueses atribui ele os casos de simplificação de *ei* em *ê*, de *ou* em *ô*, a apócope do *r* no infinito dos verbos, a redução dos esdrúxulos, os abomináveis exemplos de aféreses: Bastião, ocê, marrá, cabá, panhá, por Sebastião, você, amarrar, acabar, apanhar, etc. **Verificam-se, porém, essas imperfeições somente no baixo povo e entre os caipiras ou sertanejos** (SILVA, 2018, p. 75, grifo meu).

O fragmento releva a defesa de uma língua descrita pela gramática normativa, esta que ainda preza por características advindas do português de Portugal, mesmo que alguns fenômenos estejam em desuso no Brasil, como a mesóclise e a utilização da segunda pessoa verbal. É nítida a resistência do autor às variantes linguísticas. As camadas que não acessam a educação formal nunca foi o foco de AJS, a utilização de expressões como “baixo povo”, para designar as pessoas sem privilégios econômicos, e “caipiras”, para designar os sertanejos, comprova isso.

O que mostra o discurso de AJS é o desejo de manter o *status quo*. Em *Linguagem e Ideologia*, Fiorin (1988) discute a linguagem como um instrumento de poder. A língua, sendo assim, passa a ser parte de um mecanismo capitalista que pretende deixar o rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. Se você é da década de 90, deve ter lembrado da música “Xibom bom bom” do grupo As Meninas. O que parecia uma música com a finalidade única de promover a dança pode ser entendida como um alerta do qual já falava Marx: a burguesia quer se manter burguesia.

Ao considerar as variantes das camadas populares do país como “imperfeições”, AJS reforça o desejo de manter tais camadas às margens da sociedade. Na época de escrita do ensaio de crítica literária, a intelectualidade e os artistas brasileiros fervilhavam com as discussões acerca das variações. Os modernistas já discutiam a necessidade de romper a barreira entre a língua escrita e falada. Vinte anos antes de Alfredo Silva tecer as considerações que ora analiso, Oswald de Andrade já havia escrito o poema “Pronominais”:

PRONOMINAIS

Dê-me um cigarro
Diz a gramática

Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.²⁶

Com o poema, Oswald de Andrade explicita a necessidade de entendimento de que a língua falada popularmente no Brasil é outra, diferente daquela que prevê o uso de ênclise para pronomes em início de frase. Quase duas décadas depois, AJS insiste na defesa da gramática como modelo a ser tomado como única verdade para a língua.

O livro *A Norma Oculta – Língua e Poder na Sociedade Brasileira*, do sociolinguista Marcos Bagno (2003), discute que o preconceito linguístico é a manifestação da estigmatização das classes letradas de tudo que se origina na cultura das classes populares.

Essas tentativas de afastar o povo pobre de qualquer ascensão social são características do governo eleito em 2018. Nesse mesmo ano, Bolsonaro criticou uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio, de responsabilidade de Ministério da Educação. Tratava-se do “dialeto secreto” elaborado e utilizado por gays e travestis. Em suas palavras: “Uma questão de prova que entra na dialética, na linguagem secreta de travesti, não tem nada a ver, não mede conhecimento nenhum. A não ser obrigar para que no futuro a garotada se interesse mais por esse assunto. Temos que fazer com que o Enem cobre conhecimentos úteis”²⁷. Assim como AJS, que prefere ignorar as especificidades linguísticas dos grupos que não acessam a educação formal, Jair Bolsonaro prefere desconsiderar a cultura e a individualidade de um grupo explicitamente perseguido em seu governo, os LGBTQ+.

A resistência às inovações linguísticas é uma característica do conservadorismo que o Brasil ainda vive. Muitos linguistas puristas ainda saem em defesa de uma língua estática, longe do falar das ruas e da característica vivaz que a língua possui, adaptando-se ao contexto social de cada falante, seja pela condição econômica, seja pela necessidade de um mecanismo de comunicação interna que pressuponha identidade e autodefesa.

Quando tomei o texto de Alfredo Silva como materialidade discursiva desta proposta, fi-lo por ter enxergado nele contradições, descontinuidades, lacunas, traços

²⁶DE ANDRADE, O. **Obras completas**. Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

²⁷ Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/11/05/bolsonaro-critica-questao-enem-2018-dialeto-travestis.htm>>. Acesso em 11 set. 2020.

de autoria, atravessamentos discursivos etc. Sendo o Brasil um país que vivenciou uma colonização, que utiliza uma língua imposta e que desfruta de culturas importadas de outras civilizações, os sentidos produzidos por seu povo por meio da linguagem trazem toda essa carga semântica, histórica e política a qual não deve ser ignorada, mas que é desde tempos remotos até os dias de hoje, como discutido.

O que pretendi com essas reflexões você já deve ter entendido. Quero traçar semelhanças entre temporalidades por entender que os acontecimentos de uma época não são estanques. Como uma jovem cidadã brasileira, me vi confusa quanto aos caminhos tomados pela política nos últimos anos. Ainda em 2018, eu me negava a acreditar que uma onda conservadora se instauraria no Brasil tão rapidamente, justamente por não perceber no meu próprio círculo social a presença de uma formação ideológica que, na verdade, sempre esteve entranhada no brasileiro. Você percebia os sinais?

É preciso enxergar além. Essa carta é um convite de entendimento do presente por meio do passado, um passado representado aqui por Alfredo José da Silva, um intelectual negro nordestino ascendente de uma classe desprivilegiada que um dia se torna elite e é atravessado pelas forças dos poderes hegemônicos.

Precisamos falar sobre Alfredo José da Silva e sobre uma crueldade muito característica do capitalismo: a ressignificação das identidades para que se mantenha o sistema de classes que agride, exclui e desumaniza. Com essa reflexão, despeço-me, caro(a) coetâneo(a).

6 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Os três artigos que integram esta dissertação são acompanhados de dois produtos: 1) a edição corrente do volume 2 de *Gramática* de Alfredo Silva; 2) o material didático elaborado a partir do ensaio de crítica textual do autor para aplicação no ensino básico. Com esses dois produtos, espero cumprir aquilo que reafirmei durante todo o estudo: Alfredo José da Silva precisa ser acessado por poder colaborar com os estudos e com a compreensão da(s) formação(ões) discursiva(s) acerca de aspectos sociais, políticos e identitários que são constantemente atualizados na constituição do Brasil enquanto nação e ter a notoriedade merecida.

6.1 A edição corrente do segundo volume de *Gramática*

O volume dois da *Gramática* de Alfredo Silva conta com 196 páginas e recebeu cinco diferentes tratamentos críticos:

I. edição fac-similar: reprodução do documento por meios mecânicos.

II. edição diplomática: edição que se quer fiel ao manuscrito.

III. edição semi-diplomática: edição que permite pequenas interferências do editor, como desdobramentos de abreviaturas, supressão de palavras repetidas, supressão de palavras taxadas etc.

VI. edição interpretativa: edição que permite interferências maiores do editor, como o preenchimento de lacunas sintáticas ou, no nosso caso, de inferências a respeito do local de inclusão das notas de margem no texto principal.

V. edição corrente: edição que atualiza a linguagem para o acordo ortográfico vigente, elabora sumário, organiza o texto fora dos limites de linha do manuscrito, retira as marcas não essenciais do editor etc. Em suma, prepara o texto para a leitura de não especialistas.

A seguir, especifico os principais critérios editoriais apenas da edição corrente por esta ser a última realizada:

- a partir das conjecturas feitas na edição interpretativa, efetiva integração das notas do manuscrito ao texto principal.
- respeito à paragrafação do manuscrito, sem contudo, atentar para os limites de cada linha, que deixa de ser contada;
- por consequência, nova contagem de páginas, sem marcar sua mudança;

- elaboração de sumário a fim de orientar o(a) leitor(a) em sua leitura;
- padronização do texto na formação de fonte da ABNT: arial, tamanho 12, cor preta.
- atualização da linguagem para o acordo ortográfico de 2013.
- respeito à originalidade do manuscrito no que tange às ideias, organização textual e inserção de tópicos.

Realizada a edição corrente, o segundo texto pode ser, finalmente, integrado ao primeiro. A publicação do ensaio de crítica textual de Alfredo José da Silva está em vias de acontecer por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Sociedade e Linguagem e, em breve, terá a circulação que merece, como continuamente tenho discutido nesta produção.

A edição corrente do documento em questão encontra-se no apêndice B.

6.2 O material didático

Reconhecendo a importância do intelectual Alfredo José da Silva para a compreensão dos discursos circundantes em meados do século XX até os dias atuais, senti a necessidade de democratizar o acesso a suas ideias não só no nível superior, mas também no ensino básico, por isso elaborei um material titulado “Cartilha de brasilidades: estudo e pesquisa a partir de Alfredo Silva” com recortes temáticos sociais que partem da discussão de AJS e permitem a busca pela compreensão de como tais temas são concebidos nos dias de hoje.

O material tem como público-alvo as turmas de ensino médio de Caetité e buscam colaborar com os necessários estudos sociais que podem transitar pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Sociologia e História. Além disso, na cartilha consta breve biografia do autor e discussão acerca de sua importância local e social.

Os temas escolhidos para a discussão no material foram as categorias que Alfredo José da Silva considera necessárias para o entendimento e construção da identidade do povo brasileiro: “natureza”, “tradição”, “raça”, “folclore”, “língua”, “nacionalidade”. Após apresentadas as definições de cada categoria, o(a) estudante deve, orientado(a) pelo(a) professor(a), pesquisar como essas categorias aparecem na sociedade atual e dissertar sobre suas próprias concepções sobre cada uma.

Assim, o(a) estudante poderá ter essa dimensão de passado/presente a partir de concepções elaboradas por uma personalidade não explorada pela escola. O estudante caetiteense repensará os conceitos a partir da perspectiva de um intelectual local. Dessa forma, AJS pode, finalmente, retornar para o seu lugar favorito.

A cartilha, que será distribuída nas escolas por meios digitais (documento em nuvem), encontra-se no apêndice A deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de . Índícios do sistema coeducativo na Escola Normal Republicana em São Paulo (1890/1930). **Educar em Revista** (Impresso), v. 12, p. 139-152, 2009.

ALVES, Maria Angélica. A Educação Feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Memória da Educação Brasileira**, 2002, Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Thalles de. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BENVENISTE, Émile. Aparelho Formal da Enunciação. In: **Problemas de linguística geral I e II**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males e origem. 4 Ed. Rio de Janeiro: Tapbooks, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6 Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CRUZ, Elizeu Pinheiro da; SANTOS, Janaina de Jesus; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. Apagamento da mulher em experiências de fundação do magistério na Bahia: apontamentos de uma etnografia em arquivos de professoras e instituições de ensino. **Revista Práxis Educacional**, V. 14, N. 28. ABR/JUN., 2018.

FARIAS, Sônia L. Ramalho. Tendências da crítica literária contemporânea: um esboço. **Graphos**. João Pessoa, Vol 10, N. 2, Dez./2008.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. Lisboa: Edições Loyola, 2006.

GALVÃO, Olympio "Conferência realizada no Congresso Literário de Pernambuco em 1892". In: ALMEIDA, P. D. (dir). **A Mensageira**. Revista Literaria dedicada às Mulheres Brasileiras. São Paulo: IMESP/DAESP, 1987, ano I, n.12

GAUHERIN, J. (2014). **Le “modèle républicain” en France: un modèle sous tension.** *Histoire, Monde et Cultures Religieuses*, 32, 43-53. Giumbelli, E. (2014). Símbolos religiosos em controvérsias. São Paulo: Terceiro Nome.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (orgs.). **A palavra: forma e sentido.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** 3. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e enunciação.** Revista Organon: UFRGS, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Textualidade e Enunciação.** Revista Escritos. n. 2. Labeurb/Nudecri: 2002.

GUMES, João. **Vida Campestre: narrativa os costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia,** 1926.

KOHLBERG, L. Essays on moral development. Vol. 1: **The psychology of moral development.** The nature of moral stages. San Francisco: Harper & Row, 1984.

LEITE, et. al. Nacionalismo, Patriotismo e Essencialismo na Construção da Identidade Nacional Brasileira. **Trends Psychol.** vol.26 no.4 Ribeirão Preto. Oct./Dec. 2018

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013

LEMOS, Greissy Leoncio Reis. A Escola Normal na Bahia e a educação feminina. **Annais da X Jornada do HISTEDBR.** Jun, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/zRq4aLpK.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: Fernanda Mota Alves et al. (ORGs). **Filologia, memória e esquecimento.** Lisboa: Húmus, 2010.

MARQUILHAS, Rita. Filologia. In: CEIA, Carlos. (Org.). **E-Dicionário de Termos Literários.** Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/filologia/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, n.35, p. 173-182, set. 2009.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O homem e a comunicação**: a prosa do mundo. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 3 ed.

PINTO, Diego Raian Aguiar. A educação, o povo e as práticas culturais sertanejas nos escritos de João Gumes. Alto Sertão da Bahia, 1880 – 1930. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Caetité-BA, 2020.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Aplicação de diferentes metodologias de edição monotestemunhal à autobiografia de um professor baiano**. 2016. [digit.].

REIS, Joseni Pereira Meira. Um professor do Alto Sertão da Baiano. Do manuscrito ao impresso na Biblioteca: A trajetória de leitura de um professor no Alto Sertão da Bahia (1909 - 1957). In: Mônica YumiJinzenji, Ana Maria de Oliveira Galvão, Juliana Ferreira de Melo (Orgs.) **Culturas orais, culturas do escrito**: intersecções. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. **História, Ciência e Saúde**, v.15, n.4, p.1151-1182, 2008.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1888, 2v.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição interpretativa de “Gramática” de Alfredo Silva**. Caetité: UNEB – DCH – Campus VI, 2018.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição semidiplomática de “Gramática” de Alfredo Silva**: as concepções teóricas do texto. Caetité: UNEB – DCH – Campus VI, 2017.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edições diplomática e mecânica de “Gramática” de Alfredo Silva**: usos linguísticos conservadores no manuscrito principal. Caetité: UNEB – DCH – Campus VI, 2016.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição corrente dos apontamentos didáticos do professor Alfredo Silva**: uma historiografia da literatura brasileira das origens ao Romantismo. 2018. 212 f. Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2018.

SANTOS, Danielly Pereira dos. **Manuscritos de Alfredo José da Silva**: reflexões sociais, políticas e identitárias sobre o Brasil – edição crítica e cartilha de brasilidades. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Caetité-BA, 2020.

SANTOS, Danielly Pereira dos; PINTO, Diego Raian Aguiar. **A emergência da intelectualidade conservadora nos Sertões da Bahia**: Alfredo Silva e João Gumes. Caetité: UNEB – DCH – Campus VI, 2019.

SILVA, Alfredo José da. Gramática II. In: SANTOS, Danielly Pereira dos. **Manuscritos de Alfredo José da Silva**: reflexões sociais, políticas e identitárias sobre o Brasil – edição crítica e cartilha de brasilidades. Dissertação (Mestrado em Ensino, Linguagem e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Caetité-BA, 2020.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: SEYFERTH, Giralda et al. (Orgs). **Racismo no Brasil**. Peirópolis: ABONG, 2002.

SILVA, Alfredo José da. Gramática vol. 1. In: SANTOS, Danielly Pereira dos. **Edição corrente dos apontamentos didáticos do professor Alfredo Silva**: uma historiografia da literatura brasileira das origens ao Romantismo. 2018. 212 f. Monografia (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2018.

SILVÃO, Waldir. **Memórias de um professor**. Caetité: Etera, 2008.

SOUZA, Arivaldo Sacramento. **Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá**: crítica filológica e estudo de sexualidades. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. Salvador, 2014.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**: da escavidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". São Paulo: L&PM, 2018.

TOLEDO, Gysele Lima de. **De professor a político**: Alfredo José da Silva, trajetória de um professor negro em Caetité -BA (1926-1949). “ Atas do IV Encontro Estadual de História - ANPUH-BA. 29 de julho a 1º de agosto de 2008. Vitória da Conquista - BA. UESB.

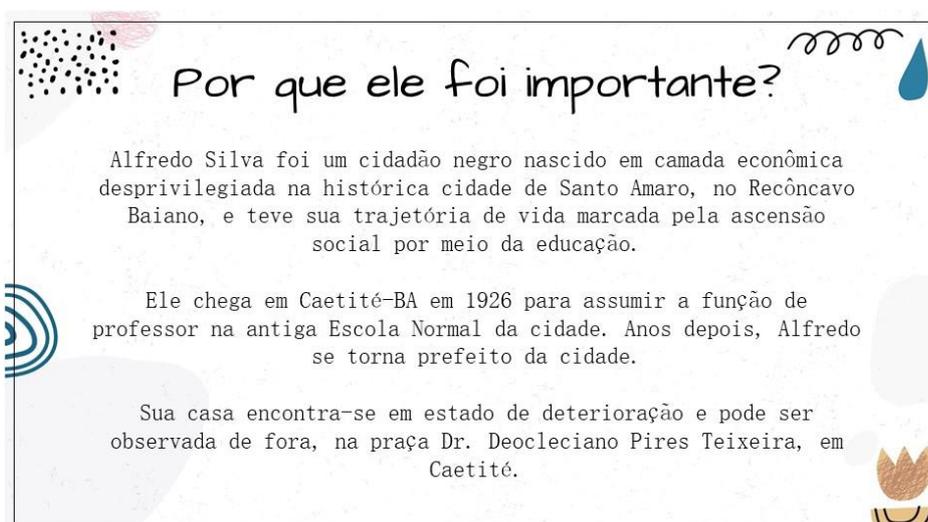
VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola. **Revista Pro-posições**, v. 29, n. 1 (86), abr. 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. 1º milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1916.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Ediouro, 2000.

APÊNDICE A – CARTILHA DE BRASILIDADES



Por que devo conhecê-lo?

- 1 Ele tem colaborações importantes a dar**

Alfredo Silva deixou por escrito dois manuscritos recheados de informações legais sobre como se pensava no século XX.
- 2 Ele é da sua terra**

Apesar de não ter nascido em Caetité, é nessa cidade que ele se constrói como sujeito, cidadão, professor, político e escritor.
- 3 Ele é um intelectual invisibilizado**

As coisas que ele escreveu ficaram engavetadas por anos. Quase ninguém o conhece no Brasil. Está na hora de falarmos sobre elas e sobre ele.

O que ele escreveu?

Um ensaio de crítica literária. Isso quer dizer que ele discutiu a teoria literária e ajudou a construir a base de crítica para os livros que hoje estudamos no Ensino Médio.

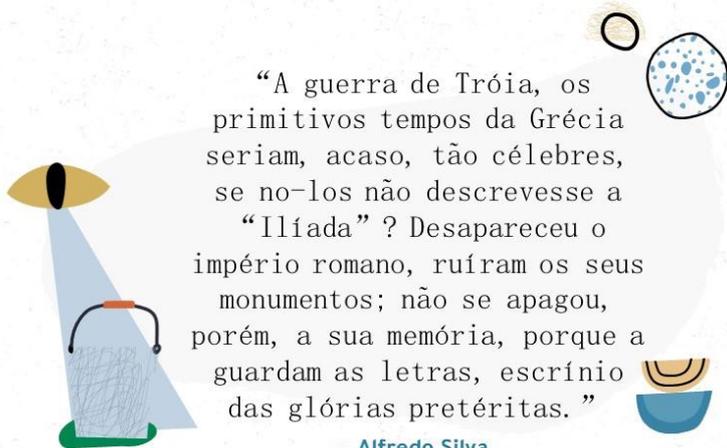


Você já viu um manuscrito antigo estando consciente de sua importância histórica?



Volume 1 do manuscrito de Alfredo

Volume 2 do manuscrito de Alfredo



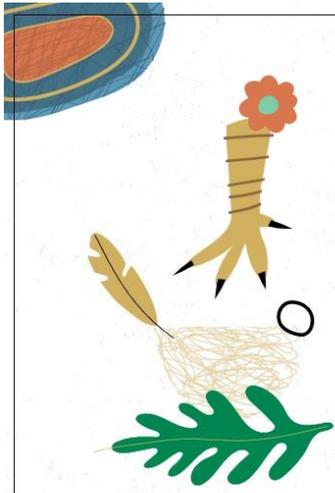
“A guerra de Tróia, os primitivos tempos da Grécia seriam, acaso, tão célebres, se no-los não descrevesse a “Ilíada”? Desapareceu o império romano, ruíram os seus monumentos; não se apagou, porém, a sua memória, porque a guardam as letras, escrínio das glórias pretéritas.”

– Alfredo Silva



O que posso aprender com ele?

Muita coisa. Nada do que pensamos surge do nada. É muito importante que entendamos o que pensamos e porque pensamos assim.



Muitas das noções de identidade do povo brasileiro (nossa identidade) podem ter origem ou não naquilo que Alfredo defendia no passado, nas salas de aula de Caetité. Por isso, veremos algumas desses conceitos, buscando entender como eles aparecem para nós nos dias de hoje.



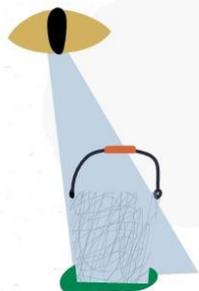
Alfredo discute nacionalidade assim:

“Nacionalidade é o sentimento de que se possui um povo cujos elementos comungam o mesmo credo político, tendo, por moldes de seu pensamento, o mesmo idioma, por pátria a mesma região, por tradição os mesmos mitos e por incentivos os incitamentos da mesma raça” .

“ [Por meio da] nacionalidade é [...] que um povo se condensa filiando-se aos mesmos princípios, guiando-se pela mesma norma, regendo-se pela mesma lei, reunindo em torno do mesmo altar” .

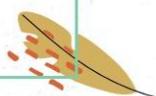
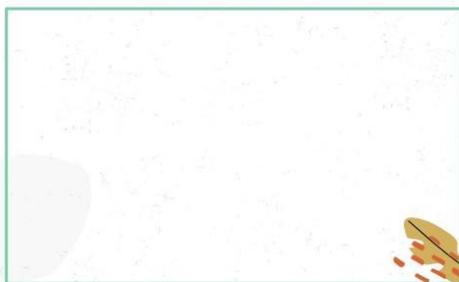
“Nacionalidade caracteriza o gênio nacional, o sentimento que se evolva pelas criações emotivas do povo, tendo por base, a tradição, e, por diretriz, a orientação impressa por seus escritores, nas manifestações da atividade intelectual, no domínio das produções literárias” .

O que Alfredo diz sobre nacionalidade ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como você entende NACIONALIDADE.



Folclore

na perspectiva de Alfredo



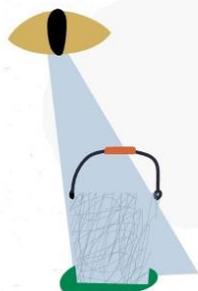
Alfredo discute folclore assim:

“[...] o folclore tende a ser um instrumento político de igualdade. A identidade psicológica desfaz os erros milenares de diferenciação somática dos povos”.

“O folclore é, assim, a história internacional e eterna”.

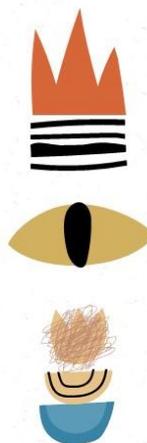
“O folclore é a mais nobre, a mais progressista das ciências humanas, pois que é a mais humana, na sua veracidade, aproximando os homens e lhes mostrando a humanidade deles. O bastardo há de convencer ao legítimo que ele também é natural; aos estranhos que eles são também parentes; homens irmãos, um e outros”.

O que Alfredo diz sobre o folclore ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como você entende FOLCLORE.

 A large empty rectangular box with a thin brown border, intended for the student's response.




Alfredo discute tradição assim:

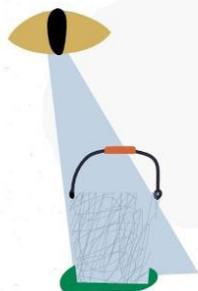
“É a tradição a transmissão de fatos, lendas, sistemas etc, de idade em idade, sem prova escrita.

Ela persiste resistindo a todos os embates, é a própria alma das raças, a sua semente espiritual que se multiplica em lendas, em poesia perpetuando os primeiros sonhos”.

“A tradição é para as raças o que foi para o homem bíblico o sopro divino: a eternidade no efêmero. Passam as migrações para a morte - a tradição fica ao décimo do túmulo”.

“A tradição abrange o mito e o conto popular. O mito é o resultado direto e primitivo da metamorfose da concepção teogônica em símbolo. O conto popular é a transmissão oral das produções anônimas do povo”.

O que Alfredo diz sobre tradição ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como você entende TRADIÇÃO.



Língua/Linguagem

na perspectiva de Alfredo

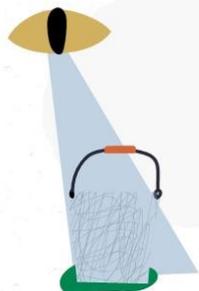


Alfredo discute língua/linguagem assim:

“A linguagem de um povo é o patrimônio maior da sua inteligência. Acumulada, como um tesouro, durante o curso dos séculos, crescendo na razão direta do progresso, torna-se o caráter mais acentuado de uma nacionalidade” .

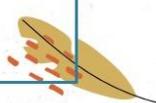
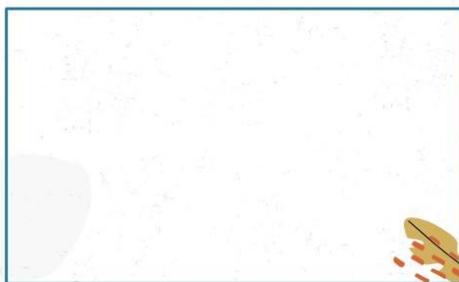
“As línguas procriam, progridem, estacionam, abastardam-se ou desaparecem. O clima, o meio, as condições de vida são elementos poderosos para o seu progresso” .

O que Alfredo diz sobre língua e linguagem ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como você entende LINGUA e LINGUAGEM.



O meio físico

na perspectiva de Alfredo



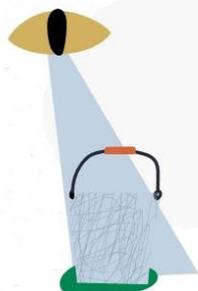
Alfredo discute o meio físico assim:

“Não é somente sobre o aperfeiçoamento físico do homem que as condições mesológicas podem influir. O clima, o aspecto geográfico e outras particularidades do seu habitat determinam, também, modificações no aperfeiçoamento intelectual e até no moral e social”.

“Não estranha que tendo tão vasta extensão de território e tão diversas condições locais de altitude, proximidade ou afastamento do mar, solo desnudo ou protegido por vegetação, possua o Brasil vários climas, quase todos os climas da terra”.

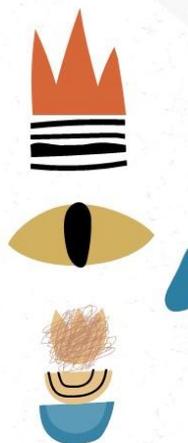
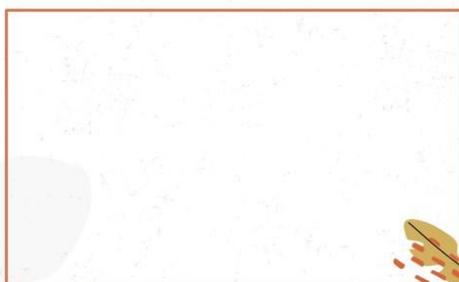
“Não há dúvida que entre as causas determinantes do temperamento de um povo, ressaltam as provenientes do meio físico”.

O que Alfredo diz sobre o meio físico ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como você entende O MEIO FÍSICO.





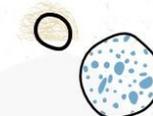
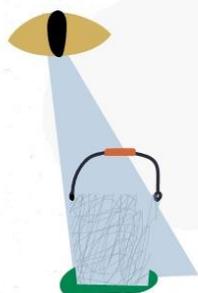
Alfredo discute raça assim:

“Raça é o conjunto de indivíduos que apresentam, mais ou menos, caróteres comuns, transmitidos pela hereditariedade” .

“A raça tem a sua diferenciação étnica, distingue-se pela sua maior ou menor capacidade de ação, pela sua energia, pelos seus hábitos próprios” .

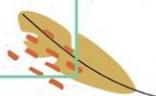
“O Brasil representa um grande laboratório étnico, dentro do qual se opera intenso metabolismo racial, com a assimilação de certos elementos e a desassimilação de outros” .

O que Alfredo diz sobre raça ainda é dito nos dias de hoje? Pesquise em dicionários, internet, livros, revistas etc. e insira no espaço abaixo.



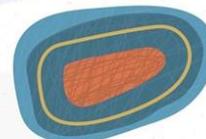
Fontes:

Após ter verificado conceitos para o termo em diferentes fontes, no espaço abaixo, discorra sobre como voce entende RAÇA.



Concluiu?

Agora que terminou, você tem um pouco mais de propriedade para falar sobre temáticas necessárias para a compreensão do que é ser brasileiro, e tudo isso com base em argumentos sólidos levantados por você por meio de pesquisa e por meio da apreensão daquilo que Alfredo Silva teorizou.



Além disso...

Você passou a conhecer um pouco mais da vida e obra de uma personalidade caetiteense pouco conhecida até pela população local, mas muito importante para a intelectualidade negra baiana:

ALFREDO JOSÉ DA SILVA.



Notas de elaboração

A *Cartilha de brasilidades: estudo e pesquisa a partir de Alfredo Silva* foi elaborada por Danielly Pereira dos Santos, como produto educacional resultante da pesquisa intitulada “Manuscritos de Alfredo Silva: Reflexões sociais, políticas e identitárias sobre o Brasil”, orientada pelo Prof. Dr. Elizeu Pinheiro da Cruz e coorientada pela Prof. Dr^a. Elisabete da Silva Barbosa.

O programa

Essa cartilha está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia.

Caetité, 2020.

APÊNDICE B - EDIÇÃO CORRENTE DO VOL. 2 DO MANUSCRITO INTITULADO GRAMÁTICA DE ALFREDO JOSÉ DA SILVA

1 LITERATURA²⁸

É praxe, no início de qualquer estudo, começar por definir, isto é, delimitar o objetivo deste estudo.

É, talvez, a parte mais difícil das ciências.

De vários modos pode ser tomado ou definido o termo “literatura”.

Literatura, do latim *litteratura*, tira a sua origem da *littera*, a letra.

Mas como, seja o vocábulo – literatura, seja a palavra – letra – ou letras, tomamos nós em acepção diversa, preciso se faz que notemos os vários sentidos destas palavras.

Darmesteter dá à palavra “letra” as significações seguintes:

- sinal alfabético, ex.: “a” é letra vogal;
- expressão textual, ex.: a letra mata;
- escrito, ex.: Sagradas Letras, Letra real;
- carta, ex.: Letras Apostólicas;
- trabalho intelectual, ex.: cultivar as letras.

Há ainda um significado que davam à letra os escritores clássicos, isto é, lema que os cavaleiros medievais escreviam nos seus escudos ou nas próprias vestes, como tenção amorosa.

O emprego de “letra” como sinônimo de ciência literária ou produção de inteligência, ou cultura intelectual, é de uso muito antigo e clássico.

Assim o fizeram Cícero e Horácio, Cornélio e Aulo-Gelio, Quintiliano e Macróbio, São Jerônimo e Santo Agostinho.

Cícero, neste sentido, empregava a palavra “letra” ou “letras” em muitos dos seus escritos, sobretudo no seu discurso em defesa do poeta Arquias.

E este emprego se tornou clássico entre os autores mais abalizados do falar português.

“Letra”, pois, e “ciência literária” são palavras, sobre certo respeito, sinônimas.

²⁸ Nota do autor: Procurar ver o n. 11 e 12 da Revista Nacional de Educação (1933).

As palavras “literatura” e “gramática” tiveram, na antiguidade, entre os romanos, a mesma significação. Gramáticos e literatos, entre eles, eram não só todos os que se aplicavam ao estudo das formas vocabulares, à correção e retificação dos textos errados, como também os que estudavam e resolviam as questões pertinentes ao belo, à crítica dos modelos poéticos, etc.

Eis porque o termo “literatura”, diz Alfredo Gomes, é um dos que mais lato sentido tiveram e têm ainda hoje. Fixar-lhe exato domínio, circunscrevê-la dentro de certos limites, defini-la rigorosamente segundo os princípios, torna-se cada vez menos possível, porquanto as suas dilatadíssimas fronteiras não têm perfeita linha divisória e invadem direta ou indiretamente, ora mais ora menos, as raias de todas as produções do engenho humano.

Literatura é a história intelectual de cada povo e de cada época. Ela é a função do meio, momento, raça e gênio. Literatura é o conjunto de documentos que determinam o valor artístico de uma língua.

Etimologicamente, literatura é a arte da linguagem. É a ciência da palavra escrita ou falada.

Literatura é o conjunto das regras relativas às obras do espírito. É a arte de produzir obras do espírito e de apreciá-las, de julgá-las criteriosamente.

Literatura, ou Belas Letras, ou simplesmente Letras, é a ciência que abrange a gramática, a eloquência e a poesia. As Belas Letras eram chamadas, pelos antigos, letras mais humanas ou humanidades, certamente porque tornam mais humano o próprio homem, isto é, mais ilustrado e melhor, mais próximo do seu Criador e do seu destino imortal, pelo desenvolvimento e pelo aperfeiçoamento de todas as suas faculdades.

O estudo dos documentos literários em prosa ou em verso e a vida dos autores é o que se chama História da Literatura. Esta começa, por assim dizer, com a Língua e só termina no dia em que a nação desaparece. É ela que registra o primeiro balbuciar do pensamento.

Artisticamente, literatura, segundo Settembrini, é a arte da palavra – definição que, sob o ponto de vista puramente literário, se pode modificar do seguinte modo: “Literatura é a arte da palavra escrita ou grafada”, assim como a Oratória é a arte da palavra falada e o Teatro é a parte da palavra animada.

Dentro das normas da arte literária, a literatura se define [como] “o conjunto de manifestações verbais destinadas a despertar o sentimento do belo pela perfeição das formas ou pela excelência das ideias”.

Neste sentido, compreende só as produções que despertam em nós entusiasmo e admiração.

Literatura é o conjunto das produções literárias de um povo ou de uma época. Em tal acepção é que dizíamos: a literatura brasileira e a literatura do século XVI. A literatura – escreve Ronald de Carvalho – é a própria história de cada coletividade; refletem-se nela como num espelho polido, as imagens tristes ou risonhas da vida humana.

São condições da obra literária a excelência da forma e das ideias e, por isto, o termo literatura é também tomado no sentido mais restrito para significar o conjunto das produções verbais que provocam emoções estéticas e despertam o sentimento do belo. Como o belo se manifesta pela arte, só será verdadeiramente literária a obra do pensamento quando resiste²⁹ forma artística, motivo porque é a literatura uma arte, ou melhor, uma das belas artes, junto à escultura, à pintura, à arquitetura e à música.

Arte é trabalho da inteligência. E a realização desse trabalho está sujeita a preceitos estéticos que, se não observados, tirarão à obra produzida as qualidades capazes de deleitar pela cultura e ação do belo.

Filosoficamente, literatura, segundo Lamartine, é a expressão memorável do homem, transmitida ao homem por meio da palavra escrita. Expressão do homem, porque pelo escritor se pode conhecer o indivíduo e memorável, porque essa expressão em que há sempre intuito artístico é digna de memória. Portanto, qualquer outra produção para transmitir a outrem o seu pensamento, como por exemplo, um simples bilhete ou recado escrito, não se pode classificar como produção literária, salvo se no modo de expressão há um estilo a notar ou evidente preocupação de arte.

A mais clássica definição da literatura deu-no-la Mr. De Bonald: Literatura é a expressão da sociedade. Esta definição é, por assim dizer, uma dedução lógica da de Lamartine. De fato, se a produção literária dá a conhecer o escritor, se o escritor revela o homem, se o homem é a expressão do meio em que se desenvolveu, a literatura é, sinteticamente, a expressão da sociedade. É a literatura a manifestação mais lídima da sociedade. Resulta isso do que precede. Se a sociedade é a reunião dos

²⁹ Nota da editora: vocábulo de leitura duvidosa.

indivíduos, a coleção das obras de uma nação revela-nos o espírito, as tendências, os costumes de uma época. Os escritores não são homens isolados: são vozes que vibram em uníssono com seus contemporâneos. Esta mesma concordância é que os fez célebres. As comédias de Martins Pena são a melhor fotografia da primeira metade do século XIX.

Nem sempre a manifestação do pensamento ou a expressão da sociedade poderá ser propriamente literatura ou manifestação literária, disse Alfredo Pedroza, porque o que chamamos nós [de] literatura, na acepção em que tomamos o vocábulo, é antes a manifestação artística do pensamento, ou uma expressão do pensamento que pode produzir emoção estética pela perfeição da forma ou pela excelência da ideia.

Sendo assim, propõe o mesmo uma definição mais adequada de literatura: “Toda manifestação da inteligência humana, que, transmitida pela palavra escrita ou falada, desperta em nós o sentimento do belo pela perfeição da forma ou pela excelência da ideia”.

Essa definição tem a vantagem de fazer mais compreensível a definição de De Bonald, porque literatura não é somente sinônimo de bibliografia, nem compreende só as produções escritas, rítmicas e estéticas do pensamento.

Na verdade, de certo modo, literatura é também toda essa produção, às vezes anônima, que, aparecendo sem preocupação de forma, representa e faz sentir o caráter, a índole, os costumes, os hábitos e as tendências sociais, morais e religiosas do povo.

A literatura, a pintura, a música no Brasil trazem as características do cenário, do clima, das regiões, da topografia, da tristeza ou alegria da natureza dos lugares do Brasil.

A arte é objetiva e o ideal do artista é o belo. Por isso, define-se também: arte é a imitação da natureza idealizada para produzir o prazer estético. A natureza é o original do belo, é o quadro autêntico; a arte é a cópia, a imitação. A própria diversidade uma que a natureza se veste cá e lá exerce influência sobre a Arte que é imitação.

Tais são as produções em que, seja na poesia, seja na prosa, se revela a alma do povo, e que, em todas as literaturas, representam um interessante e copioso repositório literário.

A literatura grega começou com os cânticos populares que Homero aproveitou para organizar a sua obra imortal – A Ilíada – e Virgílio, quer na sua Eneida, quer nas

Geórgicas, quer nas Éclogas, reuniu ditos, crenças e tradições que ele recolheu carinhosamente da boca do povo.

Foram os trovadores que iniciaram na Europa as literaturas neo-latinas; e o mais precioso monumento da primitiva literatura portuguesa é o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, que não passa de uma coletânea de trovas que escreveram ou cantaram trovadores, segréis e jograis dos tempos ingênuos de Dom Afonso e de Dom Dinis.

Influem na literatura de um povo os seguintes elementos: o meio, a tradição, o caráter nacional, a raça e seus cruzamentos, a influência das escolas estrangeiras, o clima, a língua, a natureza, o temperamento, as tendências, a educação moral dos escritores; mas de todas as influências a mais forte é a do meio. O meio é o conjunto das circunstâncias ambientes capazes muito comumente de modificar a raça, circunstâncias do meio físico, do meio social, do meio político.

No Brasil, as primeiras manifestações literárias da terra foram, ao lado das crônicas, os hinos, os cânticos, os autos de fé com que os primeiros missionários, querendo ganhar para Deus os seus catecúmenos, iam entretendo alegremente a alma do selvagem trazido das matas aos bancos das escolas e das igrejinhas da missão.

Não deixam de ser documentos preciosíssimos para a nossa literatura essas quadras populares que Varnhagen, Melo Moraes e Afrânio Peixoto registaram em valiosas coletâneas, tão altamente reveladoras do caráter e da alma brasileira.

Cientificamente, literatura é o conjunto de produções do espírito humano escritas, num dado ramo de atividade intelectual. Esta definição confunde literatura com bibliografia.

A literatura é a manifestação mais lídima do espírito humano. É a expressão viva do homem todo. É sua alma. A alma com todas as exigências altas, nobres e dignas. A alma com seus apetites desgovernados, tresmalhados, falseados, pelo pecado original.

Muitos imaginam que literatura é fantasia, gozo refinado e rebuscado dos diletantes, ou mosaico de vocábulos, ou xadrez mais ou menos vistoso de torneios elegantes.

Vem este conceito errôneo, da observação superficial dos que atendem mais aos adornos, às lantejoulas, ao feitio do estilo, do que ao próprio pensamento. Esquecem que a arte de escrever é antes e acima de tudo a arte de pensar, cujos fatores são: o rigor do espírito, o juízo e a reflexão.

Sendo, como vimos acima, a literatura a manifestação mais lídima da sociedade, não constitui ela a única manifestação, mas é a principal. É uma das faces da história geral, a mais variada, a mais complexa. Mas esta abrange também as outras artes.

Todos os povos tiveram literatura quanto à linguagem falada. Entretanto podia sobreviver em monumentos que a perpetuassem, só a dos povos que conheceram e praticaram a ciência e a arte da linguagem escrita.

O Brasil possui uma literatura. Sim e³⁰ riquíssima. Digna dos estudos mais aprofundados. Podemos considerar a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, como primeiro monumento que veio até nós da literatura brasileira.

Sob o ponto de vista didático, literatura é o estudo das regras ou preceitos sobre a composição literária e da evolução de espírito humano, através dos séculos, na esfera das belas letras.

No sentido lato, literatura é tudo quanto em prosa e verso se escreveu num idioma. Nesta acepção, “compreende a religião, a moral, a filosofia, a legislação, a política, a história, a ciência, a arte, a eloquência, isto é, tudo que santifica, civiliza, ensina, governa, perpetua, encanta e deleita o gênero humano.”

Em sentido restrito, literatura é o conjunto de composição com que os homens de gênio deixam, através dos tempos, os traços indelévels da marcha da humanidade. Anda sob este ponto de vista, define-se literatura: “é o conjunto das produções intelectuais e artísticas de um povo”. São as obras que pelo seu valor intrínseco merecem destaque especial e nas quais a alma de um povo se revela em todas as suas modalidades, quer individuais, quer sociais, quer morais ou religiosas. É um reflexo, portanto, da sociedade a que pertence, e esse reflexo só nos livros dos bons escritores se encontra.

Ainda se define literatura [como] o conjunto de documentos que determinam o valor artístico de uma língua. Sucintamente, define-se literatura [como] a arte de usar palavras. Isto não é fantasia nenhuma: é verdade capital, tão profunda que muitos são os escritores que nunca chegam a penetrar no seu verdadeiro íntimo, tão sutil que muitos outros escritos, que se creem videntes dos seus arcanos, se enganam na ilusão de que a compreendem realmente. A atividade do autor é no mundo das palavras. Os adeptos de outras artes, como a música, a pintura, trabalham com ideias

³⁰ Nota da editora: leitura duvidosa das palavras “sim e”.

e emoções, porém só ao escritor, ao literato, cabe trabalhar com elas por meio de palavras. As palavras são exclusiva propriedade sua, com que não competem outros artistas e artífices. São a sua matéria prima, as suas ferramentas, os seus instrumentos, os seus produtos manufaturados, enfim, seu Alfa e seu Ômega. Ele poderá contar com um número infinito de ideias e emoções da mais fina qualidade; entretanto, enquanto ele não as tiver expressado em palavras, essas ideias e emoções não se poderão considerar como tendo uma existência.

A literatura distingue-se da história literária que na sua acepção mais lata é “a história do desenvolvimento intelectual de um povo, da humanidade; no sentido mais restrito, a história literária toma a designação de história da literatura que compreende o estudo de todas as influências naturais, sociais e morais; a biografia dos autores; a análise das obras literárias; a determinação das causas do progresso ou decadência da literatura”.

As literaturas, como as línguas que lhe servem de instrumento, são verdadeiros organismos sujeitos a fases de origem, desenvolvimento e decadência. Como manifestação da vida de um povo, acompanha este na sua atividade histórica.

A história da literatura começa, por assim dizer, com a língua e só termina no dia em que a nação desaparece. É ela que registra o primeiro balbuciar do pensamento.

Para que as primeiras produções literárias se manifestem no seio de um povo, é condição precípua haver o mesmo chegado a certo grau de cultura e possuir uma língua escrita em cujos moldes seja vasado o sentimento nacional, sendo além disso imprescindível que seja constituída uma nacionalidade. Os povos em estado selvagem não têm literatura a menos que se considerem como tal as suas lendas obscuras e não raro construídas na ficção nos centros civilizados.

Ainda, o termo literatura serve para designar as produções do espírito humano manifestadas pelo estilo ou arte de escrever.

- literatura brasileira: conjunto das obras escritas no Brasil, ou a respeito do Brasil;
- literatura grega: conjunto das obras escritas na Grécia;
- literatura antiga: conjunto das obras dos séculos passados;
- literatura moderna: conjunto das obras dos tempos presentes;
- literatura sagrada: conjunto das obras relativas a Deus;
- literatura profana: conjunto das obras sobre assuntos não religiosos.

A literatura é uma ciência e é uma arte. Com efeito, ciência é um sistema de conhecimentos relativos a determinado assunto. Ora a literatura coordena, classifica, estuda as produções de um idioma e formula suas regras. Logo, a literatura é ciência.

É, na verdade, a mais bela das artes.

1.1 A arte literária

Arte de exercer sobre o homem, por meio da palavra, uma influência moral poderosa e segundo a ordem. É arte, porque esta ação é sujeita a uma série de preceitos certos, requer exercícios para se aprimorar, e é o meio mais adequado de expressão do belo.

O objeto da literatura é tudo o que pode ser objeto das nossas cogitações: Deus, o homem e a natureza.

E, como diz São Paulo, que é pelas coisas visíveis que nós chegamos ao conhecimento das coisas invisíveis, daí se explica como a natureza primeiro, depois o homem e depois Deus constituem, em ordem natural dos nossos conhecimentos, o objeto da literatura.

Rui Barbosa, em 1903, dizia aos moços do Colégio Anchieta: “Deus é a necessidade das necessidades, Deus é a chave do universo, Deus é a harmonia entre as desarmonias da criação. Incessantemente passam e não de passar no vórtice dos tempos as ideias, os sistemas, as escolas, as filosofias, os governos, as raças, as civilizações; mas a intuição de Deus não cessa, não cessará de esplendor, através do eterno mistério, no fundo invisível do pensamento”.

E a consideração das maravilhas da natureza, a contemplação da infinita variedade de mistério e do maravilhoso mecanismo da vida que o Criador espalhou e ordenou nesse pequeno mundo que é o homem? Que lances oferece tudo isso ao trabalho da inteligência para acumular riqueza no tesouro da literatura dos povos?

Chateaubriand, perdido nas flores do Novo-Mundo, Humboldt, contemplando a exuberância das nossas matas, Afonso Arinos, Taunay, Euclides da Cunha, Alencar e Casemiro de Abreu, descrevendo a vida dos campos e contemplando as belezas da nossa natureza, oferecem as mais belas páginas literárias que já nos foi dado ler.

A natureza, pois, o homem e Deus, eis o tríplice objeto da literatura.

O fim da literatura é ministrar prazer intelectual, habituando o espírito a saborear as ideias e dispensando, no exercício do pensamento, alegria, descanso e renovação; o seu ofício é ser instrumento de cultura interior.

1.2 Importância da literatura

De todas as artes, a literatura é a mais importante. Sendo a literatura a luz da história, a claridade precursora de todo progresso, impõe-se ao espírito como complemento necessário da perfeita instrução. Sua importância tem-se comprovado em todos os tempos já pela necessidade que de seu uso se faz sentir no cultivo das artes e das ciências, já pela sua evolução no quadro didático das matérias que compõem o programa de educação intelectual.

Das definições de literatura, deduziremos facilmente a sua importância individual. Não há maior proveito, não há maior gozo, que as vantagens e os prazeres resultantes da atividade da alma. Ora esta atividade se desenvolve plenamente no trabalho da composição e da crítica e atua nos outros em proporção direta do grau de perfeição que alcança.

É capital, de consequências incalculáveis, a influência da literatura na sociedade.

Basta ponderar a seguinte meia dúzia de sentenças ajuizadíssimas:

- 1º Os livros são instrumentos de formação humana como temperadores e orientadores da mentalidade de quem os lê.
- 2º As disciplinas da obra escrita têm consenso com todas as da alma.
- 3º A arte e, especialmente, a poesia tem uma ação direta na vida e nos costumes.
- 4º É um excitante poderosíssimo que transtorna e desequilibra uma organização nervosa.
- 5º Pela literatura é que se faz em grande parte a educação da juventude. Nela (depois do ambiente social), se vão munir nossos jovens das suas ideias sobre a vida: aí aprendem a proceder e a teorizar sobre todas as coisas.
- 6º Um dos fatores preponderantes da mentalidade da gente moça são os livros de literatura que muito agradaram ao gosto geral.

A utilidade da literatura se torna evidente pelos próprios efeitos que ela produz na inteligência, deleitando, convencendo e persuadindo.

A palavra que nos entra nas faculdades da alma pelos olhos, nos livros, ou pelos ouvidos, nas diferentes maneiras de exercer a oratória, tem sobre a inteligência uma influência que a nenhum psicólogo é lícito escurecer.

A experiência mesma dos que se põem em contato com as produções do engenho humano no-lo ensina.

Digam-nos Aristóteles, Cícero, Santo Agostino, São Tomás, Vieira, Lacordaire, Faguet, Lavedan e tantos outros.

Lacordaire dizia, frequentemente, quando se recolhia à solidão para preparar as suas admiráveis conferências, que ainda hoje deleitam o nosso espírito: “Duas coisas me bastam: Deus e os meus livros”.

É verdade que sem certas qualidades intelectuais não pode o homem deleitar, nem convencer, nem persuadir.

Toda a composição que deve merecer o nome de obra literária propriamente dita deve supor no seu autor bom senso, originalidade, imaginação e todas essas outras qualidades que nomeiam os compêndios de estilística ou os livros que tratam das regras necessárias à boa formação do estilo.

Saber escrever, ter o sentimento estético das boas letras é qualidade indispensável no escritor.

Assim como o sertanejo é um desajeitado no meio culto das cidades, também seria um deslocado no mundo das letras o escritor que delas não tivesse o convívio. Por isso, a ele se dirige o conselho do poeta latino: “De dia e de noite manuseai os autores...”

Há, sobretudo, três dotes que distinguem o verdadeiro escritor: o gênio, o talento e o espírito lúcido e perspicaz.

O gênio são Homero, Virgílio, Santo Agostino, São Tomaz, Dante, Milton, Camões, Zorrilla, Rui Barbosa e Castro Alves, isto é, as inteligências que tiveram desenvolvidas em grau eminente todas as faculdades literárias.

O talento são Chateaubriand, Manzoni, Campoamor, Alexandre Herculano, Farias Brito, Jakson, Nabuco, isto é, as inteligências que não têm o brilho literário do gênio, mas revelam um avantajado desenvolvimento da capacidade literária, que as colocam abaixo do gênio, mas as fazem parar acima do comum dos autores.

O espírito arguto e perspicaz são Papini, Chesterton, foram Gregório de Matos, Bocage, Carlos de Leat, isto é, as inteligências agudas que sem os dotes do gênio ou do talento, têm o espírito privilegiado de saber dizer, de agradar e cativar pela maneira

graciosa de dizer e de escrever, pela sua singularidade de manifestar o pensamento, pela sua ironia, pela sua argúcia e pelo sainete agudo das suas forças.

Ninguém superou, a este respeito, a Carlos de Laet que uniu ao faceto, à ironia, à alegria de dizer e de escrever, a maneira polida de expressão, o garbo de linguagem sem eiva, a pureza incomparável do idioma português.

1.3 Obras literárias

A classificação, como literários, de quaisquer escritos, depende de duas considerações distintas, diz Adolfo Coelho: a consideração da forma e a consideração da matéria.

Um recibo, uma carta em que se atenda só ao fim imediato, não são produtos literários. Uma carta em que se atendeu não a esse fim, mas na qual quisemos dar correção e elegância à forma, carta em que aparecem imagens e conceitos, é produto literário.

Em sentido lato, compreende a literatura as obras científicas, ainda que escritas sem preocupação de forma.

As obras que reúnem ao valor geral da matéria a maior perfeição da forma são os produtos mais rigorosamente literários. Estas condições encontram-se realizadas, na poesia, nos gêneros em prosa que se aparentam melhor ao gênero poético: eloquência, história, etc.

1.4 Literatura clássica

O adjetivo clássico deriva-se de classe. Exprime alto grau de perfeição: digno de ser proposto para modelo, de ser ensinado em classe.

Duas literaturas merecem dos pósteros esta honrosa distinção: a literatura grega e, nela em especial, o período que corre desde o fim das guerras médicas até as invasões de Alexandre; a literatura latina, em especial, desde Cícero até a morte de Augusto.

Nas outras literaturas, consideram-se clássicas determinadas épocas: em Portugal, o século XVI, século de Camões (1524-1580); na França, o século XVII. Ou determinados autores: Melo Morais, Gonçalves Dias, Rui Barbosa.

Contemplam-se geralmente quatro grandes séculos literários: século de Péricles, entre os Gregos; século de Augusto, entre os Romanos; século do Leão X, ou do Renascimento, entre os povos modernos; século de Luiz XIV, na França.

Chama-se, frequentemente, por mofa e pouco caso, [de] literatura a composição brilhante em que se nota lastimável carência de fundo sério.

1.5 Escola literária

A palavra escola em literatura significa a fase de evolução caracterizada pela mesma corrente de ideias e pelas mesmas formas adotadas nas composições. A escola recebe também o nome de grupo, ciclos, correntes.

Define-se também simples grupo regional de letrados ou escola consagrada de artistas. As escolas são produtos naturais do espírito humano.

Podemos estudar por três lados principais as obras da inteligência literária: ou cronologicamente, quando tomamos, por exemplo, o século XVII, como tema; ou estudando os estados do espírito, as escolas, as correntes estéticas, como o Romantismo ou o Simbolismo que são coisas muito distintas dos românticos ou dos simbolistas; ou finalmente encarando os homens em si, já não mais como produto de seu tempo ou como expressão de uma escola, mas como criadores e livres, como o elemento primordial de toda a obra de arte.

A escola literária caracteriza-se por certa orientação nova, dada por um escritor de determinada época, no que se refere às ideias, ao estilo, ao gênero. Essa figura, que se revela ter influído no movimento, considerado como fundadora da escola é seguida por vários autores que têm as mesmas tendências.

Por escola literária se entende um conjunto de escritores que obedecem a determinada concepção estética ou técnica. Assim nomeiam-se na literatura portuguesa a escola Trovadoresca; as escolas clássicas: italianas, gongórica e arcádica; as escolas romântica, parnasiana, simbólica, etc.

Existem dois critérios paralelos de classificação para toda e qualquer produção literária: o critério geográfico ou regional, mais prático e mais geral, e o critério intelectual segundo as tendências espirituais.

Pelo primeiro: escola pernambucana, baiana, mineira; pelo segundo: romantismo, parnasianismo, futurismo.

Todos os autores são acordes em afirmar que a raça, o meio e o momento têm sempre exercido e continuarão a exercer uma considerável influência sobre a literatura de cada povo.

Foi a alma da raça que moveu José de Alencar a cantar o vigor da raça brasileira, Joaquim Nabuco a defender o escravo, Afonso Arinos a retratar as paisagens de sua terra natal, Alfredo de Taunay a exaltar a vida ingênua dos campos, Euclides da Cunha a caracterizar o tipo sertanejo, Monteiro Lobato a caricaturar a alma do jeca-tatu e Ildefonso Albano a defender a vida laboriosa do homem do nordeste brasileiro.

Depois o meio. Foi ele que criou *Paulo e Virgínia* de Bernardin de Saint-Pierre, *Minhas Prisões* de Silvio Pellico, *As Pupilas do Senhor Reitor* de Julio Dinis, *O Matuto* de Franklin Távora, etc.

Quantas vezes, na história literária dos povos, se verifica, sem dificuldade, que o meio, a necessidade fatal do ambiente que nos cerca, tem uma poderosa influência nas produções literárias!

Foi o meio, o contato, que produziu Pellico, Manzoni, Tristão e tantos outros.

A alma brasileira tem algo da nostalgia portuguesa, já disseram, alguma coisa do sofrimento moral do índio e não menos da alma dolorida do africano. E esta mistura atávica, com os fatores que agem escondidamente dentro da natureza, produziu *Minha Terra* de Casimiro de Abreu, *Fugindo ao Cativo* de Vincente de Carvalho e *Vozes d'África* de Castro Alves.

Toda a nossa literatura, após o período proto-romântico, é um exemplo.

E o momento, basta que recordemos as épocas literárias da nossa história. E verificaremos como o momento influiu sobre as nossas manifestações na vida cultural e literária.

(A) O conjunto de composições literárias de uma nação, de um país ou de uma época é o que se chama literatura, palavra que também significa arte de escrever. O estudo dos documentos literários em prosa ou em verso e o da vida dos autores é o que se chama História da Literatura.

(B) Dois são os elementos da obra literária – o conteúdo e a forma, a qual se realiza mediante a palavra. O conteúdo são as ideias, e a forma é a concepção, a representação.

O que principalmente interessa nas obras literárias é a forma; não porque o conteúdo seja indiferente, mas porque é na forma que o artista realiza a sua concepção estética. Nas obras simplesmente poéticas, pode dizer-se que o conteúdo e a forma se compenetraram.

(C) A literatura juntamente com os outros ensinamentos artísticos favorece o desenvolvimento dos sentimentos estéticos e desperta, no possível, as vocações literárias.

Ela é um poderoso auxiliar do progresso intelectual e moral dum povo. Na época atual, em que impera o autoritarismo, é bem necessário o ensino da literatura para criar na alma popular os grandes sentimentos do amor, da natureza, da família, da pátria e da humanidade.

2 O ROMANTISMO

O advento do Cristianismo desenvolvera uma mentalidade nova no mundo ocidental. A inspiração pagã dos poemas greco-romanos opunha à Idade Média a inspiração cristã.

A rigidez e a austeridade dos modelos clássicos eram substituídas pelas misteriosas e fantásticas concepções do espírito medieval; e a sociedade cavaleiresca, profundamente religiosa, voltada para os milagres, contrapunha-se à sociedade antiga, heroica, pagã e fatalista.

A graça divina, caindo sobre a alma, afastava o prestígio das divindades pagãs cujo poder não ia além do mundo físico. Era o domínio da alma sobre o corpo; a *Divina Comédia* de Dante substituindo as tragédias de Ésquilo.

Os deuses pagãos, protetores dos lares, cedem o lugar aos gênios bons e maus, que disputam entre si o domínio do mundo; anjos e demônios, fadas, anões e gigantes enchem as florestas e os castelos medievais. Cuida o homem somente da alma, e o sofrimento físico é recebido como uma dádiva celeste.

A humanidade tateava incerta na noite medieval, povoada de duendes e mistérios, de feiticeiros e demônios, quando na aurora do século XVI, os primeiros clangores da

Reforma e da Renascença despertam os gênios adormecidos desde a queda do Império Romano do Ocidente.

Coube ao gênio francês, na segunda metade desse século, intentar um regresso à antiguidade clássica, pretendendo produzir uma obra mais nobre e mais bela do que a recebida dos antigos. Este trabalho iniciado por Marot e Rabelais, foi depois continuado por Ronsard, du Bellay, Rémy Belleau.

É só, porém, no século XVIII, que aparecem as grandes produções da literatura francesa. Teófilo de Viau, Cyrano de Bergerac, Voiture e Malherbe são os precursores da idade de ouro da Renascença.

Descartes com o *Discurso sobre o método* e Boileau com a *Arte Poética* revolucionam a filosofia e as letras ao mesmo tempo que Pascal, Corneille, Racine, Molière e La Fontaine, espalhando pelo mundo o predomínio do gênio francês, serviam de modelo a todas as literaturas.

A influência francesa foi tão grande que, no reinado de Luís XIV, absorvia toda a Europa. Nas letras e nas artes predominavam suas ideias, e na Alemanha, o grande Frederico desprezando o gênio alemão e as doutrinas da Reforma impunha os preceitos da *Arte Poética* de Boileau, ao mesmo tempo que chamava de “sensaboronas vulgares” aos poemas de Goethe.

O espírito germânico, escravizado pela rigidez dos modelos franceses, inflexíveis nas suas regras e princípios; oprimido pelo predomínio de suas ideias, oficializadas na corte de Frederico, reagiu e defendeu-se, substituindo o classicismo francês pelas tradições nacionais, a que se prendiam os poemas de Niebelungen e as canções dos Mestres Cantores.

Essa reação, espécie de rebelião literária e estética, foi chamada pela história da literatura de romantismo.

O movimento romântico, surgido espontaneamente na Alemanha no século XVII, em escritores isolados, só com Wieland, Bodmer, Haller, Lessing e Klopstock, já no século XVIII, toma forma de um pensamento geral.

Bodmer, poeta medíocre, foi o principal agitador da reação alemã, foi o clarim que, reunindo as hostes germânicas, lançou-as contra o baluarte do neoclassicismo francês. Contra as fontes cansadas da literatura latina, opunha Bodmer as baladas medievais dos Mestres Cantores. E mal se iniciava a luta contra a influência francesa, em 1748, surgem os primeiros cantos da *Messiada* de Klopstock.

Proclama-o Bodmer o reformador da poesia alemã, e a sua obra, ainda hoje é tida como uma das mais elevadas concepções do espírito humano.

Foi, todavia, Lessing o grande renovador da literatura alemã. Poeta, filósofo, crítico e polemista, possuidor de uma grande erudição, é, sem dúvida, o libertador do espírito germânico. Destruindo a arte dramática francesa, introduziu novos modelos na literatura alemã, ao mesmo tempo que, na *Dramaturgia de Hamburgo*, combatia a influência francesa, como nociva aos escritores alemães.

Atrás de Lessing, vieram Herder, Wieland e, mais tarde, Luiz Tieck, os irmãos Schlegel, Goethe e Schiller.

Na Alemanha, o romantismo não foi mais que a nacionalização do gênio germânico, o qual, assoberbado pelas doutrinas da Reforma não tivera Renascença, indo buscar nos modelos franceses a inspiração para a sua literatura.

A maioria atribui à Alemanha o berço do Romantismo. A crítica moderna, porém, afirma que Jean-Jacques Rousseau foi quem lançou no espírito de Goethe e de Schiller os germens do Romantismo, isto é, o sentimentalismo e o individualismo.

Os dois poetas alemães depois de publicarem, sob esta influência, *Werther* (Goethe) e *Os Bandidos* (Schiller), abandonaram a direção inicial. Foi o alemão Schlegel quem retomou a direção iniciada por Goethe e Schiller, dando corpo à escola. As suas ideias passaram à Inglaterra com Wordsworth, Coleridge, Walter Scott, irradiando para os Estados Unidos da América. Ao passar para a Inglaterra, o movimento de renovação literária originado no Além-Reno sofreu um processo de nacionalização.

O Romantismo, que na Alemanha não era senão um movimento de defesa e reação contra a influência francesa, foi na Inglaterra, um movimento nacional de volta à Idade Média e às antiguidades Célticas.

Ao tempo em que se operava na Inglaterra e na Alemanha a revolução romântica, atravessava a França a grande crise de 89. Durante os doze anos de revoluções e guerra não pôde o gênio francês renovar a sua literatura e a sua arte como o vinham fazendo os impérios da Mancha e do Além-Reno.

Ao revés da Alemanha e da Inglaterra, o Romantismo francês deveria ser uma reação contra a sua própria literatura. Os últimos escritores da Renascença, ainda no século XVII, provocaram os primeiros movimentos de revolta contra as imitações dos modelos antigos.

Chateaubriand, exilado na Inglaterra e nos Estados Unidos, e Madame de Staël, exilada na Alemanha, levam para a França a maneira nova de sentir e escrever.

Antes da Revolução, quando a literatura francesa começava a sofrer os primeiros golpes da influência inglesa e alemã, surge na França, vindo de Genebra, um gênio que deveria dar à literatura e à filosofia, à política e à arte francesas o cunho de sua personalidade, desbravando o caminho às conquistas liberais.

Esse gênio prodigioso, vindo dos Alpes, fez sozinho uma revolução literária; seus ideais filosóficos e políticos foram o rastilho em que ardeu a Revolução Francesa.

Esse homem admirável que tinha em si o instinto da liberdade, rebelde a todas as disciplinas e demolidor de todas as tradições, temperamento individualista, egocêntrico por índole, caráter imperioso e violento, esse homem que em si resumiu todo o Romantismo, foi Jean-Jacques Rousseau.

O seu aparecimento completou todas as conquistas anteriores. Tudo no Romantismo vem de Rousseau e em Rousseau tudo é romântico – foi a fórmula adotada. Poeta, filósofo, musicista e político, em todas estas manifestações de seu gênio, foi Rousseau eloquente, apaixonado, ardente e sedutor. Toda a sua obra é o desdobrar de um drama íntimo, pessoalíssimo, onde sua sensibilidade domina o espírito e a razão.

Pai do Romantismo no mundo, precursor das grandes conquistas da Humanidade, foi a fonte de toda a inspiração romântica.

Durante a Revolução e o império napoleônico, a França não teve um poeta notável. Enquanto a Inglaterra e a Alemanha renasciam, abrindo novos horizontes às suas letras e às suas artes, a França preocupada com as revoluções sociais e as guerras de conquista não possuía senão mediocridades.

Foi quando, no primeiro ano do século XIX, surgiu René Chateaubriand, a maior figura da primeira geração romântica francesa. Discípulo de Rousseau e de Bernadim de Saint-Pierre, lírico imaginoso e brilhante, ou místico e piedoso, foi, sem dúvida, o emancipador das letras francesas.

Foi Chateaubriand o criador do cosmopolitismo na literatura francesa: ao Oriente foi buscar o *Itinerário de Paris a Jerusalém*, à América os *Natchez*, ao mundo antigo os *Mártires*, à Espanha mourisca o *Último Abencerragem*. É ele ainda quem, segundo os passos de Bernadin de Saint-Pierre na *Chaumiére indienne*, cria o Indianismo na literatura. Haviam de segui-lo, mais tarde, o francês Marmontel, o americano Cooper, o espanhol Ercilla e os brasileiros Magalhães, Gonçalves Dias e Alencar.

Antes de 1820, ainda surge uma figura notável do romantismo Francês: Germana Necker, depois Madame de Staël. Exilada na Alemanha por hostilizar o império

napoleônico, pôde Madame de Staël estudar as novas correntes que haviam dado àquele país uma completa emancipação literária, transportando para a França, através de seu livro *L'Allemagne*, as novas doutrinas que depois viriam exercer decisiva influência sobre a renovação literária francesa.

Com a queda de Napoleão em 1815, ficou o espírito francês livre da ortodoxia imperial, e a revolução literária, começada por Chateaubriand, Madame de Staël pôde dar novas diretrizes à mentalidade que surgia em 1820 com as *Meditações* de Lamartine e as *Odes* e *Baladas* de Vitor Hugo.

Nascido na Alemanha, continuou, pois, o Romantismo a sua trajetória pela Inglaterra e pela França, espalhando-se, depois, pela Itália, Espanha e Portugal, atingindo, com menos intensidade, os povos eslavos e escandinavos.

A Itália, pelas suas tradições clássicas recebeu hostilmente o Romantismo. Silvio Pellico, Manzoni, Gerazzi, Grossi, Leopardi.

A Espanha teve o romantismo com Espronceda, Zorrilla, Campoamor, Martinez de la Rosa.

Em Portugal, onde a literatura sofreu por largos anos a influência espanhola e francesa e onde o Gongorismo e o Arcadismo imperaram tiranicamente até quase os meados do século XIX, o Romantismo trazido da Inglaterra e da França pelo Visconde de Almeida Garrett invadiu a mentalidade portuguesa, varrendo em pouco tempo tudo quanto lembrava velhas teorias e velhas escolas.

O ciclo romântico português teve na primeira geração três figuras de notável relevo: Garrett, Herculano e Castilho.

Não obstante a afinidade de língua e raça, e do íntimo comércio intelectual que o Brasil sempre manteve com Portugal, em quase nada influiu sobre nós o movimento romântico português. Dele pouco recebemos.

Da França, chega o Romantismo ao Brasil para nunca mais sair.

Da Inglaterra, recebemos alguma influência através de Byron e Walter Scott, e da Alemanha só no fim do Romantismo chegaram até nós algumas das suas doutrinas proclamadas por Tobias Barreto e Sílvio Romero.

Do exposto, conclui-se que o Romantismo, no mundo ocidental, não foi somente uma volta à Idade Média, mas também uma grande revolução de pensamento e da mentalidade europeia que, partindo das novas ideias filosóficas pregadas no fim do século XVIII, produziu uma completa revolução na literatura e nas artes.

Esta renovação caracterizou-se pelo desenvolvimento de dois estados particulares do espírito: o individualismo e a sensibilidade. O primeiro era a emancipação absoluta do eu, o predomínio exclusivo da vontade, do capricho e da fantasia, a derrubada de todas as regras, princípios e formas escolásticas, a vitória do liberalismo nas artes, nas letras e na política. Desta liberdade resultou o lirismo romântico, origem das mais belas obras do espírito humano.

O Romantismo é um período literário notável pela liberdade e expansão de ideias. Foi uma revolução contra as peias do Classicismo; nasceu das influências de composição da época, da Bíblia, do cristianismo, do ressurgimento dos romances da Idade Média, das tradições nacionais; desprezou a mitologia, os moldes clássicos impostos desde a Renascença, no século XVI; cultivou a beleza sem dogmas forçados, com o pensamento livre de empecilhos à sua exteriorização, com entusiasmo, graça, harmonia e o sentimentalismo.

Assim como o Gongorismo fora uma reação contra a sequeidão e frieza do Classicismo, o Romantismo não era nada mais do que o golpe final que se daria à Arcádia, ressurreição medíocre da grande escola clássica. Bastava de mitologia! A Grécia e a Roma pesavam já na memória da humanidade! O artificialismo convencional dos idílios, dos pastores revoltava as almas quentes e sentimentais do tempo. Era necessário que o coração falasse, que o indivíduo fosse o cantor de si mesmo, daquilo que se passava em seu coração. A humanidade tinha fome de sentimentos: quer rir, mas queria chorar também! E veio a maior revolução das letras, o Romantismo. Já o definiram [como] “A Revolução Francesa das Letras”.

O Romantismo, nome que vem de romance, língua vulgar, em oposição à latina que fora o grande instrumento clássico, opunha-se um tudo ao Classicismo. Este era universalista, dando a mitologia e o bucolismo como único tema a todos os poetas fazia com que o clássico italiano fosse igual ao clássico português, pela comunidade do assunto inspirador. O Romantismo é individualista, isto é, toma o indivíduo humano, o poeta, e fá-lo a sua fonte de inspiração. As composições definem como os homens entre si. O classicismo era objetivo, descrevendo o que se passava em ambiente estranho ao escritor; o romantismo é subjetivo: desce ao fundo do coração humano e cada poeta escreve aquilo que lhe inspira o seu interior ou aquilo que de fora passou através de seu temperamento sensível e criador.

O Classicismo era frio, seco, sem imaginação; o Romantismo exagera o calor do sentimento, sonha e fantasia à vontade. Porque era frio e sensível, o clássico não

tinha necessidade de adjetivos que traduzissem o colorido de sua emoção. O romântico, ao contrário, tem de recorrer à larga adjetivação, multiplicando os apêntes para bem expressar a torrente sentimental que o faz escrever. O Classicismo era pagão; o Romantismo é cristão. Aquela processou assunto nas lendas da Grécia; este vai inspirar-se nas narrativas da Idade Média: a cavalaria, o feudalismo, os monges, o céu e o inferno católicos. O Classicismo, por ser universalista, não era apegado à terra de seus poetas; o romantismo, interpretando os sentimentos do indivíduo, é patriota, é regionalista. Entre nós, o americanismo surge em “Colombo” de Porto Alegre, mas *A Confederação dos Tamoios*, *Timbiras*, *Guarani*, são brasileiros, indianistas. O classicismo cuidava da forma, seguia métodos estabelecidos e formas rígidas; o romantismo descuidava da forma; teve a mais ampla liberdade de expressão. Só nele prende o sentimento.

Em resumo, são características do Romantismo o individualismo, o subjetivismo, o sentimentalismo, religiosidade, patriotismo, abundante adjetivação – o grande recurso de tropos e figuras. Descuido de linguagem, ampla liberdade nas formas literárias. O Romantismo desenvolveu notavelmente a oratória; o poema começou a ser escrito em versos brancos ou sem rima; introduziu o gosto das descrições que os clássicos reduziam a alguns traços que mais falavam ao espírito do que aos sentidos; na história, o poeta pode narrar fatos contemporâneos e, de preferência, os da história pátria; no teatro, desprezam a aplicação forçada das três unidades e da divisão em cinco atos.

Vem de longe o pendor romântico da humanidade e já entre os mais velhos clássicos encontramos tendências românticas; se recuarmos à mais remota antiguidade, vamos encontrar Horácio renovando a poesia latina, e Eurípedes descrevendo as paixões da alma; na Renascença, encontramos, em Racine, Corneille, Molière, Bossuet e Pascal, tendências de renovação literária profundas e características.

As velhas escolas vão cedendo lugar às novas, os clássicos vão sendo substituídos pelos românticos, e estes, tornando-se clássicos pela ação demolidora do tempo, vão cedendo lugar aos parnasianos, simbolistas, naturalistas e futuristas.

À medida que nos afastamos no tempo e no espaço, vamos apreciando um critério diferente as grandes obras da Humanidade. A obra de arte ou de literatura que recebeu do seu autor tudo o que de melhor lhe poderia dar o seu gênio é julgada de maneira diferente em cada geração; e cada geração recebe sua influência modificada pelas condições do meio, da época ou do momento.

As grandes obras da antiguidade clássica, só depois de dois mil anos, ao surgir a Renascença, vieram influir na literatura moderna; as canções dos trovadores, os romanceiros, as lendas medievais e os romances de cavalaria relegados durante a Renascença foram depois as fontes de inspiração do Romantismo.

Cada geração que chega vai buscar sua inspiração nas gerações passadas. O passado é e será a fonte perene de todas as inspirações humanas. Cada geração que chega irá buscar nas gerações passadas o seu elemento espiritual. Seremos sempre e cada vez mais governados pelos mortos, e sua autoridade, dizia Machado de Assis, não aflige e é definitiva.

Ao passo que o estilo se vai fatigando, novas escolas, novas doutrinas vão aparecendo, e o que era deleite para os nossos avós é para nós tédio e aborrecimento. A cada doutrina envelhecida opõe a Humanidade uma doutrina nova, e uma novidade envelhecida é logo banida pelas reações renovadoras.

A moda literária tem duração efêmera e recursos limitados. Os ciclos repetem-se, e o romance, o drama, o poema, que em 1830 exaltavam as gerações românticas, não poderão ser toleradas pela geração atual.

Da estabilidade e da superficialidade dos principais caracteres de uma obra, depende a sua maior ou menor duração.

Certas produções, consideradas obras primas numa geração, não subsistem na geração seguinte; ao passo que outras, atravessando os anos e os séculos, gerações sobre gerações, chegaram até nós, que as lemos, achando a frescura e o sabor que nelas acharam os nossos antepassados.

“É que, no primeiro caso, o escritor não havia expresso senão caracteres superficiais e efêmeros, enquanto no segundo, reuniu caracteres duráveis e profundos”, escreveu Taine.

Assim dom Daniel de Foe, Cervantes, Le Sage, que escreveram dezenas de obras, só passaram à posteridade o *Robinson Crusoé*, *Dom Quixote*, *Gil Brás*, porque em cada um destes livros subsiste um tipo estável, representativo de uma raça, de uma época, de uma sociedade.

O sensibilismo, na desordem da razão que foi o romantismo, rolou em pouco tempo para o desregramento. As “vítimas do livro”, na frase pinturesca de Jules Vallès, despenhavam-se em todos os desvarios: *Werther*, de Goethe, *Hernani*, de Vitor Hugo, *Atala* e *René*, de Chateaubriand, foram fontes inesgotáveis de tédios, sofrimentos,

desesperos, paixões e perversões de sentimento. A sensibilidade desordenava-se. Estas exaltações de sensibilidade romântica, atingiram o nosso Romantismo.

Os exageros românticos, próprios do nosso temperamento de meridionais, arrastou para o túmulo, em plena juventude, minadas pela tuberculose, as mocidades brilhantes de Álvares de Azevedo, Bernardino Ribeiro, Casemiro de Abreu, Dutra e Melo e Castro Alves.

A morte será então, para eles, como um fatal presente dos céus, pois assim o pressentiam e quase todos a desejavam.

Essa foi a geração do amor e da morte; cética, possuída de um desejo insatisfeito de felicidade, atormentada pela dúvida, melancólica, desiludida, sonhando que no mundo misterioso das sombras encontraria a ventura não lograda na Terra, que, para a sua sensibilidade exaltada, era a pior e mais terrível das mansões.

Com o Romantismo é que começa a nossa autonomia literária. Antes dele, não só a nossa atividade nas letras era uma coisa secundária, como os nossos processos de escrever eram caracteristicamente portugueses, nitidamente portugueses, vivendo a literatura brasileira intimamente ligada à sua congênere portuguesa.

Os nossos românticos são poetas, romancistas, dramaturgos, críticos, historiadores, dos mais notáveis, dos mais brilhantes, dos mais sentimentais, dos mais patriotas com que nossa literatura, nos seus cento e poucos anos de vida autônoma, tem contado.

O período romântico se estende até nossos dias, dentro dele se formando as correntes literárias: Ultra-Romantismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Panteísmo, Satanismo, Regionalismo, Modernismo e Futurismo.

Depois da fase de transição começada por Maciel Monteiro, Odorico Mendes, Salomé Queiroga e os demais renovadores de 1829, surgiram no cenário da literatura brasileira três figuras que, incontestavelmente, marcam o início de nossa emancipação intelectual: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Antônio Gonçalves Dias.

O sentimento patriótico, religioso e da natureza foram as três feições dominantes na poesia da primeira geração romântica.

2.1 Primeira fase do Romantismo: os poetas

Depois da fase de transição começada por Maciel Monteiro, Odorico Mendes, Salomé Queiroga e outros renovadores de 1829, surgiram no cenário da literatura

brasileira três figuras que, incontestavelmente, marcam o início de nossa emancipação intelectual. Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manoel de Araújo Porto-Alegre e Antônio Gonçalves Dias.

Até os primeiros anos da independência, viveu a literatura brasileira intimamente ligada à sua congênere portuguesa. Na fase de preparação romântica, predominou o Arcadismo, do qual nem mesmo se livraram os poetas do período post-mineiro, predecessores mais próximos do Romantismo.

A vida literária de nossos românticos acha-se de tal maneira ligada aos acontecimentos políticos em que figuraram, que não há como separá-los. No Brasil, a história da nacionalidade e a história do romantismo completam-se, e o estudo da última levar-nos-á, muitas vezes, a analisar os sucessos da primeira.

O sentimento patriótico, religioso e da natureza, foram as três feições dominantes na poesia da primeira fase romântica. A feição patriótica, manifestada em Gregório de Matos e cultivada depois com alguma liberdade pelos poetas da escola mineira e post-mineira, só se apresenta com traços inconfundíveis depois de José Bonifácio, Natividade Saldanha e Frei Caneca; e as feições religiosa e moralista, sentidas anteriormente por Souza Caldas, São Carlos e Eloi Ottoni, só se acentuam nitidamente com as tendências místicas de Gonçalves de Magalhães. A feição emanuéllica do Romantismo brasileiro resultou, sem dúvida, na educação católica medieval, que o jesuíta fizera penetrar no mais fundo da alma americana, através dos seus missionários e catequistas.

Finalmente, a poesia da natureza começada com Araújo Porto Alegre atinge o seu maior esplendor com Antônio Gonçalves Dias. Pelas suas ligações com o indianismo, foi esta feição a mais bela e a mais notável do nosso romantismo.

Domingos José Gonçalves de Magalhães³¹.

2.2 O Romantismo: a prosa

Ao par da poesia cultivada dentro dos cânones da nova escola, os nossos primeiros românticos cuidaram também da prosa escrita ainda que mais tarde, embora muito descuidados do estilo e da linguagem.

³¹ Aparentemente, o autor intencionava escrever sobre Gonçalves de Magalhães, pois deixou para isto uma página e meia em branco, mas não chega a cumprir o intento.

Assentaram os fundamentos do teatro e do romance nacional, dado à nossa história, diretrizes tais que a diferenciariam radicalmente das velhas crônicas monásticas e das singelas narrativas dos padres da Companhia de Jesus.

Na prosa, o Romantismo começou com algum atraso. É pela poesia que o temperamento da nossa gente sofre o primeiro influxo das novas correntes. Pela poesia se iniciou o Romantismo; pela poesia apareceu o chamado Modernismo. A iniciação dos nossos escritores antigos quase sempre se fazia pelo indefectível volume de versos. Poetas quase por destino, os nossos homens de letras, aos primeiros impulsos nos passos iniciais da carreira, versejavam. Só depois se atiram à prosa, forma superior, dir-se-ia, para cuja execução se exige o treinamento imprescindível na arte da rima e da métrica.

Na literatura de ficção, na história e no teatro, a obra iniciada pela primeira geração romântica, constituída por Varnhagem, Pereira da Silva, Joaquim Noberto, João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis, Abreu de Lima, na história; Teixeira e Souza e Joaquim Manuel de Macedo no romance; Martins Pena, Porto-Alegre e Gonçalves Dias, no teatro; Cipriano Barata, Araújo Guimarães e Justiniano da Rocha, no periodismo, foi semente que produziu frutos magníficos nas gerações seguintes. O Indianismo começado por Gonçalves Dias, teve depois em José de Alencar o seu maior paladino; o romance de costumes, timidamente ensaiado por Teixeira e Souza, foi posteriormente cultivado por Macedo, Manoel de Almeida, Bernardo Guimarães, Taunay e Franklin Távora. O tradicionalismo, o sertanegismo, os temas oriundos da escravidão, os assuntos regionais, históricos e populares, encheram toda a literatura brasileira nas duas progênes seguintes e fizeram do Romantismo uma das fases mais ricas e brilhantes de nossa história literária.

Se excetuarmos alguns poemas campesinos e tradicionalistas da segunda geração romântica, notaremos que a nossa poesia durante o Romantismo andou sempre a imitar os grandes modelos franceses, ingleses e portugueses. Byron, Musset, Lamartine, Garrett e Herculano foram, sem dúvida, os inspiradores da nossa juventude romântica. Outro tanto, porém, não aconteceu com a prosa, que por todos os meios procurou isolar-se de imitações, relacionando os temas de seus romances, comédias e narrativas históricas, a assuntos que se prendessem exclusivamente à vida brasileira.

Os primeiros prosadores da fase romântica não são ainda nitidamente românticos. Recebem com certa relutância a influência nova. É um Teixeira e Souza (Antônio

Gonçalves), nascido na cidade de Cabo Frio, Rio de Janeiro, aos 28 de março de 1812. Escritor por índole, deixou nas suas obras mais intensões que realizações. Abordou todos os gêneros numa grande ânsia de evasão, jornalista, romancista, poeta, com exuberância e falhas que se justificam na sua cultura de homem modesto, aprendendo, ao passo que compunha. Era um atormentado das letras. Experimentou, sempre com insucesso, a poesia lírica, a epopeia, a tragédia e o romance de enredos difíceis e complicados.

Suas produções poéticas são: *Independência do Brasil, Cânticos líricos e Três dias de um noivado*. Esta última é o seu principal trabalho, mais pela sua posição na história literária do que pelo seu valor como poema; é a lenda indígena de sua terra natal onde colheu o seu motivo. Nela, Teixeira e Souza cultivou pela primeira vez o Indianismo entre os românticos da primeira geração. Como poeta, Teixeira e Souza foi falho e vulgar; o seu estro não se elevou a grandes alturas. Como prosador, entretanto, deixou algumas obras de mérito. Abordou os temas históricos, talvez por falta de arrojo imaginativo. Deixou os romances *O Filho do Pescador, Tardes de um Pintor e Composição de Tiradentes*, com os quais delineou os fundamentos do romance popular descritivo e histórico.

Os folhetins que estampou em vários jornais do tempo eram lidos com interesse, mesmo com amor, pelo público indiretamente, letrado ou não.

Joaquim Norberto foi um trabalhador infatigável e narrador explícito com nossas coisas históricas. Cultivou com Teixeira e Souza, quase todos os gêneros literários. Abordou os assuntos mais diversos.

Joaquim Norberto foi um dos homens mais ilustres de sua geração, e um dos operosos pesquisadores de seu tempo. Foi poeta, romancista, dramaturgo, crítico e historiador.

Nasceu no Rio de Janeiro. A sua obra poética, como a sua obra de ficção em geral, não conseguiu atravessar o tempo, ao passo que a obra histórica é valiosa. A sua bagagem pode ser assim inventariada: romances e novelas. *O Martírio de Tiradentes, Modulações Poéticas, O Livro de Meus Amores, Cantos Épicos, Flores entre espinhos, Balatas, Chistenestra, Tragédia em verso*, o drama *Amador Bueno*, a monografia *História da Conjuração Mineira, As Brasileiras Célebres, O Descobrimento do Brasil* e diversos outros.

João Francisco Lisboa, maranhense, foi uma das personalidades mais interessantes desse grupo de comentadores dos acontecimentos brasileiros. A sua prosa é fluente

e correta. Escreveu *Jornal de Timon*, uma das mais valiosas contribuições para o conhecimento da vida nacional. Lisboa foi um fino jornalista e a sua obra, *Vida do Padre Antônio Vieira*, está cheia de comentários seguros sobre o meio em que o jesuíta exerceu a sua atividade, quer no Brasil, quer em Portugal.

João Manoel Pereira da Silva, fluminense de Iguaçu, é um infatigável trabalhador dos nossos assuntos históricos. A sua obra apanha os fatos que vão de 1808, com o advento da corte portuguesa no Brasil, a 1840, com a maioria do segundo imperador. Cita-se, dele, *A História de Fundação do Império Brasileiro, O Segundo Período do Reinado de Dom Pedro II e A História do Brasil Durante a Maioridade de Dom Pedro II*. Na sua obra avultam livros de ordem puramente literária, além dos *Varões Ilustres do Brasil* e dum romance destituído do valor, *Aspasia*.

Sua crítica é mais que duvidosa, inferior, e não se recomenda nem pela clareza das ideias, nem pela necessária ponderação.

Francisco Sotero dos Reis é outro representante ilustre do grupo de letrados que floresceu no Maranhão nas primeiras décadas do século XIX. Numa parte da sua obra, é um dos iniciadores da crítica literária entre nós. A sua crítica, porém, compendiada na *Literatura Portuguesa e Brasileira*, é vaga e imprecisa. Era um autodidata sem títulos acadêmicos, não tendo mesmo alguma vez sequer se ausentado de sua província natal.

Jornalista, filólogo e historiógrafo, Sotero dos Reis deixou em todos estes gêneros uma obra digna, que patenteia a elevação de seu engenho. A sua obra literária, sendo quase toda de caráter didático, é despida de galas e majestade, não tendo preocupação de estilo, conquanto seja de forma pura e irrepreensível.

2.2.1 O Romance

Coube aos prosadores do denominado período romântico, período ainda conduzido por usos, sentimentos e hábitos semicoloniais, a formação do nosso romance de costumes, reflexo da psiquê nacional em suas manifestações mais típicas e interessantes. Todos os complexos da alma brasileira, todas as taras hereditárias e doçuras nativas somam-se na prosa livre dos escritores da época.

A glória de criador do romance nacional pode dizer-se que cabe ao escritor fluminense Joaquim Manoel de Macedo. É, talvez, a sua maior virtude. Sem elevação

de ideias ou de pensamento, incorreto na língua, indiferente às preocupações de estilo, ele tinha, entretanto, certa intuição natural do gênero.

Antes dele só houve tentativas, das quais muito se sobressaem as de Teixeira e Souza e Norberto da Silva.

Foi Macedo o verdadeiro fixador dos nossos costumes, naquela época ainda colonial na maioria dos seus aspectos. Poucos escritores souberam como ele compreende o nosso público. Macedo caracterizou-se pela despreensão com que urdia os seus enredos. Os seus romances ficaram até os nossos dias como leitura obrigatória duma mediania numerosa. Entreteve várias gerações com *A Moreninha* e *O Moço Loiro*, cujas cenas se desenvolvem sempre em ambientes familiares de acordo com a moral do século e a educação lírica, burguesa e católica do nosso meio. Algumas das suas personagens atravessaram os tempos. Há sítios de paisagem carioca, descritos por ele, que se tornaram lendários e inesquecíveis. A trama de seus romances singulariza-se pela simplicidade, mas em todos o final coroa a virtude e castiga o vício, triunfando os bons princípios. Macedo é um romântico nítido. Os seus livros têm todas as características da nova escola. São seus romances: *A Moreninha*, cujo aparecimento constituiu verdadeiro sucesso literário, *O Moço Loiro*, *As Mulheres de Mantilha*, que se multiplicaram ininterruptamente, anos a fio, fizeram a delícia da sociedade carioca. Escreveu também a comédia *Fantasma Branco* e ainda outros romances: *Dois Amores*, *Rosa*, *Vicentino*, *As Vítimas e Algozes*, *Um noivo e duas noivas*.

Melhor escritor que Macedo, porém menos popular do que ele, foi Manuel Antônio de Almeida, fluminense, que nos deixou uma excelente novela da época colonial, única no gênero nas nossas letras, intitulada *Memórias de um sargento de milícias*. Foi um romancista vigoroso e um escritor rigorosamente cidadão. Só ele soube fixar traços naturais da vida vulgar e corrente do Rio de Janeiro.

Escreveu pouco e viveu pouco. São obras suas *Dois Amores* e *o Rei dos Mendigos*, tradução do francês.

José de Alencar. O escritor verdadeiramente notável do tempo foi José de Alencar, uma das nossas maiores organizações artísticas e um dos espíritos mais representativos da literatura brasileira. Alencar foi o primeiro valor seguro do romance nacional. Seguiu a mesma diretriz de Gonçalves Dias, dando-nos uma das formas do pensamento nacional. No entanto, o indianismo, nossa contribuição literária no século XIX, de onde tirou as sedutoras figuras e belas fantasias que tanto ornaram e enriqueceram as nossas letras, era nele superior ao de Gonçalves Dias, não só por

ser mais sincero, mas também por ser mais amplo e majestoso. Seus índios não se exprimem como os doutores de Coimbra, falam qual a natureza os ensinou, amam, vivem e morrem como as plantas e os animais inferiores da terra.

Alencar foi o grande pintor da selva brasileira; o romancista maior do Brasil, romântico pela suavidade das páginas que traçara, nas quais há trechos dos mais interessantes das nossas letras.

Alencar é um dos maiores talentos descritivos que o Brasil já produziu. Os seus painéis têm realidade, porque não lhe faltam cor, movimento, luz, relevo. Também não abusa, no enredo dos seus romances, das complicações da novela vulgar.

O escritor possuía um profundo sentimento pátrio. Ninguém mais do que ele exaltou a terra natal, a grandiosidade e a pompa de sua natureza. *O Guarani* que o gênio de Carlos Gomes tornou conhecido no mundo, é a mais viva expressão do nacionalismo de José de Alencar. É o *Guarani* a obra típica de Alencar, aquela em que estão os seus traços principais do escritor, de animador de cenas grandiosas. É *O Guarani* uma empolgante exposição de motivos brasileiros. *As Minas de Prata* foram um recheio de complicada trama aventureira e algumas notáveis pinturas da natureza. *Iracema* é um poema nativo, onde aparecem as primeiras páginas brasileiras da literatura brasileira. *Ubirajara* é o seu par. *O Gaúcho* contém algumas descrições notáveis do pampa. *O Tronco do Ipê* pinta a vida rural da região fluminense, ao fim do segundo Império. *Senhora, Diva, Lucíola* são perfis de mulher. *Til, Encarnação, A Pata da Gazela, Cinco Minutos*.

Alencar era cearense, e foi um aristocrata das letras, na apreciação de Araripe Júnior. Lente de direito, deputado, ministro, jurisconsulto, jornalista, orador, dramaturgo e romancista.

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães. Com Bernardo Guimarães tivemos as primícias do sertanismo, do romance campesino. Nasceu em Ouro Preto (Minas) a 15 de agosto de 1827. Formado em direito, exerceu sua atividade como professor, escrevendo muitas poesias e romances. Foi muito fecundo, pois sua bagagem literária conta onze romances, dois dramas, muitas poesias e monografias. Vivendo no interior de seu estado, pôde estudar de perto os costumes das gentes simples do seu torrão e é considerado, por isso, o escritor de espírito mais nacional e precursor do legítimo naturalismo entre nós. Linguagem fácil e estilo colorido. Versejou com facilidade.

Como poeta foi menos popular que seus amigos Álvares de Azevedo e Aureliano Lessa. Algumas de suas poesias encenam verdadeiras monografias, bem assim seus

contos e romances. Foi dos autores mais estimados do seu tempo. *A Escrava Isaura*, *O Garimpeiro*, *O Seminarista* e *O Ermitão do Muquém* grangearam-lhe grande popularidade.

Escreveu, ainda, *Lendas e Romances*, *Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais*, *O Índio Afonso*.

Descritivos e continuadores da tendência sertanista de Bernardo, também o foram João Franklin da Silveira Távora e Alfredo Escragnole Taunay, Visconde de Taunay, bem como Inglês de Souza.

Franklin Távora (do Ceará) manejou o regionalismo tentando criar a literatura do Norte, descrevendo com vigor os costumes nortistas, patenteando grande sutileza de análise e apurada observação.

O sertanismo tradicionalístico e rústico foi, por ele, definitivamente criado. É o escritor de *O Cabeleira*, que estudou o cangaceiro, os seus hábitos e a sua índole especial de salteador; *O Matuto*, em que pintou a roça e os costumes primitivos do caboclo nortista, do *Lourenço*, *A Casa de Palha*, *Lendas do Norte*, *Os índios do Jaguaribe*, *Sacrifícios*. São livros onde repontam notas apreciáveis sobre os costumes das populações do interior, pobres e desfavorecidas. Há nas páginas de Franklin Távora uma tristeza imensa ao deparar o estado da nossa gente do Sertão, com a sua ignorância e as suas mazelas. A nota melancólica predomina nos seus livros.

O grande desenhista dos hábitos da gente do interior, na simplicidade dos seus motivos e na inércia dos seus costumes, seria, entretanto, Alfredo de Escragnole Taunay, Visconde de Taunay. Foi um romancista brasileiro na expressão e no sentimento. Fluente, elegante e correto, soube descrever com sobriedade os costumes brasileiros, traçando com grande formosura o nosso “hinterland”.

Foi um talento fulgurante e exerceu a sua atividade em quase todas as províncias da arte. Nasceu no Rio de Janeiro. Muito moço, tomou parte na heroica expedição de Morais Camisão que invadiu o Paraguai pelo Norte e, segundo prometera ao coronel comandante moribundo em Jardim, na chácara do guia Lopes, escreveu, em francês, a famosa *Retraite de Laguna*, traduzida superiormente pelo Doutor Ramiz Galvão, obra única no gênero, entre nós.

É o maior título de glória de Taunay e sobre ser um atestado vivo de nosso heroísmo e resistência, é um poema de episódios pungentes, de narrativas dolorosas, onde há intensamente retratadas as páginas surpreendentes do interior brasileiro, cheio de sombras e silêncio, convidativo à meditação.

Além de muitas obras sobre assuntos militares, crítica, história, teatro, etc., escreveu: *Mocidade de Trajano*, *Inocência*, *Lágrimas do coração* ou *Manuscrito de uma mulher*, *Ouro sobre azul*, *No delírio*, sobressaindo, entre todos, *Inocência*, uma das obras mais belas de nossa literatura de ficção, obra vertida para muitas línguas, como francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, sueco, dinamarquês, polaco, flamengo e japonês. São páginas cheias de doçura, de graça, de singeleza, de emoção e ternura, que narram com naturalidade um caso simples de amor, ocorrido num solitário e pitoresco recanto da paisagem brasileira, entre a ingênua e esquiva moça caipira e o simpático curandeiro, médico ambulante da roça, cujo fim trágico desperta profunda compaixão.

Herculano Marcos Inglês de Souza nasceu em Obidos, cidade do Pará. Formou-se em direito na Faculdade de São Paulo. Manteve no romance de ficção, o Regionalismo, e produziu boas obras como *O missionário*, *Cenas da vida amazônica* ou *Contos amazônicos*. Suas obras *Títulos ao portador no Direito Brasileiro* e *Direito Comercial* são bastante lidas.

2.2.2 A Escola Nortista

O Norte sempre foi, no Brasil, o orientador da literatura nacional. Foi com Gonçalves Dias, no Maranhão, que o Romantismo Indianista chegou ao Brasil, do mesmo modo que, pela Bahia, viera, para o Sul, o Romantismo Condoreiro, com Castro Alves. Durante todo o século XIX, através dos anos de 1842, 1860, 1868, 1875 e 1892, só a escola nortista predominava, nos movimentos de criação literária. Do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia “desciam para a capital do país as vozes de renovação literária”. Foram duas as características da escola nortista: Influência de Portugal e domínio do naturalismo.

A escola nortista deu à literatura pátria os nomes mais fulgurantes do seu Panteon: Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Juvenal Galeno, Alencar, Farias Brito, Naponuceno, Araripe Junior, Capristano de Abreu, Rodolfo Teófilo, Pedro Muniz, Tomaz Pompeu, Gustavo Barroso, Tobias Barreto, Silvio Romero, Castro Alves e tantos, tantos outros.

2.2.3 O Teatro

O teatro brasileiro, criação do Romantismo, subordinado, desde 1830, a influências estrangeiras, encerra as mais variadas espécies literárias – dramas, comédias, farsas, diálogos, revistas, óperas, tragédias, arranjos, adaptações – tudo isso mais ou menos bem disposto, urdido com habilidade e escrito sem outras pretensões que a de entreter as classes populares.

O povo brasileiro, sempre alegre e pronto a divertir-se, só começou a ter teatro a partir do Romantismo, e isto porque a contribuição dos escritores do período colonial foi totalmente nula, a dos do século XVIII, insignificante.

Entretanto, o povo acorria a todo ponto onde houvesse uma representação ou um sarau, e desde o tempo de Jorge de Albuquerque Coelho que o gosto pelos divertimentos se apurava, havendo nas festas, luxo requintado, superior mesmo ao da própria metrópole.

Fácil seria, assim, manter um teatro nosso, onde o povo visse a vida social retratada ao vivo, e não os autos de proveniência estrangeira e sem muita significação para ele.

De qualquer modo chegamos sem teatro, ao século XIX.

Iniciou-se o teatro nacional com Gonçalves de Magalhães que escreveu as tragédias *Olgiato*, *Antônio José* e *Otelo*; José de Alencar com as finas comédias, *O demônio familiar*, *Verso e reverso*, *Nas asas de um anjo*, *Mãe*, etc.; Manoel Antônio de Almeida com os *Dois amores*, drama lírico; Macêdo com *Fantasma branco*, *Cobé*, *O Cego*, etc.; Teixeira e Souza, com três tragédias; França Junior, com diversas comédias de costumes, cheias de fino humorismo, *Duas pragas familiares*, *Amor com amor se paga*, etc; Gonçalves Dias, com os dramas *Leonor de Mendonça*, *Boabdil*, *Beatriz Cenci*, etc.; Varnhagem, com o drama histórico *Amador Bueno*; Agrário de Menezes, com a tragédia *Calabar*; Joaquim Serra com *O remorso vivo*, etc.; Castro Lopes Pinheiro Guimarães, Carneiro Vilela, Luiz Augusto Burgain e muitos outros, todos eles, sob o influxo do Romantismo, descrevem as cenas diárias da sociedade de seu tempo da qual se mostraram profundos conhecedores.

Todos podem ser considerados os continuadores de Luiz Carlos Martins Pena, verdadeiro fundador da comédia nacional e da clássica comédia de costumes. O criador do teatro brasileiro, incontestavelmente, foi Martins Pena.

Como homem do teatro, teve ele as qualidades principais: o dom do diálogo e a simplicidade dos argumentos. Colocou as suas produções ao alcance de toda a gente, saturando-as dum riso claro e ameno. Ironizou as passagens mais grotescas da vida do país.

O grande comediógrafo fluminense teve legítima intuição do teatro e a ele se consagrou com amor. Procurou construir o teatro brasileiro com os escassos recursos sociais que a época lhe proporcionou. Escreveu dezenove comédias, sete dramas e uma tragifarsa, demonstrando em todas as suas produções simples desejo de distrair o povo, interpretando os costumes triviais do meio e as frivolidades da época. São produções de Martins Pena: *O juiz da paz na roça, o Noviço, Leonor Teles, O Judas em sábado de Aleluia, A barriga do meu tio, O Cigano*.

Joaquim José França Junior, baiano, que se notabilizou na crônica, também contribuiu para a formação da nossa literatura teatral. Figura como um dos mais graciosos pintores de cenas familiares e urbanas. Publicou: *Meia hora de cinismo*, comédia; *A república modelo, Tipos da atualidade, Ingleses na costa, Direito por linhas tortas, Como se fazia um deputado, Amor com amor se paga, Dois proveitos em um saco*, etc.

O teatro no Brasil não tem a projeção que deveria ter.

De há muito, clama-se pela indignação da nossa literatura teatral, muito pobre, se a compararmos com as das repúblicas sul-americanas, como a Argentina e o Uruguai.

Alegam-se vários motivos do permanente estado de apatia em que se encontra o teatro brasileiro, destacando-se, dentre eles, o do desenvolvimento do cinema, que, segundo a estatística, o Brasil possui 10 vezes mais cinemas que teatro, atraindo grande concorrência às salas de projeção, tem prejudicado enormemente a arte dramática nacional, afastando o público dos teatros.

Chega-se mesmo a dizer que o cinema matou definitivamente, o teatro brasileiro.

Puro engano, pois o cinema não matou o teatro; o mal não está no cinema, está antes, na falta de estímulo das empresas aos escritores teatrais, do amparo ao teatro nacional de uma forma mais eficiente, por parte do governo, exigindo a representação de determinado número de peças, por ano, não revistas, que não são expressão de arte e que atentam contra a língua e a cultura nacionais, mas peças de todos os escritores e não como se vem fazendo de um reduzido número de escritores, o que tem contribuído para passarmos por um país sem literatura e sem autores teatrais, quando os temos em grande número e com excelentes trabalhos.

Pela última estatística, o Brasil possui 34 teatros e 356 cinemas, somando um total de 266.809 lugares. Para a Bahia, são 2 teatros e 11 cinemas com 20.380 lugares, isto é, a cidade de Salvador; Rio de Janeiro, 9 teatros e 94 cinemas com 90.516 lugares; São Paulo, 5 teatros, 109 cinemas com 79.234 lugares; Niterói, 1 teatro e 8

cinemas com 8.570 lugares; Belém, 2 teatros e 7 cinemas com 2.150 lugares; São Luís, 1 teatro e somente 3 cinemas com 1.964 lugares; Recife, 1 teatro e 23 cinemas com 2.530 lugares. Porto Alegre, 1 teatro, 19 cinemas com 28.432 lugares; Belo Horizonte com 1 teatro, 7 cinemas com 6.831 lugares.

2.2.4 A História

Ao desenvolvimento social, intelectual e moral da humanidade escrita de modo narrativo, crítico ou filosófico, é o que se denomina História, cujos melhores padrões, quanto à metodização seguida são Heródoto, Tito Lúcio, Tucídides, Tácito, Vico e Herdes.

O Brasil teve, logo no seu descobrimento, um historiador no escrivão Pero Vaz de Caminha. Daí por diante, a evolução tem se dado normalmente, surgindo, primeiro, as simples narrativas, depois as de cunho crítico e mesmo filosófico. Predominaram, porém, os anais, as biografias, as crônicas, as monografias e as memórias.

Desde os tempos coloniais, a história foi um dos gêneros mais preferidos pelos escritores brasileiros. De Frei Vicente do Salvador a Varnhagem desfila uma corte de historiadores, quase todos sem penetração, sem filosofia, sem crítica, derramando-se em elogios aos poderosos da Metrópole, ou ocultando quando esta pudesse ferir os melindres dos déspotas coloniais.

O livre exame e o espírito de crítica ficaram assim obliterados entre escritores que já eram originariamente propensos a exaltações, e que quase sempre se deixavam arrastar nos impulsos da eloquência e do entusiasmo, saindo do caminho dos conceitos justos e das apreciações imparciais.

Salvo algumas exceções de espíritos disciplinados, a tendência geral dos nossos historiadores era romancear os fatos, perdendo-se em divagações literárias, fazendo elogios descabidos, comparações esdrúxulas, elevando muitas vezes os maus para vilipendiar os bons. Aí estão confirmando este conceito, os trabalhos de Januário Barbosa, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Sotero dos Reis, cônego Fernando Pinheiro, Melo Morais e quantos outros.

Se deixarmos de parte as narrativas simples dos nossos primeiros cronistas, dos séculos XVII e XVIII, para nos reportarmos à história sistematizada que começa a aparecer os escritos de Pedro Taques, Frei Gaspar, Baltazar Lisboa, Pizarro Araújo,

São Leopoldo, Acioli e Gonçalves dos Santos, veremos que o defeito apontado é inerente a todos esses pioneiros da nossa literatura histórica.

Tal era, de relance, a situação da nossa historiografia, quando Francisco Adolfo Varnhagem, lançando os fundamentos da nossa história nacional e literária, publicou a sua *História Geral do Brasil* e o *Florilégio da Poesia Brasileira*. Já aparecem nestes dois livros, nitidamente delineados, um acurado espírito da crítica ao par de alguma filosofia.

Longo tempo ficou, pois, a história do Brasil, adstrita à simples repetição de nomes e datas. Faltava aos nossos cronistas e historiadores o sentido filosófico dos fatos, a visão sociológica dos acontecimentos. O ensino secundário era ministrado em maus compêndios, elaborados por escavadores pacientes, que se entregavam à elaboração de biografias monótonas ou dispersavam energias no esclarecimento de questões secundárias.

Com as suas pacientes e honestas pesquisas históricas, com a lealmente com que as corregia, foi Varnhagen o verdadeiro fundador da nossa história pátria e literária, para cujo estabelecimento e sistematização muito contribuíram as suas paciências investigações, a sua erudição profunda e o seu grande amor ao Passado.

Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, nasceu em São João de Ipanema, São Paulo. Era filho de alemães. Guerreiro, diplomata, matemático, geógrafo, historiador, foi um sábio modesto e trabalhador. Viajou quase toda a América do Sul, onde nos representou em diferentes países e, logo que chegava a um lugar, corria aos arquivos, às bibliotecas e examinava documentos de toda ordem.

Poliglota apurado, dedicou-se Varnhagen ao estudo das línguas indígenas sul-americanas e, apesar de não lhe merecer o índio a mínima simpatia, emaranhou-se também nas complicadas questões de etnogenia brasileira.

Ao contrário dos românticos do seu tempo, Varnhagen odiava o índio e exaltava o elemento lusitano, constituindo-se, até certo ponto, defensor intransigente do regime colonial português.

A sua obra é imensa e abrange assuntos todos correlatos com a história.

O seu estilo é seco e simples, mas conseguiu, sempre, escrever com correção e agrado. Ele narra, tão somente, e explica. As suas obras históricas, *A História das Lutas contra os Holandeses*, *A História da Independência*, tão diversas, nos seus métodos, da de Pereira da Silva, e *A História Geral do Brasil*, são obras indispensáveis.

A *História geral do Brasil*, publicada em dois volumes aparecidos respectivamente em 1854 e 1857, dedicada a Dom Pedro II, é talvez o maior monumento da nossa literatura histórica. José Veríssimo classificou-a “um livro de primeira ordem, pelo bem apurado dos fatos, riqueza e variedade das informações, harmonia do conjunto e exposição geralmente bem feita”.

2.2.5 A Crítica

A crítica é o exame sereno, profundo, honesto, isto é, imparcial, e [tem] junto das obras antigas e modernas, no intuito nobre, elevado, de realçar as belezas literárias e corrigir os defeitos.

A crítica é uma necessidade. É ela que aclara o caminho por onde encetamos os nossos passeios nas letras, guiando-nos cautelosamente e poupando-nos sacrifícios, exaustivos labores.

Ela exige, porém, critério ponderado, inteligência sagaz, erudição vasta, severidade indulgente.

A crítica, entre nós, é recente. Só tomou um certo rumo natural com o advento do naturalismo, em que os escritores começaram a seguir a orientação metódica de Hippolyte Taine, possuindo diretrizes mais seguras e fecundas.

Quase todos os historiadores já estudados exerceram a crítica, Teixeira e Souza, Joaquim Norberto, Pereira da Silva, Sotero dos Reis, usando de um estilo gongórico, hiperbólico, como era moda desde os primeiros tempos do romantismo até 1870. Sobrelevaram-se as demais o cônego Pinheiro, autor de um *Curso Elementar de Literatura nacional*, e Sotero Reis que escreveu, desenvolvidamente o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*.

3 INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA

“As literaturas”, disse Ronald de Carvalho, “são como os seixos do fundo quieto dos rios: precisam de muitas e diferentes águas para se tornarem polidos”. E se, por um lado, podem ficar menores, perdem, por outro, certas arestas duras e agressivas, infinitamente mais nocivas à sua perfeição”.

Apoiados nesta verdade, podemos afirmar que nenhuma literatura, nem sequer a grega, se isentou das influências estrangeiras. Na época em que vivemos, de completo entendimento e troca de ideias entre os povos, tais influências ainda se fazem mais precisas e frequentes. Não envolvem inferioridade alguma estas mútuas impressões dos povos desde que saiba cada um colocar o seu sainete, a sua marca individual na contribuição comum em trânsito, na época.

É justamente a individualização na generalização que produz a beleza própria de cada literatura no cenário comum do pensamento humano. O romantismo envolveu em sua sentimentalidade todos os povos do mundo: era a generalização. Mas cada povo imprimiu ao romantismo a sua nota característica pela qual o romantismo italiano se diferenciou do romantismo alemão; o inglês, do brasileiro; o português, do espanhol: foi a individualização. E desta individualização na generalização repontou a beleza que foi o romantismo universal.

A mais antiga influência estrangeira em nossas letras não podia deixar de ser a portuguesa. Eram parte de Portugal; e se a nossa capital política era Lisboa, Coimbra dirigiu nosso espírito, formando os nossos intelectuais, dando-nos os modelos que seguíamos. Descoberto o Brasil, no século XVI, a escola clássica foi quem nos orientou nas letras. Anchieta, o nosso primeiro mestre, era humanista. Camões foi, sem dúvida, o grande modelo. Alguns anos após a sua morte, já Bento Teixeira Pinto publicava, em Pernambuco, a *Prosopopeia* decalcada nos moldes clássicos dos *Lusíadas*. Estávamos ainda no Renascimento e, desta forma, toda a mitologia greco-romana era trasladada aos Sertões brasileiros através da influência clássica de Portugal. A influência absoluta de Portugal vai até a escola mineira, vai além ainda: alcança o Romantismo. Gonçalves Dias se funde a escola indianista, segue à risca os cânones de Lisboa e Coimbra. Por isso, afirmou Afrânio Peixoto que ele é o nosso grande poeta português. Depois de Eça de Queiroz, a influência portuguesa diminuiu de tal forma que hoje é nula completamente³². Ignoramos o movimento literário de Portugal, como Portugal ignora o nosso. Os livros portugueses se tornaram cada vez mais raros entre nós. Só os dicionários, as obras de filosofia ainda são processadas. Os poetas de que nos lembramos são ainda Garret, Gonçalves Crespo, Cesário Verde, Guerra Junqueira, Eugênio de Castro.

³² Nota da editora: neste fragmento, existe uma nota de margem de três palavras ilegíveis.

A influência espanhola não foi grande aqui e foi apenas indireta. O nosso cultismo veio de Góngora. Gregório de Matos pilhou a Quevedo. Castro Alves traduziu parte do *Diabo mundo* de Espronceda. Campoamor recentemente teve leitores e prosélitos. Castelar ajudou a disposição dos nossos oradores a não dizerem nada, dito tudo muito bem.

A Itália nos deve ter dado a influência de Ariosto e Tasso, sobre os clássicos portugueses; Sannazano e Marini sobre cultistas e árcades. Recentemente apesar do grande número de italianos residentes no Brasil, com especial menção, em São Paulo, nenhuma influência temos recebido da Itália. Dá-se o mesmo com a Alemanha, cuja literatura permanece estranha aos nossos intelectuais.

A influência alemã foi escassa e indireta através das traduções. Talvez Goethe e Heine. A originalidade do nosso Tobias Barreto foi saber ler alemão, disse Afrânio Peixoto. Os seus *Estudos Alemães* foi o que fez de melhor. No direito e na medicina, depois da Guerra Franco-Prussiana, foi moda citar autores alemães, cujas obras eram conhecidas pelas traduções francesas, espanholas e italianas. O crédito científico e literário deles deve ter baixado para nós, depois da Grande Guerra (1914-1918).

As literaturas de língua inglesa, quer britânica, quer estadunidense, começam agora a influir. Não se estudava inglês no Brasil e conhecia-se alguma coisa de seus autores através do francês. Com a fundação de escolas norte-americanas, com o auxílio do cinema, desenvolveu-se presentemente, grande ansiedade pelo inglês. Fala-se hoje mais inglês, mormente em São Paulo, do que francês. Raro é o moço, quer das escolas, quer do comércio, que não saiba o seu pouco de inglês, suficiente para fazer-se compreendido e compreender os outros. Os livros e as revistas dos Estados Unidos acusam excelente venda nas principais livrarias, havendo não poucas especializadas neste gênero de publicações.

A Inglaterra, além da admiração remota de Shakespeare e Milton, nos deu principalmente a de Walter Scott cujos romances e novelas, foram lidas e traduzidas, e de Byron, que tão incontestável influência exerceu sobre a poética universal. Os nossos poetas remotos não só o quiseram imitar, nas orgias e satanismo – exemplo, Álvares de Azevedo – como todos, mais ou menos, lhe pagaram o tributo de algumas traduções – exemplo, Castro Alves.

A Rússia tem exercido apreciável influência, mormente, nestes últimos tempos. Os grandes escritores russos do século XIX conseguiram, através das traduções francesas, êxito surpreendente. Turgueniev, Tolstoi, principalmente. Dostoievsky,

talvez Gorki, tiveram (e têm) ainda admiradores. Nestes últimos tempos, mercê das revoluções e da falta de uma diretriz intelectual bem definida, a literatura vermelha campeou desabrida e abertamente, desnorteando de preferência os moços pela ausência neles de princípios filosóficos que pudessem norteá-los na luta das ideias socialistas. Houve momentos em que o livro russo era a grande mercadoria procurada por todos. A sua influência foi apreciável nos últimos acontecimentos do país.

Da Escandinávia, há dois nomes a reter³³: o de Ilsen e o de Bjornson, que enevoaram deleitosamente os velhos assuntos do drama romântico.

Na Polônia, há o fulminante sucesso de Sienkiewicz, cujo *Quo Vadis* popularizou, em toda a parte, a civilização romana.

A grande influência, que sempre se fez sentir, é a francesa. Não somos os únicos a senti-lo: o mundo inteiro a segue. Acentuou-se muito do romantismo para cá. Depois da Independência foi a França – não só pela facilidade da língua, como pela reação nativista contra Portugal invadido pelos franceses de Napoleão – o nosso modelo, o nosso exemplo, que nos exporta modas, confeições literatura, ideias e preconceitos.

A influência histórica foi considerável: a “Franca Antártica”, aqui estabelecida com Willegaignon, de onde os livros de André Thevet e Jean de Lery ou no Maranhão, de onde os de Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux. Depois, Duclerc e Duguay Trouin. A Revolução Francesa, o Império, o casamento de Dom Pedro II com Amelie de Lichtenberg, filha do enteado de Napoleão, o casamento da princesa brasileira Dona Francisca com o príncipe de Joinville, filho do rei Luís Filipe; os viajantes, os exilados; o comércio de modas, livros, revistas, a indústria de hotéis, confeitarias, o teatro, os jornais (Jornal do Comércio fundado por um francês, Seignot Plancher); o Brasil o maior assinante estrangeiro da *Revue de Deux Mondes*, no Império, leitura única de certos estadistas... tudo, as desgraças francesas (Guerra Franco-Prussiana, 1890), as vítimas francesas (Grande Guerra, 1914-1918), são motivos de afeto e admiração do brasileiro à França.

Na literatura, não é apenas sensível, é, às vezes, exclusiva. O Romantismo para nós foi, principalmente, o Romantismo Francês. A melancolia e lamúria lamartiniana estão nos nossos melhores poetas – Casimiro de Abreu, Varela, etc. Alfredo de Vigny teve seus devotos, Alfredo de Murset foi preferido e seguido; o verso fácil, gracioso e triste, profundamente sentido e humano, teve todos os brasileiros e brasileiras que

³³ Nota da editora: vocábulo de leitura duvidosa.

sabiam ler francês: todos os nossos poetas românticos estão impregnados dele. Em Álvares de Azevedo e Castro Alves há vestígios de George Sand; em Machado de Assis é sensível à compostura fleugmática e distante de Merimée. Principalmente Vitor Hugo, o deus romântico, foi o árbitro da nossa literatura, desde seus romances (*Notre Dame* ou *Noventa e três*, um que sugerira a Alencar o romance *As Minas de Prata*; o outro traduzido por Salvador Mendonça que nos inspiraria ímpetos republicanos.

Augusto Comte e a sua filosofia criaram aqui discípulos e até fieis, de uma igreja, com dois sacerdotes de grande valor espiritual, Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Ernesto Renan nos deu o seu ceticismo e o seu diletantismo, sem que alcançássemos a sua perfeição de forma, a não ser em Constantino Alves.

Taine foi o mestre brasileiro de estética e de crítica literária, no fim do século passado. Anatole France foi o prazer literário, do Brasil, como do mundo que lê francês, no fim do outro e no começo deste século.

Foi, sobretudo, de origem francesa, a influência que sobre nós exerceram os três movimentos literários da segunda metade do XIX século: Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo.

Os primeiros livros românticos foram publicados em Paris. Devemos isto a Dom João VI que trouxe no livro mestres franceses para a Escola Nacional de Belas Artes. Conhecemos Byron, Schiller, Goethe, a literatura nórdica e eslava através do francês. Musset, Banville, George Sand, Delavigne e muitos outros fizeram correr lágrimas e tinta no Brasil. Os novos românticos que os imitavam escreviam chorando.

4 NATURALISMO

Como uma onda sucede a outra onda provinda do mar imenso, do mar cheio de mistérios, cheio de encantos, cheio de novidades e, no entanto, sempre o mesmo, assim também a uma reação sucede outra reação no mar imenso da vida, onde se operam os fenômenos psíquicos oriundos do mundo social.

Contra o Romantismo, que é um movimento reacionário, reagiu o naturalismo na prosa de ficção e o parnasianismo na poesia.

O Naturalismo ou realismo pretendia, eliminando os exageros da escola contrária ao Classicismo, descrever os fatos da existência, deformados pelo Romantismo, com o máximo de realidade, sem convenções nem subterfúgios, no intuito de alcançar o máximo de emoção, perdendo em estética o que lucrasse em fidelidade.

O Naturalismo é apenas uma fase do Realismo, uma questão de método. O Realismo seguia a realidade como esta se apresentava ao escritor. O Naturalismo estuda a realidade cientificamente, aplicando-lhe os métodos das ciências naturais. O Realismo ainda admitia a colaboração subjetiva do autor na reconstrução, por exemplo, dos quadros históricos. O Naturalismo só se apoia na razão que deduz friamente as consequências dos princípios científicos e nos órgãos exteriores: a visão, o olfato, o tato, etc. É mais material que o outro e por isto permaneceu nos fenômenos exteriores, naquilo que mais positivamente podia impressionar o homem. Escolheu de propósito os temas de degenerescência, as taras morais, os vícios. Por isto mesmo foi a escola mais seguida pela maioria.

Os românticos imaginavam os seus romances fantasiavam os heróis, sem procurá-lo na vida real. Os realistas, ao contrário, vão procurá-los na observação da vida cotidiana, sejam anjos ou demônios.

São características do Realismo: o assunto – a vida humana, os seus dramas, os seus comparsas, os seus problemas morais, as suas degenerescências. Não há tema que não sirva ainda que repelente. O leitor não tem importância para o autor: se não gostar do assunto, não leia.

A forma, a melhor possível, minuciosa, dando mais valor aos pormenores do que ao conjunto. Deve imitar a máquina fotográfica: reproduzir o que vê e não o que imagina. Por isto é fria, monótona sem ênfase.

O Realismo experimentado por Balzac, entretanto, foi Gustavo Flaubert quem deu norma e exemplo a todos, publicando *Madame Bovary*, mas, principalmente *Salombô*. A maior figura do Realismo foi Émile Zola. No Brasil tivemos: Júlio Ribeiro, um gramático que desejara ressuscitar a ortografia etimológica, desmandou-se na *A Carne*, que os adversários chamaram “carniça”.

Aluísio de Azevedo (*O Homem*). Ultimamente, vários romancistas moços do norte do Brasil retomaram esta escola com evidente preocupação de pornografia, quer no assunto, quer na linguagem (*O menino do engenho*, *Luar*, *Cacau*, *Casa Grande e Senzala*).

O Naturalismo atuou em todas as artes. Mas, dificilmente se poderá demarcar os confins do Romantismo e os princípios do Naturalismo.

Os romances de orientação naturalista seguiram três variantes: psicologista, como os de Paul Bourget; experimental, como os de Rougon Macquart; e o realista como de Balzac. Deixaram de ser meras narrativas de paixões imaginárias ou aventuras fantásticas, para ser tratado de psicologia, exercitada na observação direta das figuras, um desdobramento da vida real, mas com disciplina, verdade, análise científica, liberdade de forma, espírito crítico e adjetivação farta e rica.

As obras literárias passaram a ser, de fato, os frutos dos costumes, segundo Teófilo Gautier, ou um cântico da natureza visto através de um temperamento, segundo Zola.

Todo aquele misticismo doce do romantismo que perfumou *Paulo e Virgínia*, de Saint-Pierre, *Graziela*, de Lamartine, ou *As Minas de Prata*, de Alencar, desapareceu, para dar lugar às narrações objetivas, como as de Stendhal ou as de Balzac, “que foram grandes porque pintaram a sua época e não porque inventaram contos...” como escreveu Zola.

4.1 O romance

A história do romance naturalista, no Brasil, segundo Ronald de Carvalho, está feita na obra de quatro escritores: Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Júlio Ribeiro e Raul Pompeia.

Machado de Assis é o psicólogo, sobrepõe a todos pela profundidade do pensamento, pela correção da linguagem, pela sobriedade da forma e pela ironia sutil, que o aproxima da linhagem dos Sterne e dos Swift, na Inglaterra, dos Anatole, na França, e dos João Paulo, na Alemanha. Aluísio é o impressionista, é um retratista admirável, seguro e honesto. Júlio Ribeiro é o mórbido, o sensacionalista, se assim podemos dizer, aquele em que era mais forte e agudo o instinto da vida. Raul Pompeia é o inquieto, o insatisfeito, o mais poeta de todos os quatro, o mais comovido ante o espetáculo do mundo.

Machado de Assis não pertence, propriamente, ao movimento naturalista que se iniciou, aqui, entre os anos de 1875 a 1880, e se firmou em 1881, com *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo. Representa na curta história das nossas letras, um caso singular,

não só pela sua formação e pelo seu feitio, mas também pelo aspecto de sua obra, tão pouco suscetível de ser encaixado no quadro desta ou daquela escola, porque contemporâneo ainda da segunda geração romântica, ao influxo da qual se formou, mas desenvolveu-se segundo uma linha muito pessoal através das gerações que se seguiram – últimos românticos, parnasianos e naturalistas, simbolistas.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839 no bairro carioca do Livramento de um casal humilde. Seu pai era um mestiço, pintor de paredes; sua mãe, ilhoa portuguesa. Cedo ficou órfão e teve de lutar pela vida. Foi um autodidata. Representa o triunfo da força de vontade e do talento, pois, mestiço na cor, de natureza tímida e reservada, humilde de origem, mas dotado e tenacidade excepcional, subiu de simples aprendiz de tipógrafo a jornalista e alto funcionário de secretaria. Sua vida não teve maiores incidentes senão os ataques alarmantes da terminal doença a que era suspeito – a epilepsia. Casado com uma senhora portuguesa, irmã do poeta Faustino Xavier de Novais, a Carolina cuja morte chorou num dos mais puros sonetos da nossa língua, viveu a partir de 83 no seu retiro das Águas Férreas, onde faleceu em 1908, como presidente da Academia Brasileira de Letras de que foi um dos fundadores, ocupando a cadeira de José de Alencar.

Como Eça de Queiroz em Portugal, Assis foi o único que conseguiu formar escola, no seu gênero entre nós.

Sutilmente irônico, mas de uma ironia léguas distantes do sarcasmo, e avesso a toda sátira pessoal, perfumava seus romances de humorismo suave e atraente a que se impõem os assuntos filosóficos quando superiormente tratados.

Tudo em Machado de Assis é castiço, medido, torturado, rial.

Raros prosadores portugueses maneжaram o nosso idioma com tanta maestria, como Machado de Assis, glória imperecível da nossa raça e da nossa língua.

Em toda a sua vasta obra, nada se encontra de frívolo ou superficial. Encontra-se, sim, encanto, como em *A mão e a luva*, onde, a par das magníficas quadras da natureza humana, há cenários esplêndidos da sociedade fluminense dos tempos idos, tudo em traços firmes, pensamentos argutos, e intensa emoção subjetiva.

Analisando as almas e as paixões humanas, mostrando as misérias da vida e os aspectos grotescos e ridículos do mundo, Machado de Assis não copiou modelo algum nem imitou nenhum autor. O seu processo estético era eminentemente pessoal e o escritor nunca seguiu ou acompanhou qualquer das correntes em voga. Do naturalismo apenas adotou o método de observação dos personagens, discretamente

à meia tinta, sem haver jornais descido a cenas ou detalhes tão ao gosto dos seus prosélitos.

Machado de Assis não era somente um notável escritor, mas um grande poeta, dos melhores que tem produzido as nossas letras, um fino crítico, autor de comédias, cronista exímio.

Nos jornais em que colaborou, a sua pena de ouro escreveu páginas modelares, admiráveis e inesquecíveis, desde o “Diário do Rio de Janeiro”, de Saldanha Marino, à “Gazeta de Notícias”.

A sua obra pode ser dividida em duas fases, antes e depois de 79.

A primeira é toda de inspiração romântica: Machado de Assis publicou as suas primeiras produções literárias na “Marmota”. Em 61, Paula Brito edita a comédia *Queda que as mulheres têm para os tolos*, apresentada como tradução, mas sem trazer o nome do autor e já publicada naquela revista.

Mas o teatro não era sua vocação. Essas e outras peças que escreveu mais tarde são composições ligeiras em um ato, sem importância na sua produção. Em 64, aparecem *As Crisálidas*, o seu primeiro volume de poesias; em 70, a primeira coleção de contos – *Contos Fluminenses*; em 71, o primeiro romance – *Ressurreição*. Na poesia seguem-se *Falenas e Americanas*, no conto, *História da meia-noite*; no romance, *Helena, A Mão e a Luva e Iaiá Garcia*.

Em 79 e 80, aparece na “Revista Brasileira” a maioria dos poemas das *Ocidentais*. Poemas cuja perfeição formal não será excedida pelos parnasianos. Cada um desses livros é uma obra-prima: *Memórias póstumas de Brás Cubas* inicia a sua nova técnica dos capítulos curtos, da narrativa intencionalmente descozida, em que a análise psicológica se faz através de reticências e alternativas de afirmações e reservado tom fantasista e humanístico, da fase breve. Seguiram-se *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó*, todos dentro do mesmo espírito e da mesma técnica.

O último livro de Machado de Assis, o romance *Memorial de Aires*, quebra a unidade da segunda fase, não na maneira que continua a mesma, mas no espírito enternecido pela perda da esposa, que retratou comovidamente a figura de Dom Carmo.

Outra face importante da obra de Machado de Assis está nas suas crônicas para a imprensa, em que foi assíduo até 97. Enchem sete volumes.

Não obstante, o seu temperamento esquivo e retraído, interessava-se muito Machado de Assis pelos cenáculos literários. Assim é que foi frequentador das tertúlias de Caetano Filgueiras, onde aparecia também Casemiro de Abreu.

Machado de Assis englobou em sua pessoa o esforço do professor e do aluno.

Foi o mestre de si mesmo. Aprendeu sozinho literatura, história, filosofia, línguas. Recebia, por empréstimo, os livros clássicos do Gabinete Português de Leitura e os estudou todos, conseguindo a máxima perfeição no português, bom conhecer do inglês, italiano, francês que escrevia corretamente, alemão e grego tendo estudado estas duas línguas aos quarenta e cinco anos.

Como poeta possuía, Machado de Assis, pensamento de um encanto comum, cativo e, como esteta fino que foi, amava a beleza das mulheres, o riso das crianças e o perfume suave das flores.

Na formação de Machado de Assis, descubram os críticos tais espécies de influências: Gonçalves Dias, Camões, Garret. De estrangeiros apontam: Lamartine e Musset, na natureza de poeta; Diderot, Xavier de Maistre, Stendhal, Voltaire e Marimée, no temperamento do romancista; a Bíblia, Montaigne, Dante, Shopenhauer, Shakespeare e os gregos na vocação em geral e no ceticismo do espírito.

Aluísio de Azevedo é um natural de São Luís do Maranhão (1858-1913). É tido como o iniciador do naturalismo entre nós. É o primeiro romancista que conscientemente iniciou, entre nós, a nova corrente literária. As suas novelas grangearam-lhe imensa popularidade. O *Mulato*, publicado no Maranhão, em 1881, marcou-lhe para logo um lugar à parte em nossa literatura, iniciando assim a nova corrente.

Nota-se na sua formação a influência direta do realismo de Zola.

Observador, psicólogo de mérito positivo, deu aos seus romances vida, ação, colorido, fecundidade.

Suas descrições de uma verdade intensa, realçam o relevo das paisagens amplas e genuinamente nacionais.

Aluísio representa, como Machado de Assis, exemplo e estímulo para os que sofrem e lutam.

Segundo uns, nasceu este escritor brasileiro em 1860. Após o curso primário, matriculou-se na Academia das Belas Artes, conseguindo ser bom caricaturista, o que lhe deu meio de vida, colaborando nos jornais. Empregou também sua atividade no comércio. Professor, jornalista, funcionário burocrata, retratista, romancista, crítico de arte e gerente de hotel, chegou a ser, por concurso, nosso cônsul no Japão. Ocupava, na Academia, a cadeira de Basílio da Gama. Viajou pelos Estados Unidos, Espanha e Japão, não tendo publicado suas impressões de viagem.

Desde muito cedo, não obstante o temperamento de misantropo, foi observador arguto.

Escreveu, aos 16 anos, *Uma lágrima de mulher*, ainda de inspiração romântica. Aos 20, compôs *O mulato*, no qual, à maneira da escola naturalista com que se inicia, analisa o preconceito de cor em sua província. O livro foi muito bem recebido no Rio, para onde se transferiu o romancista cujo talento de observador e narrador se firmou excelentemente em três romances posteriores – *A Casa de Pensão*, *O Homem e O Cortiço*. Outros romances deixou, como *O Coruja*, *Mortalha de Alzira*, *Mistério da Tijuca*, *Livro de uma sogra*, *Harém*, etc., mas nenhum se pode colocar ao lado daqueles três que representam o melhor de suas qualidades, quer como estrutura e como acuidade psicológica, quer como linguagem.

A Mortalha de Alzira é obra romântica; *O Homem* é um estudo forte, repleto de paixões violentas; *O Mistério da Tijuca* é de intriga. *O Cortiço*, cujos tipos são “fotografias vivas”, exatas, nítidas e perfeitas, é admirável. Será, talvez, pela técnica excelente e quadros admiráveis de forte coloridos, pelo vigor, elegância do estilo e sedução da linguagem, a obra prima do escritor, como já se tem repetido.

Para o teatro escreveu *Doidos*, *Flor de Liz*, *Casa de Orates*, *Em flagrante*, *Caboclo*, *Venenos que curam*, *Sonhadores*, etc.

Seu pseudônimo era Vitor Leal. Morreu em Buenos Aires, no posto de cônsul.

Raul Pompeia nasceu em Angra dos Reis, a 12 de abril de 1863. Era bacharel em letras pelo Pedro II e em direito pela Faculdade de Recife.

Cultivou o desenho e a escultura e muito se esforçou para abolição da escravatura ao lado de Luís Gama. Era ainda aluno de preparatório quando publicou o seu primeiro romance. Mas veio a ter nome com o seu famoso *Ateneu*, o romance naturalista, mais sóbrio, mais bem escrito que surgiu no Brasil.

Temperamento artístico, quando todos pensavam que tantas qualidades lhe dessem um viver satisfeito, no meio das alegrias de Natal, a 25 de dezembro de 1895, por motivos ainda hoje ignorados, suicidou-se, com um tiro no peito na sua própria residência.

Escreveu, Raul de Ávila Pompéia, *Uma tragédia no Amazonas*, *Canções sem metro*, *Agonia* (romance). Colaborou na “Gazeta de Notícias”, “Gazeta da Tarde”, “Jornal do Comércio”, “Notícia” e “Rua”.

Talento vivo, temperamento nervoso e impressionável, Raul Pompeia grangeou fama logo que saiu seu notável livro *O Ateneu*, anteriormente publicado em folhetins

na “Gazeta de Noticias”. Ávila Pompeia fez n’O *Ateneu* um admirável estudo psicológico de aguda e sagaz observação.

É um livro cheio de piedade e de ternura, de ironia, de sarcasmo, de dor, ode ao fino analista e delicado esteta, se alia o primoroso escritor e elegante estilista. A obra encerra uma sátira terrível contra a vida de internato, de que faz o autor a “crônica da saudade”

O *Ateneu* é, sem contestação, o melhor romance psicológico que nossa literatura possui.

Muitos dos escritores filiados à escola naturalista excederam-se no cultivo do Realismo, seguindo de perto o desassombramento de Zola, e decaindo nas narrativas de assuntos fesceninos, cheias de protérvias e baldas de motivos pudendos.

O manto diáfano da fantasia para colorir a nudez da verdade é sempre necessário, e nisso está toda a arte, no mais rude realismo.

Os resultados imediatos dos excessos de realismo é o cinismo baixo, a impostura, o egoísmo, o ódio, a exaltação dos sentidos, o desprezo de Deus e da benéfica influência da educação religiosa, o menosprezo das leis, da ordem covil, da honra, da paternidade, do casamento e até do patriotismo.

Tudo isto é fruto da irreligiosidade, porque só os filósofos sem religião conceberam obras obscenas e excitaram a ebbriez dos sentimentos.

Empregando a observação psicológica na análise de casos patológicos surgem:

Júlio Ribeiro, natural de Minas, fez carreira de professor e homem de letras em São Paulo. Ao lado de suas gramáticas, que renovaram os estudos linguísticos entre nós, escreveu dois romances: o primeiro, *Padre Belchior de Pontes*, a que chamou “Romance histórico original”, pouco vale; o segundo, escrito em um momento de alucinação zolista *A Carne*, cheio de belas paisagens, mas eivado de ebbriez lasciva e ofensivo aos melindres de temperamentos delicados, pelo escândalo de sua licenciosidade, o que não lhe impediu êxito de livraria. É uma espécie de análise do instinto sexual, notável aqui e ali pelo brilho e pelo vigor das descrições.

Em seguida, vem Adolfo Caminha com *As Normalistas*; Domingos Olímpio, com *Luzia Homem*, *O almirante*, *O negro*; Garcia Redondo é o imaginoso e querido autor de *Carícias* e *Choupana de rosas*, dois primores da literatura brasileira; Xavier Marques, com *Joana e Joel*, *Holocausto*, *Praieiros*, *Pindorama*, *O Sargento Pedro*; Medeiros e Albuquerque, um dos nossos mais originais e brilhante escritores, é autor de vários contos primorosos: *Mãe Tapuia*, *Um homem prático*, *Contos escolhidos* são

coletâneas suas; Afonso Celso Júnior, com *Um invejado* e *Giovanina, Minha Filha, Porque me ufano do meu país*, livro de exaltação à terra natal. É um prosador que seduz pela simplicidade do estilo e delicadeza da frase. Cultiva todos os gêneros literários: a poesia, o romance, o canto, a história... Coelho Neto é um dos maiores escritores do Brasil contemporâneo e uma individualidade literária de que se pode orgulhar a nossa raça, autor dos mais consagrados, verdadeiro apóstolo do civismo, imaginação fértil e ousada. Sua obra é imensa, talvez a mais copiosa da literatura brasileira. O romance de costume, o romance naturalista, o psicológico, o conto sertanejo, realista e simbolista, o teatro, a crônica, a crítica, tudo cultivou o maravilhoso talento de artista. *Rei Fantasma, Capital Federal, Miragem, O Sertão, O Inverno em Flor, Jardim das Oliveiras, O Rei Negro* são primorosas criações das mais belas da nossa ficção. Nasceu no Maranhão em 1864 e faleceu no Rio de Janeiro em 1934.

Virgílio Várzea, idealista que se distinguiu como pintor de marinhas e excelente narrador. Nestor Vitor e Gonzaga Duque cultivaram o romance simbolista. Euclides da Cunha, estilista admirável cujo livro *Os Sertões* foi chamado uma das bíblias da moderna literatura brasileira. É um verdadeiro monumento das letras. Euclides da Cunha nasceu no estado do Rio de 1866 e pereceu miseravelmente baleado em agosto de 1909. Além de *Os sertões*, escreveu *Contrastes e confrontos, Peru versus Bolívia, À Margem da História*. Afonso Arinos, com *Pelo sertão, O mestre de campo, Viagens e descrições*.

Afrânio Peixoto é um dos nomes mais queridos entre as últimas gerações literárias. Nacionalista extremado, os seus livros têm alcançado enorme sucesso. *Esfinge, Maria Bonita, Fruta do Mato, Bugrinha, Uma mulher como as outras, Sinhazinha*, sobretudo a *Esfinge cruel*, história de um amor ocorrido em Petrópolis. Afrânio Peixoto é um escritor fino e discreto, minucioso e irônico, que maneja facilmente a língua. Sua prosa é límpida, agradável, sedutora.

Dona Julia Lopes de Almeida é a melhor das nossas prosadoras, com *Ânsia Eterna, Falência, Família Madeiros, Viúva Simões, Memórias da Marta*. Cardoso de Oliveira, com *Dois metros e cinco*, Carmem Dolores, com *A Luta*. Lúcio de Mendonça, com *Marido da adúltera, Horas do bom tempo*. Artur Azevedo, com *Contos possíveis, Contos fora da moda, Contos efêmeros*.

Graça Aranha é o autor do nosso único romance filosófico, *Canaã*. Bacharel em direito, José Pereira de Graça Aranha nasceu em São Luís do Maranhão em 1869 e

morreu no Rio em 1931. Desde 18 anos de idade, formou o espírito ao lado do profundo pensador que foi Joaquim Nabuco. *Canaã* é um dos mais belos romances da nossa literatura, onde transparece a energia de um raro criador de símbolo que se desdobra num filósofo e de um sociólogo de larga visão, no dizer de Ronald de Carvalho, veio revelar aspectos novos da nossa vida, um estado diferente em nossa sociedade, já num período de evolução, bem distante da quietude colonial.

Canaã que obteve um dos mais estrondosos sucessos literários do Brasil é um livro imortal, obra prima da língua portuguesa. O livro estuda a imigração na América, sob uma face nova, como um fenômeno sociológico capaz de alterar, profundamente, pelo cruzamento e infiltração de raças estrangeiras, os sentimentos, os hábitos e as feições características da nossa gente.

Além de *Canaã*, são obras suas: *Estética da Vida*, *A Viagem Maravilhosa*, *Imolação*, etc.

Além destes, podem-se mencionar mais centenas de nomes, dentre os quais: Artur Lobo, Valentin Magalhães, Figueiredo Pimentel, Zeferino Brasil, Tomaz Lopes, Rodrigo Otavio, Alcides Maya, Goulart de Andrade, Veiga Miranda, Fábio Luz, Léo Vaz, Carlos Dias Fernandes, Viriato Correia, Oscar Lopes, Mário Alencar, Alberto Rangel, Paulo Barreto, Gustavo Barroso, Eloy Pontes, Ribeiro Couto, Monteiro Lobato, e centenas de outros.

5 PARNASIANISMO

O Parnasianismo originou-se da reação naturalista contra as velhas fórmulas românticas, contra o exagero do sentimentalismo aliado ao descuido das formas poéticas.

O “Parnaso”, o nome é francês, de “Le Parnasse Contemporain”, revista literária, em Paris, exclusivamente destinada à poesia, os ideais de correção de linguagem, impossibilidade diante do mundo e perfeição métrica.

Em torno desta revista editada pela Livraria Lemerre, desde 1866, um grupo de poetas de que faziam parte José Maria de Heredia, Sully Prudhomme, François Copéc, Teófilo Gauthier, Teodoro Banville e Leconte de Lisle criou uma arte nova. Ali pontificava Leconte de Lisle que fascinara a sua geração com os *Poemes Antiques*.

Os motivos poéticos renovados, a técnica rigorosa, o ritmo diverso, a maestria perfeita, as rimas raras, a linguagem sonora, as ideias precisas, as cenas descritivas, os quadros gregos e orientais, o colorido rico, os versos impecáveis, tudo seduzia na estética parnasiana. A fantasia e o subjetivismo romântico cediam o lugar à arte impessoal, objetiva e serena, preocupada com o brilho e a beleza da forma.

Os poetas de tal escola cogitam mais da forma que da ideia ou antes é a ideia, qualquer que seja, luxuosa e cuidadosamente vestida.

Voltavam os parnasianos aos assuntos descritivos, aos motivos gregos, aparentando a maior indiferença e insensibilidade, cultivando exageradamente a forma poética, cuidando da opulência das rimas, da metrificação rigorosa.

Os poetas parnasianos viveram apenas pela forma porque os seus temas, ou melhor, sua fonte de inspiração provinha da antiguidade clássica, do oriente místico ou dos países vinculados de lendas e conquistas fabulosas.

A influência dos modelos parnasianos, dos processos de fatura da poesia francesa sobre o espírito brasileiro não se caracterizou apenas pelo zelo da forma; evidenciou-se também na escolha dos temas poéticos. E, assim, após um curto período, em que foram exaltados todos os deuses greco-romanos, volveram os nossos parnasianos, entre os quais Alberto de Oliveira e Olavo Bilac, às fontes virginais da nossa poesia e da nossa vida.

O Parnasianismo era um produto da cultura francesa, refinada e elegante, e poucos eleitos conseguiram praticá-lo, integralmente, nos moldes estéticos criados pela erudição e pelo gênio de Leconte de Lisle.

A maior parte da primeira geração literária do Brasil, que recebeu a influência dos grandes mestres parnasianos, provinha ainda do Romantismo.

Machado de Assis, Luís Delfino, Luís Guimarães Junior, Lúcio de Mendonça, Teófilo Dias, Fontoura Xavier, Afonso Celso Júnior, Luís Murat, [além de] Outros como Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Augusto de Lima, Olavo Bilac já cultivaram a sua arte dentro dos preceitos da escola que surgia.

Entre os precursores do parnasianismo figura Machado de Assis, o maravilhoso prosador, glória da língua portuguesa. Pela distinção do estro, segurança de forma, sobriedade da emoção, beleza da linguagem, elegância do estilo e delicadeza da inspiração, Machado de Assis é um dos grandes poetas brasileiros. Em épocas sucessivas, publicou *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas* e, já na maturidade dos anos *As Ocidentais*, uma das mais belas coletâneas da nossa literatura. Ao par da riqueza

e abundância de rimas, perfeição métrica admirável, originalidade dos temas poéticos, nobreza de pensamento e de ideias, há, por toda a obra, uma forte idealização. [N]o seu indianismo o que interessa principalmente ao poeta não é a natureza como a Gonçalves Dias, mas a alma do selvagem.

No verso ou na prosa, Machado de Assis é o mesmo cético delicioso e fino ironista.

Luís Delfino, o mestre incomparável do soneto, fino idealista, é outro grande poeta brasileiro. O seu lirismo poucas vezes teria sido ultrapassado na língua.

Nasceu Luís Delfino dos Santos em agosto de 1834, em Santa Catarina, e era formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Faleceu em 1810 no Rio.

Delfino iniciou-se muito cedo nas letras. Desde a idade de 8 anos que fazia versos e, quando acadêmico, o estro era-lhe exuberante e o nome respeitado.

Escrevia suas produções poéticas de uma perfeição admirável para “A Semana”, “Revista Popular”, “Jornal das Famílias”, “A Estação” e muitos outros jornais e revistas.

Este grande brasileiro, que teve a singularidade de ter sido o escritor de maior operosidade e nunca ter publicado um livro. Seus manuscritos dariam mais de 80 livros.

Certa vez, a casa Laemert ofereceu-se para editar o livro de Luís Delfino. Este, que só de sonetos e poemas possuía perto de cinco mil composições, enviou-lhe quinhentos sonetos e, lembrando-se que não havia poeta algum que tivesse um livro com mil sonetos, começou a escrever mais quinhentos, quando soube que a Companhia Tipográfica incendiara.

O poeta viu, assim, desaparecer-lhe o livro *Imortalidade*, sem um queixume.

Aos setenta e cinco anos ainda produzia verdadeiras joias literárias. Escrevia em qualquer lugar e em qualquer momento. Entretanto, poeta opulento como este é bem pouco conhecido.

É difícil escolher, dentre as produções de Luís Delfino, porque tudo é bom: *As abelhas*, *Mariposas*, *Jesus ao colo de Madalena*, *Moritura*, *Eva*, *Cadáver de Virgem*, *As três irmãs*, *Logo depois do Éden*.

Teófilo Dias de Mesquita nasceu em Caixias, no Maranhão, a 8 de novembro de 1854. Bacharelou-se em direito na Faculdade de São Paulo, foi deputado provincial e lente de português na Escola Normal. Era sobrinho de Gonçalves Dias e introduziu o Parnasianismo em São Paulo com a publicação de *Fanfarras*. Morreu em março de 1889.

Teófilo Dias, como aliás quase todos os nossos parnasianos, é um lirista eloquente, voluptuoso, cheio de uma exaltação permanente pelo vocábulo cintilante, preferindo a elegância da expressão à profundidade dos conceitos. Escreveu *Flores e Amores*, *Lira dos verdes anos*, *Cantos tropicais*, *Fanfarras* e *a Comédia dos deuses*.

Fontoura Xavier e Medeiros e Albuquerque são nomes queridos dessa geração.

Fontoura é o delicioso lírico das *Opalas*, versos inspirados e ardentes. Medeiros e Albuquerque, o vate inquieto, triste e irônico dos *Pecados*, onde sua musa lembra, aqui e ali, a de Boudelaire. A filosofia de seus versos é dolorosa, profunda, atormentada.

De tantos poetas que produziu a nova escola cumpre destacar os grandes nomes de Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac e Vicente de Carvalho, que representam o nosso “Parnaso”, notadamente os três primeiros, nomes consagrados, entre os cultores do novo credo. Em Raimundo Correia, domina a nota psicológica; em Olavo Bilac, o sincero erotismo tropical; e em Alberto de Oliveira, a plástica escultural, hierática e indiferente, de nossas montanhas e palmeiras.

Raimundo da Mota Azevedo Correia, nasceu no mar a bordo do vapor São Luís, quando este, a 13 de maio de 1860, se achava à vista da Bahia de Mogúncia, no litoral do Maranhão.

Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo, onde com Augusto de Lima e outros dirigiu a “Revista de Ciências e Letras”, que se destacou pela sua ação contra a degeneração romântica. Magistrado, interrompeu a carreira para servir como secretário de legação em Lisboa. Abandonando a diplomacia, foi professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, depois vice-diretor do Ginásio Fluminense de Petrópolis. Finalmente tornou à magistratura. Faleceu na Europa, aonde foi em busca de melhoras para a saúde. Ocupava, na Academia Brasileira, a cadeira de Bernardo Guimarães.

Temperamento doentio, melancólico e pessimista, Raimundo Correia se distingue pela emoção grave e concentrada de sua poesia. É ele o delicioso poeta da dor, o lírico admirável, filósofo pessimista e o cantor melancólico das *Sinfonias*. Sua tristeza é humana, doce e suave como o ritmo dos seus versos. Raimundo Correia foi sobretudo um meditativo. Sua filosofia é triste, mas de uma tristeza nobre, digna, consoladora. O seu sofrimento não teve agonias nem desesperos pungentes. Tudo nele era harmonia, equilíbrio, serenidade.

Possuía o segredo, todo seu, do emprego de palavras onomatopaicas e repetições de vocábulos e frases com uma elegância encantadora. As traduções são-lhe mais coloridas que os originais.

Raimundo Correia foi o maior dos parnasianos e um dos espíritos mais puros de toda a poesia brasileira. Só ele, no Brasil, tem versos que, pela profunda análise e pelo tormento espiritual, podem ser postos em paralelo com os de Antero de Quental. Ele tinha uma aversão profunda pela sua poesia mais popular, *As Pombas*, soneto de fundo medíocre, e foi capaz de dar originalidade a uma tradução, de transpor, para a língua, em versos dignos do autor traduzido, os grandes poetas europeus.

As suas poesias, que não são muitas, ficam entre as mais belas do Parnasianismo e algumas permanecem como instantes dos mais felizes de nossa literatura.

Raimundo Correia publicou, além das *Sinfonias*, *Versos e Versões* e *As Aleluias*, primorosas coletâneas. A melhor parte, talvez, da sua obra foram as *Sinfonias*.

Nelas se acham *As Pombas* e o *Mal Secreto*, obras primas da língua que bastariam para a glória do poeta. São dois sonetos que exprimem verdades profundamente humanas. São versos de peregrina beleza e o seu autor, um artista consumado.

Raimundo Correia foi, também, um fidalgo de esmerada civilidade e fina elegância e soube, como ninguém, render às senhoras, nos salões, as justas homenagens a que têm direito, como soberanas incontestáveis da graça e da beleza.

Antônio Mariano Alberto de Oliveira nasceu a 28 de abril de 1859, na cidade de Palmital de Saquarema, no estado do Rio de Janeiro e faleceu em 1937, em Niterói. Formou-se em farmácia e cursou medicina até o terceiro ano. Exerceu vários cargos públicos, sobretudo de professor de português, literatura e história.

É um dos mais coloristas da nossa poesia. É o elegante, imaginoso e impecável artista das *Canções Românticas* e das *Meridionais*, o delicioso colorista das *Flores da Serra* e o lírico apaixonado do *Livro de Ema*. É o poeta brasileiro que pratica com mais fervor, religiosamente, a estética de Leconte de Lisle. A emoção sóbria, a forma perfeita, o estro impassível o verso escultural.

As suas narrações da natureza classificam-se como das melhores que temos. Depois de Gonçalves Dias ninguém teve, em nossa poesia, como ele um sentimento tão profundo da terra brasileira, cujos cenários o artista contempla, em êxtase.

Na poesia de Alberto de Oliveira está a nossa paisagem inteira. Os campos, as montanhas, as florestas, os rios, os céus. O entusiasmo que o domina ante o

esplendor das nossas manhãs, a imponência das montanhas e florestas não perdia ao ser transplantado para a cadencia e a rima.

A sua obra poética compreende: *Canções Românticas, Meridionais, Sonetos e Poemas, Versos e Rimas*.

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac nasceu no Rio de Janeiro de 16 de dezembro de 1865 e morreu de 28 de dezembro de 1918. Nasceu para a poesia, porque desde o nome todo³⁴ já era um alexandrino perfeito. Coursou a faculdade de Medicina até o quinto ano, quando partiu para São Paulo, onde iniciou o curso de direito, que também interrompeu. De volta ao Rio, dedicou-se inteiramente às letras, colaborando assiduamente na imprensa. Redigiu o “Combate”, a “Cigarra”, a “Bruxa”, a “Rua”. A sua atitude por ocasião da revolta da armada de 93 motivou a sua detenção por cinco meses na fortaleza da Lage. Lecionou no Pedagogium e foi inspetor escolar do Distrito Federal.

Possuía a palavra fácil e empregou seus dotes notórios no serviço da Pátria, criando essas linhas [de] tiro e organizando a defesa nacional, realizando uma série de conferências em várias capitais do país, despertando a ideia de pátria unida e forte.

Cultuando a língua, era prosador de estilo correto e expressão cuidada e, como poeta, formou, ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, a grande tríade parnasiana.

Depois de Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Castro Alves, não houve no Brasil um poeta que fizesse vibrar tão profundamente a alma nacional como Olavo Bilac. Da sua obra imortal irradia uma imensa simpatia. Nela não há senão deslumbramento, serenidade e equilíbrio. Ele é o grande vate que fascinou o país inteiro pelo esplendor e pelo brilho da sua arte.

Olavo Bilac soube fazer-se simples e, sendo simples, acessível à compreensão de todos, o mais popular dos artistas da sua época.

Temperamento apaixonado, Bilac deu às próprias produções um cunho vivo de sensualismo meridional: sua colaboração para o patrimônio das nossas letras é grande. Deu-se: *Poesias, Panóplias, Via Láctea, Sarça de Fogo, Sagres, Crítica e fantasia*, além de traduções contos pátrios em colaboração com Coelho Neto e outros trabalhos em colaboração com Guimarães Passos e Manoel Bomfim.

³⁴ Nota da editora: “nome todo” é uma expressão de leitura duvidosa.

Olavo Bilac era o “poeta das estelas”. Ele as amou, as sentiu, palpantes de vida, contou-lhes as suas mágoas, as suas cismas e seus amores. Sondando os céus, no silêncio da noite, em horas de recolhimento e de meditação, escutou-lhes a voz longínqua e misteriosa. As estrelas foram as suas confidentes e as companheiras inseparáveis que lhe iluminaram o caminho da glória.

Ninguém soube, entre nós, colorir e cinzelar o verso, dar-lhe vigor, força e eloquência como o grande vate. Bilac cantou a mulher e o amor vitorioso e exaltou a natureza e a vida. A sua arte brilha e resplandece nas composições da primeira fase da existência. Ali não há notas plangentes e dolorosas. Tudo são alegrias e aleluias. No *Caçador de Esmeraldas*, um dos mais belos poemas da nossa língua, palpita a natureza inteira e vibra, profundamente, a alma do poeta.

Olavo Bilac não foi somente um poeta admirável, mas prosador maravilhoso e brilhante orador. Suas deliciosas crônicas ficaram como modelo perfeitos, quase inimitáveis. Bilac quanto mais progrediu em idade, tanto mais profundo se tornou em sua inspiração.

Olavo Bilac ocupou, na Academia de Letras, a cadeira de Gonçalves Dias. Ao morrer, na manhã de 28 de dezembro de 1918, suas últimas palavras foram: - Já raia a madrugada, deem-me um café, vou escrever...

Vicente Augusto de Carvalho. Digno êmulo dos três notáveis parnasianos é Vicente de Carvalho, um dos grandes líricos da língua e melhores poetas do Brasil contemporâneo. Nasceu em São Paulo em 1866 e morreu em 1924. Era bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo, foi deputado à Constituinte Republicana Paulista, secretário do Interior e da Justiça e depois magistrado. Pela espontaneidade da inspiração, encanto da linguagem, brilho e perfeição da forma, elevação do pensamento, riqueza de rimas, plasticidade e harmonia dos versos, os seus *Poemas* e *Canções* pertencem às obras primas da nossa literatura.

Estreou com o livro *Ardentias*. Após a publicação do seu segundo volume de versos, *Relicário*, converteu-se à doutrina positivista e cessou durante muitos anos a atividade poética. Quando a reiniciou, foi saudada como mestre e colocado pela admiração pública ao lado de Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac. Os seus melhores poemas estão no livro *Poemas e Canções*: lírico amoroso de emoção requintada em “Rosa, rosa de amor...” mostrou força dramática em “Pequenino morto” e épica em “Fugindo ao cativo”. Mas foi um grande pintor do mar, o mais admirável

que já tivemos em “Sugestões do crepúsculo”, “Palavras ao mar”, “Cantigas praianas”, “No mar largo” e “A ternura do mar”.

Místico ou idealista, melancólico ou sonhador, romântico ou irônico, panteísta, amoroso ou épico, Vicente de Carvalho é o mesmo artista admirável e perfeito.

São muitos os poetas brasileiros que podem ser filiados à escola parnasiana. No entanto, nada mais difícil do que classificá-los; nada mais complicado em literatura que classificação, porque os estilos são vários e um mesmo poeta, às vezes, adota diferentes escolas. Portanto, esta geração conta ainda muitos nomes de valor, como sejam, entre outros: Dona Francisca Julia da Silva que é, sem contestação, a mais notável poetisa do Parnasianismo brasileiro. Filha de São Paulo onde sempre viveu publicou o seu primeiro livro em 1895, *Mármore*. Morreu em São Paulo. Luís Murat, Venceslau Queiroz, Emilio de Menezes, Júlio Cesar da Silva, Guimarães Passos, Antônio Sales, Hermes Fontes, Humberto de Campos, Carlos Dias Fernandes, Mário Alencar, Luís Edmundo, Monteiro de Barros, Amadeu Amaral, Goular de Andrade, Ronald de Carvalho, Moacir de Almeida.

6 MULHERES LITERATAS, BRASILEIRAS

A mulher contemporânea brasileira tem a florado à tona do nosso progresso em [...] ³⁵, quer na literatura, ciência, nas artes, como música, pintura, escultura, etc., e sobretudo no magistério, em que se notam verdadeiras revelações pedagógicas.

A inteligência da mulher brasileira, quando sai da linha comum, como em todos os povos, apresenta caracteres especiais. Predominam em geral as qualidades do brilho e da arte. Há particular tendência ao estilo epistolar, que em certas damas e moçoilas costuma ser impecável e elegante. Muitas, porém, exageram as metáforas e floreios nas cartas, dando-lhes prolixidade, certo grau de ênfase ou romantismo. Algumas feitas sem propósito, são admiráveis de correção e elegância.

Há, na mulher brasileira, o jeito apurado para a boa prosa, singela, corrente, amável e vivaz. As mulheres, é sabido, falam mais do que os homens. Entre nós, operou-se

³⁵ Nota da editora: fragmento de dez letras de leitura muito duvidosa.

a mesma coisa que na França: os dramas exprimem-se com mais facilidade e clareza que os senhores; tem mais aptidão para o aprendizado dos idiomas que os homens.

É possível ser isto lei geral. Em palestras familiares ou altas rodas, o desembaraço feminino, no Brasil, é muito maior do que o masculino. Os assuntos das conversas femininas são naturalmente mais triviais, porém sempre mais encantadores. O juízo ponderado e filosófico acerca dos problemas sociais, políticos, religiosos locais ou universais tem carência de justeza e imparcialidade. Julgam mais com simpatia, quer dizer, com o coração. O afeto é a nobreza da alma feminina brasileira.

No Brasil sempre houve mulheres célebres, ora pelos seus feitos guerreiros, ora pela sagração dos poetas, ora pelo espírito de caridade, de religião, de catequese.

No domínio literário temos que citar em primeira linha Júlia Lopes de Almeida. É a nossa consagrada romancista. Antes dela, poucas narrativas literárias haviam aparecido. É uma precursora. Incontestavelmente é a mais notável de todas as escritoras nossas pela grande cópia de romances, de contos, de dramas de subido valor que escreveu. Todos os seus livros são feitos com grande carinho e com excepcionais qualidades de observação.

Nunca se filiou nessa ou naquela escola e nunca se deixou influenciar por qualquer escritor. Todos os seus romances são escritos com o mesmo espírito de observação, a mesma análise delicada e precisa que tanto lhe ressaltam o espírito de verdadeira novelista. Julia Lopes de Almeida, esposa do poeta Filinto de Almeida, nasceu no Rio de Janeiro em 1862.

Dentre as obras que devemos à pena cintilante desta incansável atividade feminina merecem menção: *Cruel Amor*, talvez é mais interessante e mais forte da festejada escritora, *A Família Medeiros*, *A Falência*, *A Viúva Simões*, *A Silveirinha*, *O Livro das noivas*, *Correio da roça*, *Eles e Elas*, *Jornadas no meu País*.

Ângela de Amaral Rangel nasceu no Rio de Janeiro de 1725, sem poder lograr a luz fluminense. Era cega! Cega nos olhos e iluminada na inteligência. Poetizava e conquistava a admiração no meio culto da “cidade fluviana”. Era improvisadora, muito inteligente, de apreciáveis dotes físicos, mesmo bela, de aprimorada educação moral e religiosa. Ângela era quase privada de instrução, por ser cega de nascença, no tempo em que eram desconhecidos os processos pedagógicos apropriados aos desprovidos de visão. Por esse motivo, apelidaram-na “A Ceguinha”.

Apesar disso, conhecia a língua espanhola como a própria e possuía cultura literária. Macedo chamou-a “gênio sem luz nos olhos”.

Descendia de uma família ilustre que se recomendara à gratidão da Pátria.

Maria Eugênia Celso aparece entre os nomes mais prestigiosos que cultivam as letras em seu sexo. Escritora, poetisa, ela tem uma brilhante atuação em nossa vida intelectual, sendo autora dos seguintes livros: *Em pleno sonho*, *Fantasia*, *De relance*, *Vincentinho*.

Francisca Júlia da Silva. Nasceu em Xiririca a 31 de agosto de 1920. Era irmã de Júlio Cesar da Silva, poeta de renome em nossas letras. Esta poetisa foi um dos milagres das nossas letras: conseguiu, sendo mulher, fazer poesias iguais ou superiores às de seus colegas de inspiração. São Livros seus: *Mármore*, *Esfinges*.

Gilka Machado é poetisa originalíssima, possui alma forte, sensual, vibrátil e lança em seus versos toda a macieza da volúpia imaginária que se pode transportar para a arte dos ritmos e das rimas. Tudo em seus versos é sensação e sentimento, tudo é alma e arte, tudo é amor e poesia. Os seus livros têm sido recebidos pela crítica com louvores excepcionais. *Cristais partidos*, *Estados d'alma*, *Mulher nua*, são as vibrações musicais desse temperamento intenso de artista.

Gilka Machado nasceu em 1893 no Rio de Janeiro e é, seguramente, uma das maiores poetizas brasileiras.

Rosalina Coelho Silva foi a poetisa premiada pela Academia de Letras. A característica de sua poesia é o espírito místico associado ao parnasiano. É a poetisa consagrada do *Rito Pagão*, livro que logrou o prêmio acima referido, possui o mistério intelectual dos senhores predestinados.

Chrysantime (Cecília de Vasconcelos) é a maior cronista nossa que tem conquistado nos meios literários notoriedade e simpatia. É uma das mais operosas escritoras femininas, colaboradora assídua de "O País" e outros jornais e mesmo em seus livros em defesa da mulher.

Tem vários livros publicados, entre os quais *Matar*, *Almas em Desordem*, *Grito feminino*, *Enervadas*, *O que os outros não veem*.

Cecília Meireles é outra das nossas maiores poetizas. Senhora de uma formosa inteligência e de uma vocação decidida para as musas. "A Inominável" é um soneto que bem afirma seus talentos.

Débora do Rego Monteiro é natural do estado de Pernambuco. Desde a sua adolescência tem vivido em constantes viagens, principalmente à França, o que muito influenciou em seu espírito literário. Bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, muito jovem. Temperamento dinâmico e construtor. São livros seus: *Chico Ângelo*,

contos; *Miragem*, contos e novelas; e *Silêncios*, reflexões. É, também, autora de conferências, contos e artigos aparecidos em “Vida Moderna”, “Jornal Pequeno”, “Jornal do Recife”, “A Notícia”, “Diário de Pernambuco”, “Jornal do Comércio”.

Bertha Lutz. A propaganda feminista nacional tem, entre as suas fervorosas adeptas, Bertha Lutz, cuja eficiente atuação tem se feito sentir promissoramente. É a inteligência feminina que maior eficiência ativa tem representado entre nós, tão brilhante quanto modesta e singela.

É a grande triunfadora. O seu espírito claro e erudito, ativo e sereno deram-lhe lugar de grande simpatia no feminismo brasileiro.

Bertha Lutz é filha de um sábio patricio, doutor Adolfo Lutz, pode ser considerada a “leader” do feminismo em nosso país. Modesta, operosa, de inteligência clara e invejável preparo, colou-se no plano das nossas primeiras patricias. Diplomada em Paris, no Rio demonstrou a sua capacidade intelectual de cultura quando logrou o primeiro lugar no concurso ao posto de secretário do Museu Nacional.

Amélia de Freitas Bevilaqua. Esposa do notável jurisconsulto doutor Clovis Bevilaqua, é uma das nossas mais brilhantes escritoras. O seu nome aparece assiduamente assinando trabalhos de real valor. É autora de um romance *Açucena*, no qual a escritora alia a correção e elegância de estilo à finalidade moralista de sua obra.

É autora dos seguintes livros: *Alcione*, *Aspectos*, *Instrução e Educação à Infância*, *Através da Vida*, *Silhouettes*, *Literatura e Direito*, *Vesta*, *Açucena*.

Edwiges Sá Pereira. Escritora e poetisa é uma das mais fecundas e brilhantes inteligências da mulher brasileira. Além de seus notáveis ou excepcionais dotes intelectuais, Edwiges Sá Pereira é notável educadora e tem tido apreciável influência nos meios escolares de Pernambuco.

Não raro a nossa eminente patricia tem representado Pernambuco, seu estado, em importantes congressos de instrução, nos quais as suas luzes têm sido utilíssimas à causa da alfabetização do Brasil.

Enfim, é um nome que envaidece sobremodo o seu sexo.

Mercedes Dantas. Escritora, jornalista, cronista e conferencista, colaborou no “Fon-Fon”, “O Globo”, “Ilustração Brasileira”, “Correio da Manhã”. É autora de um livro vigoroso de crítica social “Nus” que mereceu menção honrosa da Academia de Letras.

Barbara Heliadora nascida em São Paulo, esposa do poeta inconfidente Alvarenga Peixoto, a qual deixou poesias inéditas e umas sextilhas, incorporadas à obra do marido.

Os conselhos aos filhos são versos seus, dignos de figurarem em uma seleta destinada a educar crianças.

Morreu louca em virtude da desgraça de seu esposo.

Muitas outras escritoras e poetisas contemporâneas poderiam ser citadas, como Laurita de Lacerda, Laura da Fonseca e Silva, Auta de Souza, Ibrantina Cardona, Áurea Pires, Maria Eugênia Carneiro de Mendonça, Nísia Floresta, Julia Cortines, Eudésia Vieira, Carmen Dolores, Celina Coelho, Maria Sabrina, Leonor Posada, Ester Ferreira Viana, Henriqueta Lisboa, Iveta Ribeiro, Zilá Monteiro, Irene Drummond, Cândida Brito, Olímpia Duarte, Ana Aufran, Eufrosina Miranda, Adélia Fonseca e outras muitas.

O talento feminino tem-se acentuado ultimamente na alma da brasileira a ponto de notar-se um aumento considerável nas produções das nossas patricias.

Amélia Rodrigues é viçoso rebento da floração silvestre dos sertões. De pais humildes, Felix Rodrigues e Maria Rochelina Rodrigues, nasceu Amélia Rodrigues em localidade bem mais humilde que tais habitantes, o povoado da Lapa, no município de Santo Amaro, na Bahia. Foi das maiores escritoras nacionais, das mais opulentas, das mais brilhantes. Nascida a 26 de março de 1861, desde os doze anos produzia versos, que só tardiamente os dera a lume³⁶.

Educada por sacerdote católico, seu parente, que a tratara com esmerado carinho jusuítico, foi mandada a reger uma cadeira escolar na sua aldeia de nascimento, como prêmio ao concurso a que se atirou, não tendo para isso feito curso normal, nesse tempo não obrigatório.

O seu advento nas letras, definitivamente, data de 1880, publicando o poemeto *Filenila*.

Com sua transferência para a cidade de Santo Amaro, em 1883, por haver conquistado em concurso outra cátedra escolar, e concurso que lhe valeu os galos francos do presidente da província, Pedro Luís Pereira de Souza, que o assistiu, parece que se foram acentuando, timidamente, embora os surtos mais altos e vibrantes de inspiração da poetisa.

³⁶ Nota da editora: vocábulo de leitura duvidosa.

Morreu com 65 anos de idade, a 22 de agosto de 1926, o maior espírito feminino das letras e da inteligência da velha Bahia.

Em 1888, Amélia Rodrigues publicava num periódico de Santo Amaro o seu romance *O mameluco* e tinha escrito alguns dramas e comédias. Dentre os primeiros conta-se o *Fausta* que, tendo sido encenado, lhe proporcionou fartos e vivos encômios. Outras produções suas, em jornais, em revistas, em anuários desse tempo, em Santo Amaro e na Bahia merecem o melhor conceito.

Em 1890 morria-lhe o velho pai e a saudade filial acreditou ter encontrado perene consolo e lenitivo na fé, porque ingressou inteiramente nas arraiais da catolicidade. São produções suas, *Filenila*, *O Mameluco*, *Um casamento segundo os novos moldes*, *Rosas do lar*, *Contos avulsos*, *Fausta*, *A promessa*, *Filho adotivo e almas sertanejas* (dramas), *No campo de Imprensa* (farça), *A natividade* (drama sacro), *Vida de Madre Vitória da Encarnação*, *Os abençoados auxiliares de Dom Bosco*.

Em 1898, aparece *Mestra e Mãe* com terceira edição em 1925. Este livro mereceu os maiores gabos e assim foi permitido ao manuseio por quantas mãos infantis o colhessem.

Tendo sido professora em 1891 na Lapa e posteriormente em Santo Amado, Amélia Rodrigues conseguiu a investidura numa cadeira da capital do Estado, onde aspirava dar curso a nova ação educadora, outros surtos à sua vida intelectual. Na capital, Amélia Rodrigues ingressou novamente na imprensa religiosa e quanto publicou na imprensa profana o fez em volta de assuntos ligados à sua fé.

Maria Luiza de Souza Alves, ilustre figura do magistério baiano, nasceu a 17 de agosto de 1862. É também escritora e poetisa de festejado talento. Baiana.

Diplomou-se pela Escola Normal da capital da Bahia da qual foi uma das primeiras alunas e, nesse mesmo estabelecimento, lecionou.

Os escritos que compõem sua obra literária versam, particularmente, sobre temas de pedagogia ou de religião, pois é Maria Luiza Alves um fervoroso espírito religioso.

Estão, os seus escritos, publicados em revistas e jornais, bem como suas poesias, das quais muitas constituem joias de inspiração, delicadeza e cuidado pela forma. Faleceu a 28 de maio de 1945.